



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
PROFESSOR MILTON SANTOS.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MARIA CÔRTEZ DO NASCIMENTO

**A NOVA ROTA DA SEDA: INTERPRETAÇÕES SOBRE A
ASCENSÃO DA CHINA PARA O CAPITALISMO
GLOBAL**

Salvador

2020

MARIA CÔRTEZ DO NASCIMENTO

**A NOVA ROTA DA SEDA: INTERPRETAÇÕES SOBRE A
ASCENSÃO DA CHINA PARA O CAPITALISMO GLOBAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Dr. Daniele Benzi

Salvador

2020

Nascimento, Maria Côrtes do.

A nova rota da seda: interpretações sobre a ascensão da China para o capitalismo global / Maria Côrtes do Nascimento. - 2020.

130 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Daniele Benzi.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2020.

1. Relações internacionais 2. Relações econômicas internacionais 3. China - Relações exteriores
4. China - Relações econômicas internacionais 5. China - Política comercial 6. Rota da Seda I. Benzi,
Daniele II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Mi
ton Santos. III. Título.

CDD - 337

CDU - 339.5

MARIA CÔRTEZ DO NASCIMENTO

**A NOVA ROTA DA SEDA: INTERPRETAÇÕES SOBRE A
ASCENSÃO DA CHINA PARA O CAPITALISMO
GLOBAL**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia.

Salvador, 12 de novembro de 2020.

Daniele Benzi — Orientador _____
Doutor em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela Universidade da Calábria Rende, Itália.
Universidade Federal da Bahia.

Antonio Renildo Santana Souza _____
Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia.
Salvador - Bahia, Brasil.
Universidade Federal da Bahia.

Rafael Domínguez Martín _____
Doutor em Filosofia e Letras (Geografia e História) pela Universidade de Cantabria.
Santander, Espanha.
Universidade de Cantabria.

À

Nalva, minha mãe, minha Rainha Nagô.

AGRADECIMENTOS

À Jinalva, minha mãe, se não fosse pela senhora eu nem teria começado o Mestrado, muito menos poderia chegar até aqui entendendo que eu conseguiria concluir este ciclo. Durante dois anos distantes, a senhora foi minha coragem, minha força, meu ânimo, minha alegria e meu despertador: "*Filha, são 10 para 5 horas da manhã, acorda para estudar antes de ir trabalhar, que Deus lhe abençoe e Nossa Senhora passe na frente*"... "*Mara, sei que passou a madrugada estudando, liguei, porque fiquei preocupada de você perder o horário para ir trabalhar*". Gratidão, rainha. Não poderia me dar ao luxo de desistir, sabendo que uma mulher tão inteligente como a Sra. não pode realizar seu sonho profissional, porque não teve oportunidade de estudar.

Professor Daniele Benzi, muito obrigada! Por um momento achei que o Sr. também desistiria de mim. No entanto, chegamos até aqui. Tudo poderia ter sido diferente, eu poderia ter sido mais presente? Poderia! Mas não fiz por mal. Tenho muito respeito pelo Sr. e por todo conhecimento que carrega. Preciso te agradecer (e muito) por suas aulas de *Processos de Integração Regional*. Sua forma de transmitir conhecimento é singular! Isso me incentivou a continuar estudando. Fora que, para uma estudante que acreditava no desenvolvimento global, suas classes foram uma direção para as inquietações que estava buscando quando saí da graduação de economia. Essa dissertação é fruto desse encontro. Obrigada!

Sr. Ulisses, apesar de toda relação capciosa entre patrões e empregados, seria muita ingratidão da minha parte não destinar um espaço para lhe agradecer pela oportunidade. Há dois anos firmamos mais do que um contrato de trabalho, firmamos também um contrato de confiança. Obrigada por respeitar todos os turnos que precisei sair do trabalho para assistir aulas, pesquisar, me reunir com meu Orientador... Muito obrigada!

Aos meus amigos que trouxe da graduação: Urandi, Késsia, Thaise, Firmino e Anderson. Obrigada pelos momentos de descontração ou por simplesmente ouvir meus dramas.

Às amigas que fiz durante o Mestrado: João, Raquel e especialmente Luan, que me orientou, nunca deixou de me dar atenção e me auxiliou nos trâmites burocráticos.

Pessoas, minha enorme gratidão!

NASCIMENTO, Maria Côrtes do. **A Nova Rota da Seda: Interpretações sobre a ascensão chinesa para o capitalismo global.** Orientador: Daniele Benzi. 2020. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2020.

RESUMO

A Nova Rota da Seda (NRS) é um grande projeto de infraestrutura, conectividade global e facilitação de comércio que foi apresentado pelo presidente chinês Xi Jinping no final do ano de 2013. Em 2014, o governo chinês lançou a *Nova Rota da Seda Marítima do Século XXI* como uma iniciativa conjunta à NRS no campo da economia marítima. Essa Iniciativa envolve vultosos investimentos para a construção de portos, gasodutos, oleodutos, ferrovias e rodovias que fazem conexões tanto continentais, quanto marítimas entre a Ásia, África e a Europa. A NRS faz alusão à antiga rota da seda que se baseava em um sistema econômico e tributário centrado na China e dinamizado por mercadores que se deslocavam através de caravanas, em barcos ou camelos, para comercializar uma variedade de produtos manufaturados em seda, porcelana, aço, vidro, madeira, além de especiarias. Apesar da alusão histórica, a NRS do século XXI pouco tem similaridades com as antigas rotas comerciais, porque seu contexto na economia política global do capitalismo é significativamente diferente. Como há formas plurais de interpretações no campo acadêmico sobre temas relacionados à economia política global, com a Nova Rota da Seda não seria diferente. Nesse sentido, essa dissertação tem o objetivo de apresentar, através de revisão de literatura, interpretações sobre a Nova Rota da Seda, inserida no debate sobre a recente ascensão da China, no âmbito da Economia Política Internacional dos sistemas mundiais. Essa é uma perspectiva que tem um caráter multidisciplinar para examinar a complexidade das relações econômicas e políticas globais. Essa pesquisa foi realizada através do estudo de publicações em artigos e livros sobre o tema. Além disso, foram utilizados dados procedentes de instituições financeiras ou estatais, como também, indicadores divulgados por organizações multilaterais.

Palavras-Chave: China. Nova Rota da Seda. Economia Política Internacional.

NASCIMENTO, Maria Côrtes do. The New Silk Road: Interpretations of China's rise to global capitalism. Thesis advisor: Daniele Benzi. 2020. Dissertation (Master in International Relations) - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2020.

ABSTRACT

The New Silk Road (NSR) is a major infrastructure project, global connectivity and trade facilitation that was presented by Chinese President Xi Jinping in late 2013. In 2014, the Chinese government launched the New Century Maritime Silk Route XXI as a joint to NRS in the field of maritime economy. This initiative involves huge investments for the construction of ports, gas pipelines, oil pipelines, railways and highways that make connections both mainland and sea between Asia, Africa and Europe. NRS alludes to the old silk route that was based on an economic and tribute system centred on China and energized by merchants who moved through caravans, on boats or camels, to market a variety of products manufactured in silk, porcelain, steel, glass, wood, plus spices. Despite the historical allusion, the 21st century NRS has little similarity to the old trade routes, because its context in the global political economy of capitalism is significantly different. As there are plural forms of interpretation in the academic field on topics related to global political economy, the New Silk Road would be no different. In this sense, this dissertation aims to present, through a literature review, interpretations of the New Silk Road, inserted in the debate about the recent rise of China, within the scope of the critical International Political Economy of the world systems. This is a perspective which has a multidisciplinary character to examine the complexity of global economic relations. This research was carried out through the study of publications in articles and books on the subject. In addition, data from financial or state institutions were used, as well as indicators released by multilateral organizations.

Keywords: China. New Silk Road. International Political Economy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Dinâmica Smithiana para Economias de Mercado	17
Figura 2	Rede Asiática de Produção Centrada na China desde 1990	27
Figura 3	Mapa da BRI	40
Figura 4	Mapa Político do Mar do Sul da China.....	44
Figura 5	Rio Mekong	46
Figura 6	O Thai Canal Como Alternativa do Estreito de Malaca	48
Figura 7	Corredor China-Paquistão.....	50
Figura 8	Corredor Econômico China-Bangladesh-Índia-Myanmar (CBIM)	52
Figura 9	Áreas de Fronteira que Envolvem Conflitos entre China, Índia e Paquistão.	53
Figura 10	Mapa de parte do Sudeste africano com visualização dos Golfos.	61
Figura 11	Distribuição dos Investimentos da BRI por Setores Industriais (%)	65
Figura 12	Distribuição dos Investimentos da BRI por Região (%).....	66
Figura 13	Participação (%) dos Acionistas do Fundo da Nova Rota da Seda.....	68
Figura 14	“Ciclo Vicioso” do Superinvestimento e do Subconsumo	81

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	8
1. INTRODUÇÃO	1
2. A ASCENÇÃO CHINESA NA PERSPECTIVA DOS SISTEMAS MUNDIAIS ..	6
2.1 A Ascensão da China na Interpretação de Minqi Li.....	7
2.2 A Ascensão Chinesa na Perspectiva do Giovanni Arrighi	15
2.3 A Ascensão Chinesa na Perspectiva de Ho -fung –Hung.....	23
2.4 Comparações	30
3. A NOVA ROTA DA SEDA	34
3.1 Enfoque Geográfico da Nova Rota da Seda	38
3.1.1 A Participação do Sudeste Asiático na Nova Rota da Seda	41
3.1.2 A Participação do Sul da Ásia na Nova Rota da Seda.....	48
3.1.3 A Participação da Ásia Central - Ocidental na Nova Rota da Seda.....	54
3.1.4 A Participação do Norte da Ásia na Nova Rota da Seda	57
3.1.5 A Participação do Oriente Médio na Nova Rota da Seda.....	57
3.1.6 A Participação da África Subsaariana na BRI	59
3.1.7 A Participação da Europa Oriental na Nova Rota da Seda.....	61
3.1.8 A Participação da América Latina na BRI.....	62
3.2 Cobertura Financeira da BRI.....	63
3.2.1 Cobertura Financeira Doméstica.....	66
3.2.2 Cobertura Institucional Multilateral.	67
3.2.3 Cobertura Institucional – Organizações Ocidentais Tradicionais	69
3.2.4 Cobertura Institucional Regional.....	71
3.3 Conclusões.....	71
4. A NOVA ROTA DA SEDA NA PERSPECTIVA DOS SISTEMAS MUNDIAIS.	75
4.1 A BRI e As Crises de Superacumulação.	78
4.2 A BRI e a Geopolítica	88
4.3 A BRI e a Hegemonia Mundial	95
REFERÊNCIAS	114

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como tema de trabalho a relação entre a interpretação da ascensão da China na perspectiva dos sistemas mundiais e a Nova Rota da Seda (NRS), também denominada de *One Belt, One Road* (OBOR) ou simplesmente de *Belt and Road Initiative* (BRI) e adjunta Nova Rota da Seda Marítima do Século XXI (MSR, sigla em inglês para *Maritime Silk Road*). Essa é uma grande iniciativa de financiamentos e infraestrutura que foi apresentada pelo presidente chinês Xi Jinping no final do ano de 2013. A *One Belt, One Road* envolve vultosos investimentos para a construção de portos, gasodutos, oleodutos, ferrovias e rodovias que fazem conexões tanto continentais, quanto marítimas entre a Ásia, África, Europa e mais recentemente a América Latina. Nesse sentido, esta dissertação tem o objetivo de apresentar, através de revisão de literatura, interpretações sobre a Nova Rota da Seda, inserida no debate sobre a ascensão da China, no âmbito da Economia Política Internacional (EPI) dos sistemas mundiais. Utilizei esta abordagem, porque análises nessa perspectiva se atêm à multidisciplinaridade investigativa e à imbricação entre economia e política para examinar as dinâmicas globais em perspectiva histórica. Dessa maneira, a EPI crítica dos sistemas mundiais seria uma abordagem adequada para pesquisar a OBOR, em seu caráter global, histórico e sistêmico.

Para explorar o tema, no segundo capítulo, revisei três trabalhos que tratam sobre a recente ascensão da China no sistema mundial com o intuito de contextualizar a *One Belt, One Road*, considerando que a mesma é um desdobramento de processos históricos e de decisões econômicas e políticas do governo chinês. As obras estudadas foram: 1) *The Rise of China and the Demise of the Capitalist World Economy* de Minqi Li (2008), 2) *Adam Smith em Pequim: Origens e Fundamentos do Século XXI* de Giovanni Arrighi (2008) e 3) *The China Boom: Why China Will Not Rule the World* de Ho-fung Hung (2016).

Essas obras se enquadram no campo da EPI crítica dos sistemas mundiais, mas possuem interpretações distintas sobre o fenômeno da

ascensão chinesa na economia global. Essa experiência me fez refletir, que dentro de uma mesma perspectiva, a história e seus desdobramentos podem ser examinados de formas diferentes, conseqüentemente reflexões teóricas sobre o futuro da economia mundial podem também ser completamente divergentes.

Em seqüência, no capítulo três, tratei de descrever a Nova Rota da Seda em dois macro aspectos. O primeiro deles foi o enfoque geográfico. Segundo o *site* oficial chinês, *Belt and Road Portal*, a BRI conta, atualmente, com acordos assinados em mais de 100 economias em torno dos cinco continentes (BELT AND ROAD PORTAL, 2019). Conforme o documento chamado *Vision and Actions on Jointly Building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road* divulgado em 2015 pelo Ministério das Relações Exteriores da China, pretende-se com a Nova Rota da Seda facilitar a conectividade transcontinental, estimular o livre comércio e o intercâmbio cultural entre os povos envolvidos, além de estimular transações em moedas nacionais, mas também incentivar a internacionalização do Renminbi. Nesse sentido, apresentei como a BRI se materializa principalmente no Sudeste, Sul, Centro e Norte da Ásia, mais também em Oriente Médio, na África, na Europa oriental e América Latina. Isso, em termos de interesses geoeconômicos, principais projetos e também em termos de conflitos geopolíticos históricos, pois a presença do capital e do Estado chinês em determinados territórios podem acalourar instabilidades políticas em determinados espaços geopolíticos.

O segundo grande aspecto se refere à cobertura institucional financeira, que é composta pelas seguintes organizações: *Asian Infrastructure Investment Bank* (AIIB), o *New Development Bank* (Banco dos BRICS) e o *New Silk Fund*. Além dos bancos mencionados e da fundamental participação dos grandes bancos públicos chineses, a BRI tem outros parceiros, como o banco de desenvolvimento *China Exim Bank* e organizações regionais como o *Asian Development Bank* (ADB) e o *Shanghai Cooperation Organisation* (SCO). O governo chinês vem convidando instituições financeiras, de cooperações regionais e locais para construção conjunta da Iniciativa. Isso também quer dizer que, com a BRI, o

governo chinês tem a intenção de estimular a cooperação bilateral, mas também a multilateralidade nos acordos da OBOR, utilizando, também, instituições multilaterais tradicionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Além disso, não se pode esquecer, o papel da elite chinesa e do capital transnacional como atores importantes para a Iniciativa, devido ao interesse em expandir aplicação de recursos a fim de obter lucros e novas oportunidades econômicas.

Após contextualização e apresentação da OBOR, empenhei-me em fazer conexões entre as três diferentes abordagens sobre a ascensão da China elaboradas por Li (2008), Arrighi (2008) e Hung (2016) e as deixas que um projeto de âmbito global, como esse, traz à tona para discussão no âmbito da EPI crítica dos sistemas mundiais. Nesse sentido, nesse trabalho, enfatizei três temas de debate sobre a OBOR. O primeiro deles recupera o problema inerente ao sistema capitalista, que é o das crises de superacumulação, tratado de diferentes formas, no caso da China, por Minqi Li, Giovanni Arrighi e Ho-fung Hung. Por essa razão, busquei interpretações que analisam a *One Belt, One Road* como uma tentativa de “correção” espacial, parafraseando o *spatial fix* de David Harvey (2006), para o “ciclo vicioso” no qual a economia chinesa pode estar inserida diante do excesso de capital acumulado (HUNG, 2016). Para tanto, o ponto de partida é compreender o quanto a crise financeira global de 2008 simbolizou a exaustão do modelo de crescimento chinês voltado para exportação, diante do arrefecimento dos mercados estadunidense e europeu (HUNG, 2016; 2017a). Dessa maneira, a inauguração da Iniciativa, em 2013, parte da hipótese de que o governo chinês precisava expulsar seu excedente de capital em termos territoriais a fim de sustentar seu crescimento econômico, criar estrutura física para retomada do modelo exportador e assim solucionar, no médio prazo, o problema da lucratividade (BHATTACHARYA, 2016; ZHANG, 2017; HUNG, 2017a; HARTLANDSBERG, 2018 e XING, 2019).

A segunda grande temática que envolve a BRI é seu envolvimento geopolítico. A Iniciativa também terá de lidar com divergências históricas, culturais e religiosas de longa duração em torno da massa continental

euroasiática e além dela. A diplomacia de vizinhança chinesa tem desafios como com a Índia, em razão da disputa pelo território do Tibete, a efetivação do corredor econômico China - Paquistão, visto que a Índia também disputa o território da Caxemira com este último e a própria disputa por esfera de influência no Sul da Ásia, pois a Índia também é uma potência emergente (HUNG, 2016). A Rússia vê com cautela os projetos da Nova Rota da Seda, sobretudo pela histórica influência nos países que antes integraram a antiga União Soviética e que agora recorrem aos fluxos de investimentos chineses para dinamizar suas economias (LEVAGGI, 2020). O Mar do Sul da China é outro ponto chave na geopolítica da Rota da Seda Marítima, que envolve disputas de pequenas ilhas com Vietnã e Filipinas, mas “compra brigas” maiores com o poder de influência dos Estados Unidos na região (HUNG, 2016).

Por fim, abordei o tema da hegemonia na hipótese de que a BRI possui elementos plausíveis que podem consolidar a ascensão da China em termos hegemônicos na estrutura de poder global. Para tanto, recuperei o referencial de hegemonia de Arrighi e Silver (1999) e Arrighi (2008), que é a noção gramsciana, empregada também por Robert W. Cox (2007). Nesse sentido, me inspirei em Xing (2019), que traz uma interpretação interessante da tríade de Cox na configuração de uma estrutura hegemônica: *capacidades materiais, instituições e ideias*, no contexto da *Belt and Road*. Ademais, expus as principais divergências entre a perspectiva de Arrighi (ver também Karatasli e Kumral, 2017) e Hung (2016, 2017a, 2017b) sobre a possibilidade de a China se tornar o novo *hegemon*, diante do declínio da hegemonia estadunidense. Esse tema também traz à baila interpretações que evidenciam a BRI como a materialização do “Sonho Chinês” e a tentativa de replicar o antigo sistema tributário sinocêntrico, a *Tianxia* (BARBONES, 2017). Isso, na perspectiva de que a China está se recolocando como potência mundial após o “Século da Grande Humilhação”, quando, no século XIX, esse país esteve destruído e tomado pela fome e pobreza a partir das duas Guerras do Ópio. Então, a política externa do Presidente Xi Jinping, das quais a BRI é um braço importante, reporta a ideia de tornar a China um país rico, forte e seguro (MILLER, 2017).

A escolha por estudar a Nova Rota da Seda se deu, primeiramente, como um dos resultados de uma trajetória, ainda em processo, de amadurecimento pessoal no campo da pesquisa científica. Talvez ingenuamente, cheguei à pós-graduação em busca de respostas para o “desenvolvimento global” e no decorrer do curso me deparei com materiais que tratavam de especular a BRI como um projeto global, liderado por uma potência ascendente, cujos objetivos ainda não são totalmente claros. Dessa maneira, a escolha do tema partiu, então, do interesse em examinar algo que passou a fazer mais sentido: o desenvolvimento global do capitalismo.

Por fim, no campo da EPI crítica dos sistemas mundiais examinar a *One Belt, One Road* é fundamentalmente importante, porque esse é um tema muito atual, mas não somente por isso. O sistema mundial, na recente conjuntura, vem passando por diversas transformações em termos de globalização, enquanto a principal defesa da Iniciativa é justamente a conectividade e o livre comércio. Desde 2018, China e Estados Unidos estão em guerra comercial, de modo que os efeitos dessa competitividade vêm atingindo o mundo inteiro. Ademais, a relação sino-americana tem sido cada vez mais ameaçadora a ponto de a mídia internacional já utilizar o termo de Guerra Fria Contemporânea para as sanções comerciais e as acusações de espionagem entre ambos os lados (LIY e MARS, 2020). No entanto, a principal transformação em curso que faz da BRI um tema pulsante de especulações é a pandemia por Covid-19. Segundo Katz (2020), os efeitos da pandemia na desaceleração da economia global obriga o governo chinês a repensar, como em 2008, suas diretrizes de crescimento. Enfim, esse é um tema corrente que faz parte de uma transformação muito maior, que não permite conclusões estáticas, mas é objeto de investigação necessária para analisar o curso da história que vem sendo construída.

2. A ASCENÇÃO CHINESA NA PERSPECTIVA DOS SISTEMAS MUNDIAIS

Esse capítulo conta com a revisão de três livros sobre a recente ascensão da China. Cada uma das obras selecionadas traz perspectivas diferentes dentro da EPI crítica dos sistemas mundiais. A preferência de expor abordagens divergentes não só é o cerne desse trabalho, pois esse projeto de pesquisa partiu do interesse em estudar a pluralidade de interpretações sobre a ascensão chinesa, mas também parte do interesse em conhecer sobre pensamentos diferentes no âmbito da EPI crítica. Nesse sentido, foram selecionadas as interpretações contidas em: *The Rise of China and the Demise of the Capitalist World Economy* de Minqi Li (2008), *Adam Smith em Pequim: Origens e Fundamentos do Século XXI* de Giovanni Arrighi (2008) e *The China Boom: Why China Will Not Rule the World* de Ho-fung Hung (2016). A partir da revisão dessa literatura, pretende-se contextualizar a Nova Rota da Seda na conjuntura do crescimento econômico chinês, pois a BRI é o resultado da forma como a China tem se inserido no capitalismo global, mas também é um desdobramento da crise financeira de 2008.

Dessa maneira, além dessa parte introdutória, esse capítulo está dividido em mais outras quatro partes. Cada uma das três primeiras seções versa sobre um dos livros mencionados acima e estão destinadas a responder a seguinte pergunta: *Como o autor da obra interpreta a ascensão da China no marco do capitalismo global?* Na primeira seção revisou-se a obra de Minqi Li (2008) que, de acordo com o próprio autor, tem uma perspectiva Marxista-Leninista-Maoísta em conjunto com elementos da teoria do Sistema-Mundo, particularmente na versão de Immanuel Wallerstein.

Na segunda seção, a obra analisada foi de Giovanni Arrighi (2008), que traz elementos do que, retomando uma antiga crítica de Robert Brenner ao Wallerstein e Frank, se poderia chamar de teoria neosmithiana, no contexto de análise do sistema mundo, mas em uma linha diferente da apresentada por Li.

Na terceira parte, a obra *The China Boom: Why China Will Not Rule the World* foi examinada através da riqueza de dados econômicos apresentados pelo autor. Na última parte desdobram-se as conclusões, as quais estão embasadas em uma análise comparativa dos livros examinados.

2.1 A Ascensão da China na Interpretação de Minqi Li

Nessa primeira subparte estão apresentadas interpretações do professor Minqi Li sobre a ascensão chinesa no sistema econômico mundial. A obra basilar para esse propósito é *The Rise of China and the Demise of the Capitalist World – Economy* publicada em 2008. Minqi Li é economista chinês que vivenciou o período de transição entre a era Mao Zedong e a era Deng Xiaoping enquanto estudante universitário. O autor afirma no prefácio do referido livro que sua posição ideológica saiu de uma perspectiva neoliberal para a defesa do Marxismo-Leninismo-Maoísta e que os dois anos em que esteve encarcerado como preso político, serviram para o estudo aprofundado de obras marxistas e também de livros na perspectiva da teoria do Sistema-Mundo.

The Rise of China and the Demise of the Capitalist World – Economy é um livro que não tem o objetivo principal de discutir sobre a ascensão chinesa *per se*. Ao invés disso, a obra propõe apresentar o significado da inserção da economia chinesa para o sistema capitalista global, partindo do pressuposto que, na esteira de Immanuel Wallerstein (2004), assim como outros sistemas históricos carregados de contradições internas, o capitalismo também tenderá ao fim e outro (ou outros) sistema (s) se sobreporá (ou se sobreporão) à ordem vigente.

A escolha por Minqi Li e pelo seu trabalho se fundamenta por três razões. A primeira delas é a relevância de apresentar como um autor chinês interpreta as transformações sociais e econômicas que ocorreram no seu país de origem no começo do século XXI. O segundo motivo da escolha está associado ao objetivo dessa pesquisa, que é o de apresentar diferentes perspectivas sobre a ascensão da China. Dessa maneira, *The Rise of China and the Demise of the Capitalist World – Economy* converge para uma visão

marxista-leninista, com elementos da teoria do Sistema-Mundo, sobretudo das análises de Immanuel Wallerstein. O terceiro e último motivo da escolha está associado ao objetivo de trazer abordagens no âmbito da EPI crítica para o desenvolvimento dessa revisão de literatura.

A interpretação de Minqi Li sobre a ascensão da China tem uma perspectiva integralmente vinculada à estrutura do sistema mundial capitalista e do ciclo hegemônico inerente a ele. Isso quer dizer que essa abordagem identifica no crescimento chinês, aspectos comuns de acumulação, alavancagem e exaustão de ciclos anteriores, quando a hegemonia estava indiscutivelmente centrada na Grã-Bretanha e depois nos Estados Unidos. O elemento central dessa abordagem é enfatizar que o capitalismo tem em sua essência a acumulação infinita de capital. Para isso, é preciso haver disponibilidade abundante de recursos naturais e humanos a fim de manter a taxa de lucro em tendência crescente através de baixos custos de produção.

Em princípio, é importante considerar os papéis hierárquicos do centro, da semiperiferia e da periferia que compõe o sistema econômico capitalista mundial. De modo que, no centro estão Estados com poder econômico e militar capazes de obter mais-valia proveniente da produção dos países periféricos e das trocas desiguais entre essas zonas. É no centro também onde estão forças monopolistas que asseguram atividades superiormente lucrativas, com produção de bens de alto valor agregado. Dentro do sistema mundial, a classe trabalhadora dos países centrais é caracterizada por ser mais bem remunerada, ter direitos trabalhistas assegurados e ser especializada em atividades de alto desempenho. Consequentemente, são elevados os padrões de consumo e o nível de vida dos trabalhadores centrais. Então, de certa forma, esse elevado modelo de vida é sustentado pela mais-valia extraída da periferia através de uma relação desigual que é mantida entre essas duas camadas (LI, 2005).

A periferia, por sua vez, é caracterizada por nações economicamente vulneráveis pela dependência dos preços internacionais, dado que a pauta exportadora desses países, normalmente tem como característica o baixo valor agregado dos bens, estando sujeita, assim, à alta competitividade. A

classe trabalhadora da periferia, normalmente é caracterizada por menor potencial de especialização, conseqüentemente é menos remunerada e, em termos de consciência de classe, é menos organizada (LI, 2005).

A relação entre centro e periferia tende a ser significativamente polarizada devido aos interesses conflitantes entre a parte que tem poder para intervir e estabelecer preços no mercado internacional e a parte que, normalmente se submete pela dependência de uma pauta primária exportadora de baixo valor agregado. Como camada média capaz de suavizar as tensões entre o centro e a periferia está a semiperiferia.

A semiperiferia tem por características o meio termo, ou melhor, são países de renda média alta que possuem classe trabalhadora heterogênea, em termos de especialização, poder de barganha e remuneração. Isso quer dizer que, sociedades semiperiféricas mesclam grupos de trabalhadores qualificados, mas significativa participação de mão de obra pouco especializada, migrante e informal (LI, 2008). Conseqüentemente, a atividade econômica desses países combinam setores de baixo valor agregado e setores com maior valor agregado, que normalmente se enquadram em serviços ou bens intermediários, dos quais o centro detém pesquisa e tecnologia para o desenvolvimento dessas produções. No entanto, a semiperiferia também extrai mais-valia, como também necessita de recursos naturais vindos da periferia.

O que faz a semiperiferia suavizar a polarização entre os dois extremos, então, é que ao mesmo tempo em que há problemas sócio-estruturais equivalentes da camada mais baixa, ela goza de uma parte da extração de mais-valia que iria para o centro, bem como apoio militar (se necessário) em troca de comprometimento com a ordem hegemônica estabelecida (LI, 2005).

Mobilidades ascendentes nessa estrutura, especificamente de uma transição de países da periferia para a camada intermediária, são passíveis de ocorrer. Dessa forma, desdobramentos dessa transição são: 1) Classe trabalhadora melhor organizada passará a exigir melhores padrões de vida, 2) Sociedades passarão a ter, assim como países da semiperiferia, maiores níveis de consumo, 3) Novos espaços dotados de recursos energéticos e

humanos, financeiramente acessíveis, precisam ser inseridos ao sistema para corresponder ao aumento da demanda e 4) É cabível pensar em colapso ecológico, se nações tão populosas, como China e Índia, ao transitarem de uma camada mais baixa para um estrato médio, seguirem o ritmo de consumo de países das zonas mais altas (LI, 2016, p.78).

Sobre os recursos naturais, o capitalismo historicamente necessitou explorar ouro, prata, carvão, petróleo, gás, látex, algodão e outros minérios de áreas geograficamente situadas na América, África e Leste Europeu através do colonialismo e, posteriormente, do imperialismo. A exploração irresponsável do meio ambiente ocasionou erosão do solo, chuvas ácidas, poluição e traz para a contemporaneidade o desafio de conter o aquecimento global. A exaustão do meio ambiente impacta de forma negativa no desempenho da produção capitalista, porque as catástrofes climáticas destroem produções e o desgaste dos solos, rios e lençóis freáticos exigem, cada vez mais, inovações tecnológicas para que a produção resulte em retornos crescentes à escala. Ainda assim, esses aperfeiçoamentos terão seu limite de recuperação do planeta e para que essas tecnologias sejam produzidas, mais recursos precisam ser consumidos (LI, 2016).

A lucratividade das classes dominantes depende do baixo custo de mão de obra para que os bens cheguem ao mercado consumidor de modo competitivo. Ao passo que ao crescimento econômico, está intrínseco o desenvolvimento de mais produtividade através de inovações tecnológicas. Paradoxalmente, se o aumento da produção não for acompanhado de maiores salários e melhores condições de vida da classe trabalhadora, o lucro tende a cair por falta de consumo potencial que faça a mercadoria circular e gerar dinheiro. Nesse ponto, o capital precisa expandir-se geograficamente e, por isso, faz-se importante buscar zonas periféricas e populosas com grande oferta de mão de obra barata, cujo poder de barganha do proletariado para exigir melhores condições de trabalho e maiores salários seja minimizado pelo que Marx denominou de exército industrial de reserva. Em outras palavras, a grande oferta de trabalhadores reduz o poder de barganha do proletariado para exigir melhores condições de trabalho e maiores salários.

O “ajuste espacial” ocorre através da necessidade de o capital expandir-se geograficamente das zonas centrais para as zonas semiperiféricas e periféricas a fim de manter o crescimento da taxa de lucro. Minqi Li empregou o termo *spatial fix* (ajuste espacial) desenvolvido por David Harvey (2006). Trata-se de deslocamentos espaciais e temporais do capital para resolver problemas cíclicos e crises recorrentes de sobreacumulação do capitalismo. Nesse movimento, novas áreas se convertem em reservas estratégicas, tanto de recursos energéticos e naturais, quanto de recursos humanos em situação de exploração potencial. A América Latina, por meio da colonização, foi reserva estratégica durante o ciclo hegemônico britânico. A partilha da África e Ásia, através do imperialismo, serviu de reserva estratégica durante a transição entre os ciclos hegemônico britânico e estadunidense. É a partir da perspectiva do *spatial fix* que Li interpreta a ascensão da China, porque a partir da turbulência global hegemônica e financeira desde a década de 1970, a China serviu de reserva estratégica para o capitalismo (LI, 2016, p. 72).

Minqi Li considera que não só a China, mas também a Índia são “reservas estratégicas” para o capitalismo mundial, porque esses são espaços geográficos que, no início dos anos de 1980, ainda não estavam totalmente integrados à economia capitalista global. Como a dinâmica básica do sistema é a acumulação infinita de capital, os referidos países funcionariam como força impulsionadora para obtenção de maiores lucros devido à exaustão das fontes anteriormente fornecedoras de riqueza. Portanto, o autor argumenta que o crescimento chinês foi um fenômeno tanto demandado para a sobrevivência do sistema mundo, como foi evento sinalizador da exaustão do modo de produção capitalista, conforme pode ser verificado na seguinte passagem.

Nessa perspectiva, a atual “ascensão da China”, bem como a “ascensão da Índia”, poderia ser o sinal de que a economia mundial capitalista está solicitando suas últimas reservas estratégicas (tais como China e Índia, os recursos restantes e o espaço restante para a poluição) para fazer mais uma tentativa de impulsionar a acumulação global. No campo de batalha, quando um exército lança sua última reserva, está à beira da derrota. É provável que o atual desenvolvimento global sugira que várias tendências seculares, que

resultam das leis de movimento inerentes ao sistema mundial existente, agora estão atingindo seus limites históricos (LI, 2008, p.13, tradução nossa¹).

A presente abordagem de Minqi Li também tem bases no que analisa Wallerstein (2001, p.122).

Quanto maior o grau de monopolização, maior a possibilidade de alargar a margem que separa os custos totais de produção e os preços efetivos da venda. Por isso, os capitalistas buscam obter monopólios. Porém, como lucros altos são atraentes, outros sempre procuram entrar em mercados onde se possam estabelecer monopólios. Consequentemente, monopólios convidam a concorrência, a qual mina simultaneamente monopólios e lucros altos. Mas, cada vez que uma fonte de lucros altos se enfraquece, os capitalistas (individual ou coletivamente) buscam fontes de lucros mais altos, isto é, novas maneiras de monopolizar setores da produção. Essa tensão entre a necessidade de monopolizar e o caráter autodestrutivo do monopólio explica a natureza cíclica da atividade econômica capitalista e a divisão do trabalho subjacente entre os produtos controlados pelo centro (altamente monopolizados) e os produtos controlados pela periferia (altamente competitivos) na economia mundo capitalista.

Nesse sentido, a ascensão da China, significa uma motivação para os estabelecimentos de novos monopólios e zonas para a obtenção continuada, embora temporária, do lucro no processo necessário de expansão da economia capitalista global. Para Li, a China deu condições de baixo custo de produção, seja pelo uso indiscriminado dos recursos naturais, seja pela larga oferta de mão de obra barata. É importante ressaltar, nesse processo, o fenômeno da migração de trabalhadores que saíram das zonas rurais para as zonas urbanas chinesas. Dessa maneira, o crescimento desse país esteve associado à expansão produtiva para novos mercados, de modo que a China passou a produzir diversos bens finais em grande escala a preços competitivos. Isso, por sua vez, abasteceu, favoravelmente, outros mercados ao redor do mundo. Desta forma, para uma nova área geográfica substituir a China em sua função de núcleo da produção global, ou, em outros termos, do papel de “reserva estratégica” do capitalismo global, uma das condições é que esses novos espaços tenham abundante mão de obra barata e

¹ **Tradução nossa:** (LI, 2008, p.13) *From this perspective, the current “rise of China” as well as the “rise of India,” could be the signal that the capitalist world-economy is calling upon its last strategic reserves (such as China, India, the remaining resources, and the remaining space for pollution) to make one more attempt to jump-start global accumulation. On the battle field, when an army throws in its last reserve, it is on the verge of defeat. The current global development is likely to suggest that several secular trends, which result from the inherent laws of motion of the existing world-system, are now reaching their historical limits.*

infraestrutura adequada para a reprodução e para acumulação do capital. Esse argumento pode ser verificado na seguinte passagem.

Para que uma nova área geográfica substitua a China como o novo centro de produção industrial global, a nova área precisa atender a vários requisitos. A nova área geográfica precisa fornecer uma força de trabalho barata suficientemente grande que seja pelo menos comparável ao tamanho da China. A força de trabalho precisa ser equipada com infraestrutura adequada e as qualidades e habilidades necessárias para a produção industrial capitalista. A área geográfica precisa ser governada por um estado capitalista eficaz que pode fornecer várias condições políticas e sociais necessárias para a acumulação capitalista. Finalmente, a acumulação capitalista nesta área geográfica recém-desenvolvida não será restringida pelo esgotamento de recursos e crise ecológica. (LI, 2016, p. 176, **tradução nossa**²).

Em termos políticos, é importante ressaltar como o autor leva em consideração o aspecto histórico para compreender o processo de ascensão da China. O principal deles é a sua narrativa sobre a transição da era Maoísta para o governo de Deng Xiaoping, em que o mesmo denomina de “golpe”. Li argumenta que esse processo foi uma grande ruptura de políticas que aproximaram a China ao socialismo. A partir das reformas de Deng, o país quebrou o pacto socialista para o processo de integração ao sistema capitalista e, mais tarde, com a repressão do movimento popular do *Tiananmen* (1989) houve a aceleração do processo de integração à ordem neoliberal.

Como o sistema capitalista possui contradições próprias, Li (2008) também interpreta o crescimento econômico chinês como uma “mobilidade ascendente” que exerce pressões competitivas dentro do sistema mundial (centro, semiperiferia e periferia). Dessa maneira, o autor descreve quatro cenários futuros possíveis no caso de a China continuar seu movimento ascendente. Esses cenários estão explicados nos próximos parágrafos.

² (LI, 2016, p. 176) **Tradução nossa:** *For a new geographical area to replace China as the new center of global industrial production, the new area needs to meet several requirements. The new geographical area needs to provide a sufficiently large cheap labor force that is at least comparable to China's in size. The labor force needs to be equipped with adequate infrastructure and the necessary qualities and skills required for capitalist industrial production. The geographical area needs to be ruled by an effective capitalist state that can provide various political and social conditions required for capitalist accumulation. Finally, capitalist accumulation in this newly developed geographical area will not be constrained by resources depletion and ecological crisis.*

O primeiro cenário é marcado por pressões sociais em todas as zonas do sistema. As tensões seriam acometidas por acirramento competitivo nos mercados, conseqüente queda dos salários, menor qualidade de vida das populações de economias mais avançadas, porque a China deixaria de exercer o seu “papel” de fornecedora de recursos baratos, ao passo que sua sociedade buscaria níveis de vida e consumo páreos das camadas mais altas do sistema. Essas forças seriam tão fortes que a China voltaria para a periferia impossibilitada de prosseguir com seu crescimento econômico.

O segundo cenário se configura com o estabelecimento da China na semiperiferia. Essa mobilidade provocaria aumento da competição entre os Estados dessa zona, o que, por sua vez, poderia se desdobrar em dois outros efeitos adversos. O primeiro efeito seria o nivelamento dos salários da semiperiferia com os da China. O segundo impacto seria a “periferização da semiperiferia”, ou seja, seria uma espécie de desaparecimento da camada intermediária do sistema.

A possibilidade de não haver semiperiferia na estrutura do sistema capitalista mundial é considerado por LI (2005) tão catastrófica quanto os demais cenários, porque isso quer dizer que o sistema estaria muito mais polarizado, diante do papel importante que a semiperiferia assume para a estabilidade do sistema. Esse caos social ocorreria via redução da demanda efetiva, devido à redução dos salários reais. Os grupos mais proletarizados das economias semiperiféricas exigiriam melhor remuneração, que não seriam atendidos pelas políticas nacionais, em razão da competitividade acirrada no mercado internacional.

O terceiro cenário seria a consolidação da China na semiperiferia, com certa estabilidade dos países que já estão nesse estrato, ainda que com certa redução do lucro e dos salários diante da menor absorção de mais-valia que antes era extraída da periferia a qual antes tinha a populosa China.

O quarto e último cenário seria o aumento das desigualdades, sobretudo em razão da centralização dos fluxos de investimento. Em outras palavras isso quer dizer que, recursos financeiros provenientes do Norte global para o Sul global, ficariam centrados na emergência da China e da Índia que demandariam e teriam potencial para atrair vultosos

investimentos, de modo que não haveria muitas possibilidades para outros países no sistema.

Em resumo, a livre mobilidade de capitais, associada ao contexto de sobreacumulação a partir de 1970, permitiu que a zona central pudesse realocar investimentos, através do *spatial fix*, para zonas periféricas e semiperiféricas. Dessa forma, as taxas de lucro se mantiveram em movimento ascendente a partir da extração de mais-valia da periferia, em que há grande oferta de recursos humanos e não há grandes restrições institucionais e políticas para explorar o meio ambiente. O processo de inserção da China na economia global é estritamente cabível nesse processo, segundo a interpretação desse autor. Dessa maneira, a ascensão da China é compreendida, nessa abordagem, como um “triunfo” do projeto neoliberal e da globalização. No entanto, a China é considerada por Li (2016) como última reserva estratégica para expansão do capitalismo, porque não há outro país no sistema mundial, com tamanho potencial populacional, para que o centro continue extraindo mais-valia. Nesse sentido, os prognósticos da ascensão chinesa são castróficos, a ponto de, nessa interpretação, associar a ascensão da China à reflexão sobre o fim do capitalismo.

2.2 A Ascensão Chinesa na Perspectiva do Giovanni Arrighi

Em seguimento a análise das obras selecionadas, essa subparte versa sobre as interpretações do economista político e sociólogo Giovanni Arrighi presentes no livro *Adam Smith em Pequim: Origens e Fundamentos do Século XXI*, publicado em português em abril de 2008. Nesse sentido, a obra tem o objetivo central de fazer uma revisão da teoria do desenvolvimento na perspectiva da teoria de Economia de Mercado desenvolvida por Adam Smith para abordar a ascensão da China. Ao mesmo tempo, esse fenômeno está vinculado à transferência do epicentro da hegemonia dos Estados Unidos para a Ásia na economia política global.

De modo adjacente, o autor faz uma revisão sobre a Teoria da Destruição Criativa de Joseph Schumpeter. Retoma análises da teoria do Sistema-Mundo sobre ciclos sistêmicos e traz discussões no âmbito do

realismo para tratar sobre os desafios de uma “ascensão pacífica”, como defende o Estado chinês em seus discursos oficiais.

A obra possui uma vasta literatura a fim de fundamentar os pressupostos apresentados. Dessa forma, aparecem ao longo da obra, análises do próprio Karl Marx, Fernand Braudel, André Gunder Frank, Kenneth Pomeranz, David Harvey, Joseph Schumpeter, Kaoru Sugihara, Roy Bin Wong e Robert Brenner.

De modo geral, Giovanni Arrighi defende que o epicentro da economia política global voltará a ter sua centralidade na Ásia Oriental na segunda metade do século XXI, em detrimento da hegemonia norte-americana. É preciso enfatizar que o autor parte do pressuposto de que a China passa por um processo de renascimento econômico. Em outros termos, o autor defende que anteriormente esse país já foi uma grande potência mundial capaz de promover um frutífero dinamismo na região asiática. Em seguida, passou por ciclos marcados por crises e declínio econômico. No futuro próximo, Arrighi defende que será impossível falar de crescimento da economia mundial sem falar da China.

Os porquês de a China ter rompido o ciclo de crescimento ascendente e a hipótese de que seu declínio esteve associado à supremacia do Ocidente desde o final do século XVIII, desencadeiam problemáticas basilares para o desenvolvimento da obra. Esses questionamentos estão apresentados na seguinte passagem.

[...] Por que a globalização do capitalismo industrial no século XIX, liderada pelos britânicos, foi associada ao agudo declínio econômico da Ásia oriental, principalmente do seu centro chinês, durante pelo menos um século (digamos, da Primeira Guerra do Ópio até o fim da Segunda Guerra Mundial)? E por que esse longo declínio foi seguido de um ressurgimento econômico ainda mais vertiginoso daquela mesma região na segunda metade do século XX? Haverá alguma ligação entre a precedente primazia regional e global da **economia de mercado chinesa** e seu ressurgimento atual? E, se houver, como isso ajuda a entender a natureza, as causas e as consequências futuras desse ressurgimento? (ARRIGHI, 2008, p. 42, grifos nossos)³.

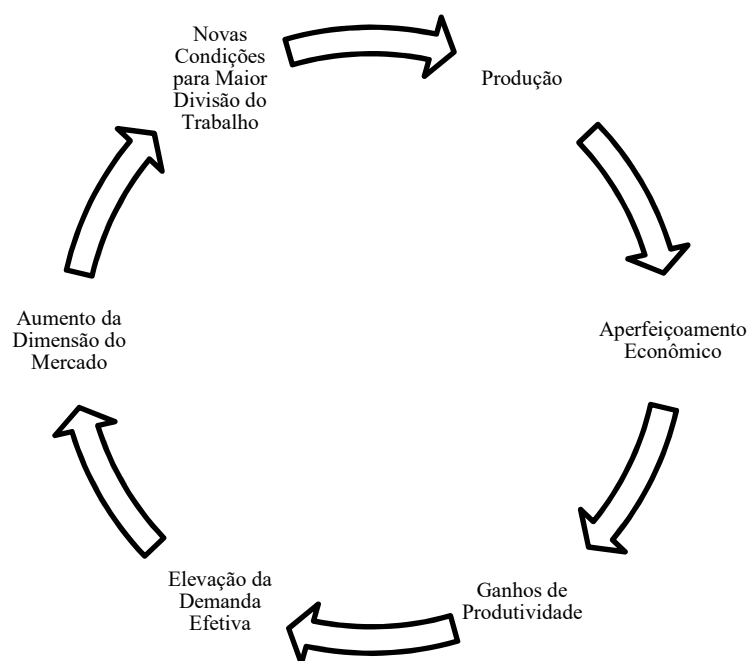
Nesse ponto, existem três termos teóricos que precisam ser explicados para compreender os argumentos de Giovanni Arrighi, são eles:

³ ARRIGHI, 2008, p. 42. Grifei “economia de mercado chinesa”, porque é um termo importante para entender o desenvolvimento teórico do autor.

1) Dinâmica Smithiana, 2) Grande Divergência e 3) Armadilha Smithiana de Equilíbrio de Alto Nível. Cada um desses elementos será explicado nos próximos parágrafos.

A noção de Dinâmica Smithiana é basilar para compreender a perspectiva do autor, e, conseqüentemente, compreender a origem do título do livro (*Adam Smith em Pequim*). Nesse sentido, há alusão à teoria smithiana da Economia de Mercado através da análise da sociedade chinesa e europeia até o século XVIII, antes da revolução industrial. A dinâmica da economia baseada no mercado, independente de ser capitalista ou não, se desenvolve através do ciclo virtuoso, conforme apresentado no diagrama abaixo.

Figura 1 – Dinâmica Smithiana para Economias de Mercado



Fonte: Elaboração própria com base na explicação de ARRIGHI (2008, p.40).

O ciclo inicial começa na produção. Os resultados dessa primeira etapa ocasionam aumento dos rendimentos que, por sua vez, são capazes de proporcionar investimentos na produção para aumento da produtividade. Em termos empíricos, a maneira como a Europa e a Ásia adquiriam ganhos de produtividade no século XVIII é o ponto chave para compreender o porquê de a Europa ter liderado a Revolução Industrial e a Ásia ter feito um

caminho inverso. Nesse aspecto, estudiosos naturalmente atribuem motivos diferentes para essa ruptura.

Na revisão de Arrighi, estão presentes interpretações diferentes de três estudiosos sobre aspectos que levaram a resultados diferentes no que se refere ao ganho de produtividade entre essas regiões. Os autores citados são: André Gunder Frank, Kenneth Pomeranz e Antony Wrigley. Frank analisa a divergência através do discrepante investimento entre trabalho e capital, ou melhor, a China aplicou mais recursos em mão de obra, enquanto a Inglaterra aplicou mais recursos em capital. A crítica que Arrighi faz ao André Gunder Frank é a de que falta explicar, então, o porquê de haver tal diferença entre a alocação desses recursos (ARRIGHI, 2008, p.42-43). Pomeranz atribui a ruptura ao papel preponderante da colonização em termos de aquisição de mão de obra barata e abundantes recursos naturais que puderam ser convertidos, posteriormente, em capital. Apesar de Arrighi não negar o papel da colonização nesse processo, o autor destaca que os resultados da colonização foram fundamentalmente importantes somente a partir do fim do século XIX. Na interpretação de Wrigley, os ganhos de produtividade da Europa estiveram centrados no carvão e na energia a vapor, importantes para o desenvolvimento da indústria no Ocidente. Entretanto, Arrighi destaca que para essa abordagem falta maiores explicações, visto que na China havia uma das maiores jazidas de carvão do mundo.

De volta à interpretação da figura 1, os ganhos de produtividade, seja via capital, recursos naturais ou via mão de obra, ocasionam maior mercado consumidor e a necessidade de ampliação geográfica do mercado. Nesse ponto, um novo ciclo pode recomeçar com novas divisões do trabalho. Entretanto, esse processo pode incorrer em *armadilha smithiana de alto nível*. Nessa hipótese, limitações para ampliação do mercado, seja por gargalos infraestruturais em inovações tecnológicas, seja pelo baixo desenvolvimento institucional (Estado, companhias, organizações de comércio, leis, dentre outras), restringem a formação de excedente de capital.

Ambas, Europa e Ásia poderiam cair e permanecer na armadilha de alto nível, dado que a dinâmica de mercado, antes de 1800, era similar. No entanto, a Europa rompeu com a armadilha através da Revolução Industrial. Nesse processo, a escassez de mão de obra se converteu em excedente de capital. Na China, por sua vez, teria havido manutenção do ciclo smithiano, de modo que essa sociedade não conseguiu romper com as limitações apresentadas para expansão do mercado. Não somente na China, mas na Ásia Oriental, a relação entre mão de obra e capital ocorreu de modo inverso. Em outros termos, na Ásia, o aperfeiçoamento econômico ocasionou crescimento populacional, e conseqüente excedente de fator trabalho. Esse resultado foi mais que proporcional à formação de capital.

O Ocidente passou pela Revolução Industrial e, conforme apresentado pelo autor, a partir das análises das obras de Kaoru Sugihara, o Oriente teria passado por uma *Revolução Industrial*. Esse termo foi apresentado pelo economista Hayami Akira para tratar do que ocorreu no Japão no século XVII e Sugihara estendeu o conceito para a Ásia Oriental. A Revolução Industrial foi o processo de desenvolvimento econômico voltado para o uso intensivo de fator trabalho. Diante da estrutura social caracterizada pela alta demografia e pela escassez de terras aráveis, os governantes precisavam alocar tecnologias e mão de obra de maneira eficiente em zonas urbanas a fim de não haver queda no nível de renda. Nesse sentido, essa política pode proporcionar aumento no padrão de vida, logo a ocorrência da armadilha de alto nível não induz inferências diretas ao subdesenvolvimento. No intuito de reforçar a apresentação do termo, segue a seguinte passagem do livro.

Ao usar o conceito [Revolução Industrial] em relação à China, Sugihara, assim como Wong e Pomeranz, concebe a Revolução Industrial não como preâmbulo à Revolução Industrial, mas sim como desenvolvimento baseado no mercado, sem nenhuma tendência inerente a gerar o caminho desenvolvimentista de uso intensivo de capital e energia iniciado pela Grã-Bretanha e levado ao extremo pelos Estados Unidos. (ARRIGHI, 2008, p.48).

As diferentes características apresentadas nos modelos orientais e ocidentais de desenvolvimento foram analisadas a partir das respectivas

nomenclaturas: caminho “natural” e “antinatural”. O caminho natural se caracteriza pela decisão de investir no desenvolvimento do mercado interno. Esses recursos são prioritariamente aplicados no aprimoramento agrícola para abastecer a população (normalmente grandes populações como a chinesa). O bom desempenho da agricultura resulta no desenvolvimento de atividades manufatureiras que, por sua vez, devem ser intensivas em mão de obra. O interesse no comércio exterior deve ser reflexo da expansão agrícola e industrial, ou melhor, em caso de excedente do mercado interno. O caminho “antinatural”, ao contrário, é definido pelo desenvolvimento econômico realizado por meio dos ganhos da produtividade via aprimoramento tecnológico em todas as esferas de mercado, ou seja, tanto na dimensão produtiva quanto no nível organizacional. Nesse sentido, a ênfase das atividades econômicas está no uso intensivo de recursos não humanos em detrimento dos humanos. Ademais, o foco do crescimento é estender o comércio externo. Os pormenores desse “caminho” normalmente tipificam o estilo de crescimento ocidental.

Nesse ponto, é importante lembrar que o objetivo dessa seção é apresentar como Giovanni Arrighi, através da obra *Adam Smith em Pequim: Origens e Fundamentos do Século XXI* interpreta a ascensão da China. Retomar esse aspecto é relevante, porque tudo o que foi exposto até aqui, a partir da teoria apresentada na primeira parte do livro, parece distante de quaisquer respostas para a pergunta que norteia esse capítulo. No entanto, Arrighi (2008, p.47) afirma que “Seja como for, o modelo da Grande Divergência deve nos revelar alguma coisa não só a respeito da sua origem, mas também de sua evolução ao longo do tempo e de suas possibilidades”.

Então, o debate gira em torno de que a China tem se recolocado no cenário econômico internacional. Nesse sentido, Arrighi (2008) atribui como causas dessa ascensão na segunda metade do século XX: 1) políticas de reformas gradualistas, 2) desenvolvimento de capital humano através do investimento em educação, 3) prevalência dos interesses nacionais em detrimento dos interesses capitalistas 4) incentivo à concorrência quanto às empresas estrangeiras que tinham interesse em investir no país, bem como imposições que beneficiariam a economia industrial chinesa e 5) o

protagonismo do Estado chinês, em todos esses aspectos, mas, sobretudo, o de conduzir reformas de acumulação de capital na era pós-Mao sem desapropriar trabalhadores rurais do seu meio de produção (ARRIGHI, 2008, p. 366-368).

O fenômeno da *acumulação sem desapropriação* é considerado por Arrighi o fator mais importante desse processo, porque o estímulo à criação de propriedade coletiva nas aldeias, a partir de 1983, permitiu que agricultores exercessem atividades não agrícolas nas zonas rurais. Conseqüentemente, houve emprego do excedente agrícola em outras atividades econômicas, que, por sua vez, geravam dinamismo e desenvolvimento do mercado interno e suavizaram os impactos negativos do êxodo rural e da urbanização desordenada.

Apesar de analisar o ressurgimento chinês por uma perspectiva de políticas majoritariamente bem sucedidas, o autor também observa que há imprevisibilidades sobre os caminhos de desenvolvimento que as autoridades chinesas estão tomando no curso desse reposicionamento. As incertezas de Arrighi foram influenciadas pelo fato de que, até a publicação de *Adam Smith em Pequim*, o fenômeno de implantação do capitalismo no país, em termos ocidentais, ainda era uma questão de forte debate. Nesse sentido, inquietações provenientes da perspectiva desse autor seriam: será que a economia mundial, na atualidade, tende para uma nova convergência? Ou será que a China se recolocará através do caminho “natural” da economia de mercado? Em caso de a China escolher seguir o caminho “antinatural” (capitalista) de desenvolvimento, quais seriam as conseqüências em termos globais? (ARRIGHI, 2008)

Arrighi (2008, p.52) amplia a análise de Kaoru Sugihara de que a China seguiu um caminho de desenvolvimento econômico híbrido. Isso quer dizer que, há elementos ocidentais na ascensão da China, como o excedente de capital, a modernização da indústria através da inovação tecnológica e a produção orientada para o mercado externo. Porém, sugere-se que esses elementos estiveram combinados com a alocação eficiente de recursos humanos, de modo que a produtividade dependeu menos de máquinas e equipamentos e mais da força de trabalho doméstica, se comparado ao

modelo ocidental. Além do mais, sugere-se que nesse modelo híbrido, o uso de reservas naturais se deu de modo distinto do caminho ocidental, tanto em intensidade, quanto em condições de exploração. No caso, o caminho oriental teve um modelo poupador de energia (ARRIGHI, 2008, p.49).

Para além das questões teóricas sobre a Grande Divergência, a perspectiva da reorientação chinesa está estritamente associada ao declínio da hegemonia estadunidense. É preciso esclarecer qual conceito de hegemonia está sendo adotado no trabalho: “[...] usarei a definição de hegemonia de Gramsci como algo diferente do puro domínio” (ARRIGHI, 2008, p.159). Em outros termos, o conceito utilizado pelo autor é uma derivação das relações dominantes de classe, do contexto nacional para Estados em nível internacional. Nesse sentido, em consônança com as perspectivas neo-gramscianas, uma potência cria, protege e comanda uma ordem mundial através da manutenção dos interesses de Estados menores através de estruturas políticas, sociais e econômicas (COX, 2007).

No caso da análise de Arrighi, os Estados Unidos estão perdendo sua hegemonia. Essa observação parte da perspectiva de que o projeto político de criação de um “governo mundial”, liderado pelos EUA, fracassou após a Invasão do Iraque em 2003. Esse acontecimento simbolizou que esse país não era mais capaz de proteger a ordem mundial através dos interesses comuns entre nações do sistema internacional, porque essa foi uma guerra que forçou Estados subordinados militarmente a apoiá-la e custeá-la (dispendiosamente).

A perspectiva de análise sobre a dominação dos Estados Unidos em Arrighi está desenvolvida no capítulo sete do livro *Adam Smith em Pequim*, cujo título é “Dominação sem Hegemonia”. A ideia aqui é de que houve um evidente declínio do poder global norte-americano após o fracasso da invasão do Iraque em 2003, associado ao endividamento estadunidense, que cresceu voluptuosamente para custear essa guerra. Recursos financeiros provinham, em especial, de países orientais, sobretudo do Japão e crescentemente da China. Aquisições de títulos da dívida norte-americana, por parte desses países, por sua vez, estão estimuladas por interesses menos econômicos e mais políticos, em termos de interferência nas questões

domésticas estadunidenses (ARRIGHI, 2008, p.202-205). Nesse sentido, no tocante a “dominação sem hegemonia”, Arrighi argumenta que “[...] os Estados Unidos continuam a ser potência militar predominante no mundo e ainda tem influência considerável no novo “equilíbrio do terror”, que une sua política econômica à dos seus concorrentes e financiadores estrangeiros.” (ARRIGHI, 2008, p.219). No entanto, sua supremacia na economia política global tem se reduzido à centralidade da moeda, diante da crescente influência de outros atores, via financiamento do déficit norte americano em transações correntes. (ARRIGHI, 2008, p.202).

Na abordagem sobre a reorientação hegemônica chinesa de Arrighi existem dois cenários futuros possíveis e opostos. O cenário positivo está condicionado ao “desenvolvimento baseado no mercado e centrado em si mesmo, de acumulação sem desapropriação, de mobilização dos recursos humanos, ao invés dos não humanos, e de governo com participação das massas na configuração da política [...]” (ARRIGHI, 2008, p. 393). O cenário negativo ocorrerá caso a China decida seguir o caminho de desenvolvimento ocidental. Em outras palavras, isso representa um crescimento voltado para o comércio externo, com uso irresponsável dos recursos naturais e em disputa direta com os Estados Unidos em uma possível nova Guerra Fria.

De maneira geral, Arrighi prevê cenários sistêmicos positivos com a ascensão da China e da Ásia Oriental, caso esse país oriente seu crescimento para o caminho natural. Na contramão dessa hipótese, caso a China siga um modelo de desenvolvimento ocidental, haverá uma conjuntura de “caos social”, em que o Norte global reivindicará a sua hegemonia com beligerância. Dessa maneira, a tendência no médio e longo prazo, seria um sistema mundial, em que os países emergentes teriam maior poder de barganha e o epicentro da hegemonia não estaria mais com os Estados Unidos.

2.3 A Ascensão Chinesa na Perspectiva de Ho -fung -Hung

Essa seção apresenta interpretações do sociólogo Ho-fung-Hung a partir do seu livro publicado em 2016 intitulado de *The China Boom – Why China Will Not Rule The World*. O objetivo principal da obra é debater quatro frentes que envolvem a abordagem sobre a ascensão econômica da China e, conseqüentemente, desmistificar dois mitos sobre os efeitos globais desse *boom* no desenvolvimento do capitalismo. Nesse sentido, as quatro frentes são: 1) A atuação do setor estatal chinês como desafiadora dos princípios e da ordem neoliberal, 2) Um dos desdobramentos dessa ascensão foi o de suavizar a polarização de renda mundial, 3) O de que a China se sobreporá à dominação política ocidental e 4) O de que “graças à China” a economia global está se recuperando da crise de 2008. A partir dos argumentos que questionam essas quatro afirmativas, Hung trata de desmistificar os seguintes mitos: 1) O de que o desenvolvimento capitalista chinês é uma ruptura do legado maoísta, ou seja, o processo de acumulação de capital nesse país não começa no período das “Reformas e Abertura”, como outros especialistas no assunto afirmam e 2) O de que a China subverterá o poder estadunidense na ordem neoliberal vigente.

É importante ressaltar que a linguagem utilizada pelo autor é cautelosamente empregada para reforçar seus argumentos. Primeiramente, a escolha do termo “*boom*”, presente não apenas no título, como também ao longo da obra, reforça a perspectiva de que a China teve um crescimento econômico rápido. O termo desprende qualquer inferência sobre dominação de ordem global e hegemônica. Além disso, Hung utiliza frequentemente o conceito de *desenvolvimento do capitalismo na China* como forma de abordar que seu crescimento econômico, em termos gerais, não difere do que ocorreu com a ascensão de outras potências, como Japão e Alemanha. Isso quer dizer, em outras palavras, que o desenvolvimento do capitalismo na China promoveu aumento inicial da renda, mas posteriormente esse mesmo sistema cria desequilíbrios econômicos que fazem uma potência

declinar ao longo do tempo. Um desses desequilíbrios citados por Hung é a insustentabilidade do endividamento da China⁴.

Em princípio, o desenvolvimento da perspectiva de que o avanço do capitalismo nesse país ocorreu desde a era Mao é um ponto de partida importante para compreender como o autor interpreta a ascensão, ou *boom*, desse país na economia global a partir da década de 1980. É importante ressaltar que tanto Arrighi (2008), quanto Li (2008) também partem desse marco histórico temporal em suas análises. Todavia, o primeiro interpreta os resultados das políticas aplicadas na era Mao como avanços da sociedade de economia de mercado, que promoveu efeitos positivos em termos de melhorias sociais (ARRIGHI, 2008, p. 375-377). Li (2008), por sua vez, argumenta que, a Era Mao foi uma fase de significativos avanços do socialismo chinês, simbolizado pela incontestável melhoria das condições de saúde da população (LI, 2008, p.33).

Hung considera como legado maoísta: 1) Controles da entrada de capitais estrangeiros até a década de 1970, 2) Gestão sobre o movimento de migração camponesa para áreas urbanas, 3) desenvolvimento de indústrias e infraestrutura estatal e 4) Investimento na qualidade de vida das populações rurais que futuramente viriam a se tornar operários educados, saudáveis e disciplinados. Vale ressaltar que as políticas de controle de migração e investimento em recursos humano da população rural formam elementos fundamentais para a acumulação primitiva de capital. De modo que, essas foram medidas graduais e contínuas no desenvolvimento do capitalismo nesse país. Essas questões podem ser confirmadas na seguinte passagem:

No final da década de 1970, quando a acumulação primitiva dirigida pelo Estado através do capital urbano-industrial atingiu seu limite e a economia entrou em desaceleração prolongada [...], a China já estava dotada de uma rede de indústrias e infraestrutura estatais; uma força de trabalho rural grande, educada e saudável; e um estado autônomo de governos estrangeiros e instituições financeiras internacionais. Esses legados do período Mao, independentemente do alto custo que o povo chinês pagou por eles, direcionou as bases para o sucesso da subsequente reforma do mercado. A reforma não apenas encerrou a estagnação econômica do final dos anos 70, mas também permitiu à China seguir os passos do Japão e dos Quatro Tigres,

⁴ Souza (2018, p.168), por outro lado, argumenta que “Há duas décadas permanece a cantinela alarmista sobre o certo e eminente colapso total da China por conta do endividamento monumental das empresas e dos governos provinciais e locais.”.

passando por três décadas de boom capitalista. (HUNG, p.50, 2016, tradução nossa⁵).

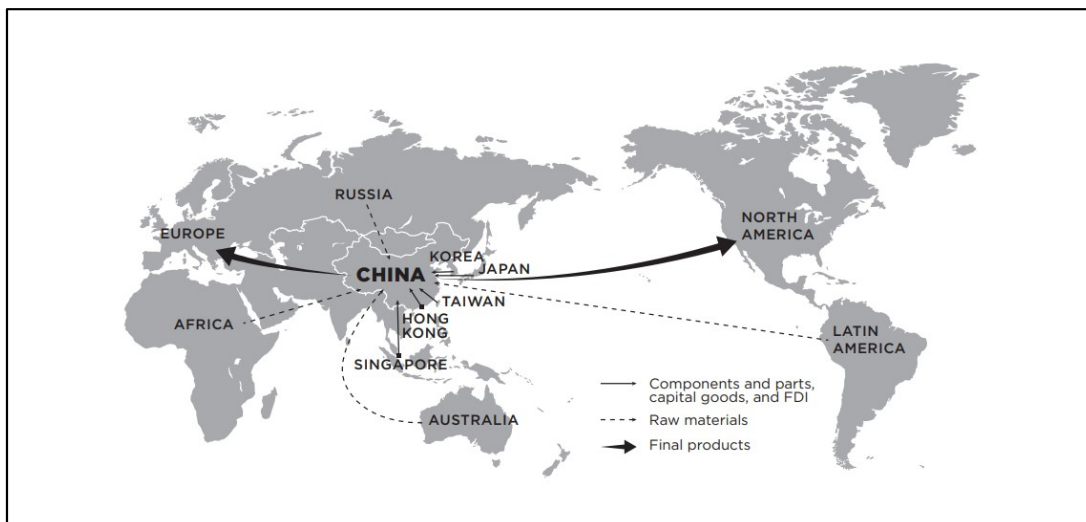
A partir da década de 1980, a ascensão chinesa tomou um rumo similar à orientação econômica tomada pelos Tigres Asiáticos através da industrialização voltada para exportação. Dessa maneira, esse país, primariamente, se inseriu na economia global por meio de uma dinâmica regional de produção na Ásia. Países como Singapura, Hong Kong, Coreia do Sul e Japão proviam, em diferentes níveis de especializações e segmentos da cadeia de valor, máquinas, equipamentos e peças para compor bens que ainda seriam acabados na escala produtiva. Por outro lado, países situados no continente africano e na América Latina serviriam como fornecedores de matéria prima, sendo eles minérios e hidrocarbonetos. Os bens finais da produção chinesa, por sua vez, têm como destino os mercados europeu e estadunidense. Esse mecanismo foi denominado por Hung como *rede sinocêntrica de produção global*, conforme passagem.

Além disso, grande parte do setor de exportação da China compreende processamento de manufatura, no qual a China importa componentes de outros fabricantes da Ásia e os reúne em produtos finais, que são exportados para o mercado de destino como itens "*Made in China*". Como tal, uma rede regional de produção se desenvolveu na Ásia, na qual os fabricantes que fornecem à China componentes e maquinário se beneficiam da ascensão da China como potência industrial. A situação das economias latino-americanas e africanas é muito diferente da das economias asiáticas porque elas entram nessa rede de produção global sinocêntrica como provedores de recursos naturais e não como fornecedores de componentes. (HUNG, p.111, 2016, tradução nossa⁶).

Figura 2 – Rede Asiática de Produção Centrada na China desde 1990.

⁵ (HUNG, p.50, 2016) **Tradução nossa:** *By the late 1970s, when the state-directed primitive accumulation of urban-industrial capital had reached its limit and the economy had entered a prolonged slowdown (see figure 2.1), China was already endowed with a network of state industries and infrastructure; a large, educated, and healthy rural labor force; and a state autonomous from foreign governments and international financial institutions. These legacies of the Mao period, regardless of the high cost that the Chinese people had paid for them, laid the foundation for the success of the subsequent market reform. The reform not only ended the economic stagnation of the late 1970s but also enabled China to follow in the footsteps of Japan and the Four Tigers, experiencing three decades of capitalist boom.*

⁶ (HUNG, p.111, 2016) **Tradução nossa:** *Moreover, a large part of China's export sector comprises processing manufacturing, in which China imports components from other manufacturers in Asia and assembles them into final products, which are then exported to the destination market as "made in China" items. As such, a regional network of production has developed within Asia, in which manufacturers supplying China with components and machineries benefit from China's rise as a manufacturing powerhouse. The situation for Latin American and African economies is very different from that of Asian economies because they enter into this Sinocentric global production network as natural-resource providers rather than as component suppliers.*



Fonte: Hung (2016, p.81).

A relevância dessa conectividade asiática para o *boom* chinês, destacado pelo autor, é correspondente às análises de Breslin (2007), que traz argumentos contrários aos estudos sobre o papel da China como “motor de crescimento”. Nesse sentido, Shaun Breslin destaca a relação entre China, sobretudo com Hong Kong, que tem um dos maiores centros financeiros do mundo, como um dos fatores preponderantes para entender o ciclo de expansão comercial e financeira a partir de 1990. Além disso, o fluxo produtivo e de capitais funcionava através de um emaranhado de conexões que envolviam mecanismos de aquisição de produtos a baixos custos, reexportação de manufaturas, contrabando e reinvestimentos (BRESLIN, 2007).

A rede de produção integrada sustentou o sucesso da ascensão chinesa através do modelo orientado para exportação. Além disso, o capital necessário para modernizar o setor industrial foi atraído por conta de decisões internas preponderantes. Uma dessas políticas foi o já citado investimento público na população rural. Esse tipo de medida, associado ao sistema autoritário, disciplinou trabalhadores a serem produtivos, recebem baixos salários e laborarem em condições precárias sem permissão para organizações sindicais. Nesse sentido, o país também atraiu fluxos de capitais advindos dos Estados Unidos, mesmo durante a Guerra Fria. Na análise de Hung, os investimentos provenientes do capital diaspórico também foram importantes para o desenvolvimento do capitalismo na

China. Em outras palavras, esses foram recursos oriundos de famílias abastadas que deixaram o país por razões bélicas ou políticas desde a era das dinastias e da Guerra do Ópio e se instalaram, majoritariamente, em economias situadas no Leste e Sudeste asiático. Aqui, vale ressaltar que os recursos provenientes da diáspora chinesa também foram examinados por Arrighi (2008, p. 364). Diferentemente de Hung, o referido autor analisa esse fenômeno como uma forma de intercambiar conhecimento tecnológico fundamentalmente importante para “o retorno da China à economia de mercado”, através dos avanços da indústria e do comércio internacional. Indubitavelmente que, esse processo foi gerido pelo Estado, gradual e vigorosamente.

Ao passo que os produtos “*Made in China*” inundaram os mercados europeus e estadunidenses através de uma competitividade agressiva, as reservas cambiais chinesas aumentaram voluptuosamente. Um dos pontos-chaves para entender o *boom* chinês na perspectiva de Hung é justamente compreender como as autoridades chinesas alocaram os recursos provenientes desse modelo econômico conduzido pelas exportações. No caso da China, os contínuos superávits comerciais não se reverteram proporcionalmente em consumo doméstico. As desigualdades internas foram suavizadas, sobretudo entre as zonas rurais e urbanas. A renda média cresceu entre os anos de 1990 e 2010. Pela sua considerável demografia na participação mundial e pelos emaranhados do capital produtivo e financeiro na economia global, especialmente entre os países emergentes, a ascensão da China trouxe redução na desigualdade global. Todavia, na interpretação do autor, a sociedade chinesa é caracterizada pelo subconsumo, não por questões culturais, mas pela repressão salarial. Dessa maneira, para empregar os recursos provenientes das reservas cambiais, a China passou a exportar capitais, em especial, comprando títulos do tesouro americano, fixando capitais em forma de infraestrutura em diversos países, além de aplicar recursos financeiros em grandes bancos ocidentais, ou mesmo articular o desenvolvimento de novas instituições multilaterais, como o Novo Banco dos BRICS e o Banco de Investimento e Infraestrutura Asiático (AIIB, sigla para nome em inglês).

Na visão de Hung, o *boom* da China ocorreu por relações desequilibradas de interdependência entre China e Estados Unidos. O crescimento econômico desse país, verdadeiramente, alterou a dinâmica da política global. Entretanto, na análise desse autor, os resultados dessa expansão não durarão para sempre e a ascensão chinesa já vem apresentando sinais de declínio. Em termos hegemônicos, então, Hung trata de argumentar que a China não está subvertendo a ordem neoliberal vigente cujo domínio político ainda é dos EUA, sobretudo por um fator chave: a internacionalização da moeda americana. Dessa maneira, será um desafio para o *renminbi* suplantar a institucionalização do dólar como moeda internacional.

É importante ressaltar que o Hung não desconsidera que há uma perda de influência dos EUA no cenário internacional, mas a China não está se sobrepondo como um novo *hegemon*. Como já foi dito no parágrafo anterior, o crescimento desse país trouxe poder econômico e reconfigurou as formas de negociação e transação entre o Norte e o Sul global, porque a China não só puxou outros países emergentes nesse processo de crescimento, como também desencadeou maior poder de influência aos países em desenvolvimento na defesa dos seus interesses, normalmente contrários aos dos países centrais. Essa força econômica, entretanto, para Hung, está fadada a declinar, porque seu crescimento baseado no endividamento externo e repressão do consumo interno são insustentáveis no longo prazo. Ou a China busca um reequilíbrio, em que inevitavelmente ocorrerá desaceleração, ou esse país será acometido por uma crise de superprodução via excesso de capacidade.

Os dois cenários estabelecidos por Hung sobre o futuro da China são céticos quanto a sua ascensão. Em ambas as provisões, a desaceleração é inevitável pela impossibilidade de qualquer economia capitalista ter um crescimento de dois dígitos permanentemente. Contudo, um primeiro cenário tem como consequência direta uma tendência no aumento das desigualdades de renda mundiais após 2010, visto que o resultado da saturação do modelo de exportações, associado ao financiamento de dívidas, é o endividamento generalizado do sistema. No segundo cenário, há uma

expectativa de contínuo crescimento econômico do país até que a população ultrapasse o nível da renda média mundial. Nesse caso, a China passaria de contribuinte da redução das desigualdades mundiais para contribuinte do fosso existente entre países ricos e pobres.

Internamente, as provisões negativas sobre a necessidade de reequilíbrio da China passam pelos campos sociais e políticos. O autor faz inferências sobre a necessidade de melhores condições de trabalho e salário para os chineses a fim de estimular o consumo potencial da maior população do mundo. Essas melhores condições, inclusive, incluem a necessidade de abrir espaços democráticos para a classe trabalhadora e a população de maneira geral.

2.4 Comparações

As três abordagens apresentadas sobre a ascensão da China trazem interpretações evidentemente diferentes sobre o fenômeno, apesar de elas terem um referencial teórico comum, derivado da análise crítica da Economia Política Internacional e influenciadas pela abordagem do Sistema-Mundo. As obras compartilham pontos como: as análises de política econômica tomadas pelo Estado chinês para abrir, modernizar e expandir a economia chinesa e a relevância dos fatos históricos tanto internacionais quanto domésticos na trajetória do capitalismo histórico. Nesse sentido, as abordagens examinam os impactos do modelo de orientação para a exportação, ressaltam também o papel da economia política regional asiática e observam a transferência do capital material para o capital financeiro após os anos 2000. Naturalmente que, Minqi Li, Hung e Arrighi utilizam referências plurais, seus métodos e objetivos são diferentes, mas em cada obra desses três autores ficam claras suas interpretações sobre o tema.

Apesar da relevância histórica, é importante destacar que cada um dos autores traz narrativas diferentes sobre os impactos políticos do passado, bem como cada um enfatiza algum fato histórico específico como ponto chave para perceber a ascensão da China. Por exemplo, Giovanni Arrighi

atribui grande relevância na invasão do Iraque de 2003 como ponto de viragem da estabilidade hegemônica dos EUA. Minqi Li, por sua vez, enfatiza as realizações da revolução cultural de Mao, mas traz duas rupturas fundamentais para entender a posição da China no cenário mundial na contemporaneidade. A primeira delas é a chegada de Deng Xiaoping ao poder, no qual o autor chama esse processo de “golpe”. A segunda ruptura foram os massacres do *Tiananmen* em 1989, porque, segundo Li, essa foi uma oportunidade de acelerar a inserção da China ao capitalismo e à ordem neoliberal. Apesar de também relevar os protestos do *Tiananmen* e também entender que as repressões das autoridades ao movimento aceleraram a imersão chinesa à ordem neoliberal capitalista, Hung não interpreta o fim da Era Mao e o desenvolvimento das Reformas e Abertura como uma ruptura. Pelo contrário, para esse autor, as bases para a acumulação capitalista foram plantadas durante etapa anterior e o curso dessa história ocorreu em forma contínua.

Além dos aspectos históricos, as obras apresentam conceitos diferentes sobre o tipo de economia que há na China. Enquanto Minqi Li trata a economia chinesa como de tipo capitalista, completamente inserida na ordem neoliberal, Hung, de maneira similar fala de economia capitalista com sistema político autoritário. Em oposição, Arrighi prefere enfatizar que a China tem uma economia de mercado evoluída e, portanto “[...] a natureza do desenvolvimento da China não é necessariamente capitalista” (ARRIGHI, 2008, p.39). Apresentar essa diferenciação é importante, não só porque esses conceitos interferem na maneira como os autores preveem o futuro da economia global com o crescimento da China, mas, especificamente, para examinar como cada autor analisa o ganho de influência desse país na disputa por hegemonia envolvendo os Estados Unidos.

Cada um dos pesquisadores trata do conceito de hegemonia pela perspectiva do capitalismo histórico em sistemas mundiais, muito embora suas inferências sobre a supremacia chinesa em detrimento à ordem dominada pelos EUA no longo prazo têm diferenciações. Como não é objetivo principal de Li e Hung debaterem sobre esse conceito, esse é um

assunto que aparece como resultado do ganho de influência chinês no cenário econômico internacional. O entendimento de hegemonia aparece de maneira embutida em suas respectivas obras. Arrighi, por sua vez, esclarece que em seu trabalho está sendo adotada uma perspectiva neo-gramscianas.

De maneira mais assertivas sobre as comparações entre os autores no que se refere ao tema da hegemonia, pode-se verificar entre as obras, que há consenso sobre o declínio de poder internacional dos EUA. No entanto, a percepção da perda de influência estadunidense ao longo do tempo associada à possibilidade de a China dominar e manter a ordem neoliberal ou dominar e transformar a estrutura de poder global é analisado criticamente em cada uma das três abordagens. Minqi Li argumenta que o próximo poder hegemônico deve ter como características: território em tamanhos continentais e grande população. Esses critérios são facilmente identificados na sociedade chinesa, mas, para Li, esse país tem fraquezas que o impede de ser dominante em questões de poder. A principal fragilidade chinesa é a capacidade militar (LI, 2008, p.131).

Para Hung, o crescimento econômico chinês não se sobreporá nem subjugará a ordem neoliberal vigente. O *boom* da China teve suas implicações positivas na redução das desigualdades mundiais, mas esse crescimento não durará para sempre, assim como os efeitos instantaneamente positivos dessa ascensão já estão fadados a desaparecer. Nesse sentido, Hung não acredita em substituição de hegemonia no médio prazo. No caminho inverso, Giovanni Arrighi, a partir da perspectiva dos ciclos sistêmicos, acredita na possibilidade de uma mudança de poder hegemônico, em que o grupo dominante (possivelmente a Ásia Oriental), liderado pela China, seria capaz de oferecer segurança e estabilidade para o sistema como um todo e especialmente para os países do Sul global invertendo a trajetória histórica de dominação e hegemonia ocidental.

As três abordagens apresentadas também tratam de desenvolver diferentes inferências para o futuro da economia política global com o contínuo ganho de influência da China. Nesse sentido, essas implicações recaem no objeto central dessa pesquisa que é a Nova Rota da Seda, pois esse é um projeto corrente, com consequências de médio e longo prazo.

Dessa maneira, surgem as seguintes inquietações: Será que a BRI, conseguirá suavizar / acentuar o problema posto por Minqi Li de que a ascensão da China simboliza o uso das últimas reservas estratégicas do capitalismo? Essa é uma questão pertinente, porque, ao mesmo tempo, em que as autoridades declaram preocupação com a economia verde, os projetos são pautados em construção de grandes infraestruturas, que demandam recursos energéticos, humanos e naturais em larga escala. Esse aspecto, indubitavelmente, ocasiona impactos ao meio ambiente. Por outro lado, será que a BRI orienta a China para um caminho de desenvolvimento contrário ao caminho natural da economia de mercado, sugerido por Arrighi, visto que esse é um projeto baseado na expansão financeira? Por fim, será que a BRI será uma iniciativa de pouca intensidade, visto que segundo Hung o *boom* chinês já está fadado a desaparecer? Para responder essas perguntas é preciso, primeiramente, entender o que é a Nova Rota da Seda em seus aspectos geopolíticos e financeiros. Então, o próximo capítulo versa sobre essa questão.

3. A NOVA ROTA DA SEDA

A *One Belt One Road Initiative* (OBOR), também denominada de Nova Rota da Seda (NRS), ou simplesmente chamada de *Belt and Road Initiative* (BRI), é um grande projeto de conectividade global, divulgado em 2013 pelo presidente Xi Jinping. Em 2014, o governo chinês lançou a *Nova Rota da Seda Marítima do Século XXI* como uma iniciativa agregada à OBOR, embora destinada a desenvolver integrações e acordos específicos no campo da economia marítima. Esses projetos têm como um de seus principais objetivos (ou, talvez, o mais explícito deles) o de promover infraestrutura necessária, via financiamento, para facilitar relações comerciais entre a China e o resto do mundo.

Conforme o documento chamado *Vision and Actions on Jointly Building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road* divulgado em 2015 pelo Ministério das Relações Exteriores da China, pretende-se com a BRI, facilitar a conectividade entre Ásia, Europa e África, estimular o livre comércio e incentivar o intercâmbio cultural entre os povos dos países envolvidos. Conforme o referido documento, essa é uma proposta que está comprometida com a globalização. Isso também quer dizer que, com a BRI, o governo chinês tem a intenção de estimular cooperações entre países através de instituições internacionais já existentes como o Banco Mundial ou a Organização para Cooperação de Xangai (SCO, sigla em inglês), mas também através da criação de novas organizações, bem como o *Asian Infrastructure Investment Bank* (AIIB), o Fundo da Nova Rota da Seda e o Novo Banco do BRICS. Ademais, segundo o referido documento, é intuito da China com a Iniciativa uma maior internacionalização do renminbi.

A BRI envolve altos investimentos em obras de infraestrutura nos setores: portuário, aéreo, ferroviário, rodoviário e energético através da construção de gasodutos, oleodutos, redes de eletricidade e de telecomunicações. Entretanto, não são somente as estruturas físicas que serão levantadas, a Iniciativa visa promover a conexão entre pessoas e

facilitação de comércio através de negociações para redução de barreiras tarifárias, bem como oferta de trabalho. A política de reforma tarifária é considerada pelo Banco Mundial suplementar, mas também estritamente importante para intensificar efeitos positivos de longo prazo dos expansivos investimentos em infraestrutura (BANCO MUNDIAL, 2019). Isso quer dizer que, mesmo com a construção de obras de infraestrutura, se os países envolvidos não conseguirem facilitar o comércio interestatal, o capital investido tanto mais demoradamente trará retorno.

Segundo o *site* oficial chinês, *Belt and Road Portal*, a BRI conta, atualmente, com acordos assinados em 143⁷ economias em torno do globo (BELT AND ROAD PORTAL, 2019). Essa iniciativa faz alusão à antiga rota da seda que perdurou por milhares de anos entre o período *anterior a cristo* e a expansão marítima europeia dos séculos XV e XVI. A antiga rota da seda se baseava nas negociações comerciais de diversos Estados e impérios situados, sobretudo, no centro e sudeste da Ásia em um sistema econômico e tributário cujo epicentro era a China. Essa dinâmica econômica funcionava por meio de mercadores que se deslocavam através de caravanas, em barcos ou camelos, para comercializar uma variedade de produtos manufaturados em seda, porcelana, aço, vidro, madeira, além de especiarias. Vale ressaltar, que não somente a China exportava produtos, como também importava outra variedade de bens de outros reinos. Esses outros reinos, por sua vez, também negociavam entre si. Entretanto, o aval para essas negociações era concedido pela China por meio de um sistema tributário que funcionava através da oferta de bens em troca de concessão e seguridade para caravanas negociarem e comercializarem. Essa também foi uma forma de intercâmbio cultural entre árabes, persas, turcos otomanos e os povos do sudeste asiático (NOLAN, 2016).

Sem embargo, é importante ressaltar que a concepção de Rota da Seda pode ser interpretada também como uma construção intrinsecamente relacionada ao contexto imperial europeu do século XIX. Conforme expõe

⁷ Esse número pode variar de acordo com a referência utilizada e o ano, visto que a abrangência da BRI cresceu desde a sua divulgação até os dias atuais. Por essa razão, preferiu-se utilizar os dados do próprio Ministério nas Relações Exteriores da República Popular da China que contem informações atualizadas até outubro de 2020.

Sidaway e Woon (2017), a definição da Rota da Seda é, frequentemente, limitada por uma representação estática de projetos e corredores econômicos. No entanto, os referidos autores argumentam que, a Iniciativa deveria ser observada pelo seu caráter metafórico e subjetivo de desenvolvimento cultural da região euroasiática. Nesse sentido, descrever a BRI requer um esforço repleto de multiplicidades.

Apesar da alusão histórica, é importante lembrar que a BRI pouco tem similaridades com as antigas rotas comerciais que contribuíram para dinamizar as economias dos estados e impérios orientais por aproximadamente dois mil anos, porque o contexto na economia política global do capitalismo é significativamente diferente. Por essa razão, o presente capítulo tem o objetivo de apresentar a Nova Rota da Seda do século XXI que também é composta pela Rota Marítima da Seda.

As próximas páginas estão empenhadas em explicar o que é a BRI em seu sentido concreto e material. Portanto, estão enfatizadas informações como: países envolvidos diretamente na Iniciativa, principais projetos de conectividade em termos de impacto econômico e social, programas de integração regional, denominados comumente de corredores econômicos, e questões de estrutura institucional financeira do projeto. Além disso, por ter uma proposta de âmbito global, a BRI também tem uma gama de desafios geopolíticos, seja por disputas territoriais, étnicas, religiosas ou por questões históricas de domínio, em termos de áreas de influência. Dessa maneira, esse capítulo pretende esclarecer analiticamente o que é a Nova Rota da Seda através de aspectos geográficos, geopolíticos e econômico-financeiros.

Sobre os referidos corredores econômicos, vale a pena destacar que são usualmente analisados seis grandes programas de integração que visam conectar geoestrategicamente diferentes partes da Eurásia. A saber, são eles: China - Península da Indochina, China - Ásia Central - Ásia Ocidental, *New Eurasian Land Bridge*, o corredor China – Mongólia – Rússia, China – Paquistão e China-Bangladesh -Índia – Mianmar (CBIM) (ECONOMIST, 2016). Cada um desses corredores está explicado ao longo do trabalho, sobretudo na primeira parte desse capítulo que versa sobre o enfoque geográfico da Nova Rota da Seda.

Metodologicamente, preferiu-se, a princípio, explicar a BRI através de sua geografia regional, ou seja, a descrição da Iniciativa foi apresentada por meio do que está sendo realizado ao longo de oito regiões. A saber, são elas: Sudeste, Sul, Norte e Centro da Ásia, Oriente Médio, África, Europa e América Latina. Para cada uma dessas localidades foi destinada uma subseção na primeira parte. A separação foi feita como tal por duas razões. Primeiro, porque se preferiu seguir a literatura convencional de relatórios divulgados por instituições multilaterais como o Banco Mundial. Segundo, porque esse tipo de *regionalização* pode ser uma derivação do conceito que Perrota (2013) apresenta como um nível de interação construído dentro de regiões analisado por Andrew Hurrell. Nesse sentido, a *regionalização* apresentada, parte do pressuposto de "mosaicos" informais, mas também de redes formais de integração, como a ASEAN, o *South Asian Association for Regional Cooperation* ou a *Shanghai Cooperation Organisation*, ou ainda pelas proximidades geográficas e crescentes fluxos de pessoas.

De maneira geral, esse capítulo tem como fontes principais os dados divulgados no *site* oficial do Ministério das Relações Exteriores Chinês; *China Belt and Road Portal*, a fim de obter declarações oficiais e informações atualizadas sobre os acordos de parcerias. Em adição, são apresentados dados contidos no relatório “*One Belt, One Road*”: *An Economic Roadmap - The Economist* de 2016, porque apesar de ter sido elaborado quando a BRI tinha apenas 44 nações parceiras, esse é um levantamento sistemático sobre projetos planejados, executados, em tramitação ou, simplesmente, assinados, que estão identificados por setores econômicos e por cifras de investimentos em cada um desses 44 países. Vale ressaltar que o objeto dessa pesquisa é um tema corrente, ou seja, é uma Iniciativa que está em andamento e se expandiu significativamente, em termos de países participantes desde o princípio. Por essa razão, o acompanhamento das declarações oficiais do governo chinês foi de fundamental importância. Outras informações foram coletadas em *sites* oficiais de instituições como: *Asian Infrastructure Investment*, Banco de Desenvolvimento Chinês, *Asian Development Bank*, *Silk Road Fund*, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

Além dessa introdução e das conclusões, esse capítulo está dividido em duas seções. A primeira parte versa sobre a cobertura geográfica e geopolítica da NRS, e, portanto, contém um levantamento de países e regiões envolvidos, bem como a conexão de cada um dos seis principais corredores econômicos do projeto. Ainda assim, a descrição presente nesse capítulo está centrada no continente asiático. Ademais, estão apresentadas as principais iniciativas planejadas de conectividade, nomes de empresas envolvidas e os principais desafios geopolíticos de implantação das propostas. Entende-se como “principais iniciativas” aquelas que envolvem significativos esforços em termos de trabalho e capital.

A segunda parte do texto trata da cobertura institucional econômica e financeira, pois a BRI tem como elemento central a concessão de empréstimos e financiamentos. Por fim, apresentam-se conclusões que tratam de sumarizar o que esse megaprojeto simboliza em termos de amplitude e desafios geopolíticos, além de levantar, brevemente, inquietações que associam a BRI às interpretações sobre ascensão da China realizadas no capítulo anterior, e que estão desenvolvidas no capítulo subsequente.

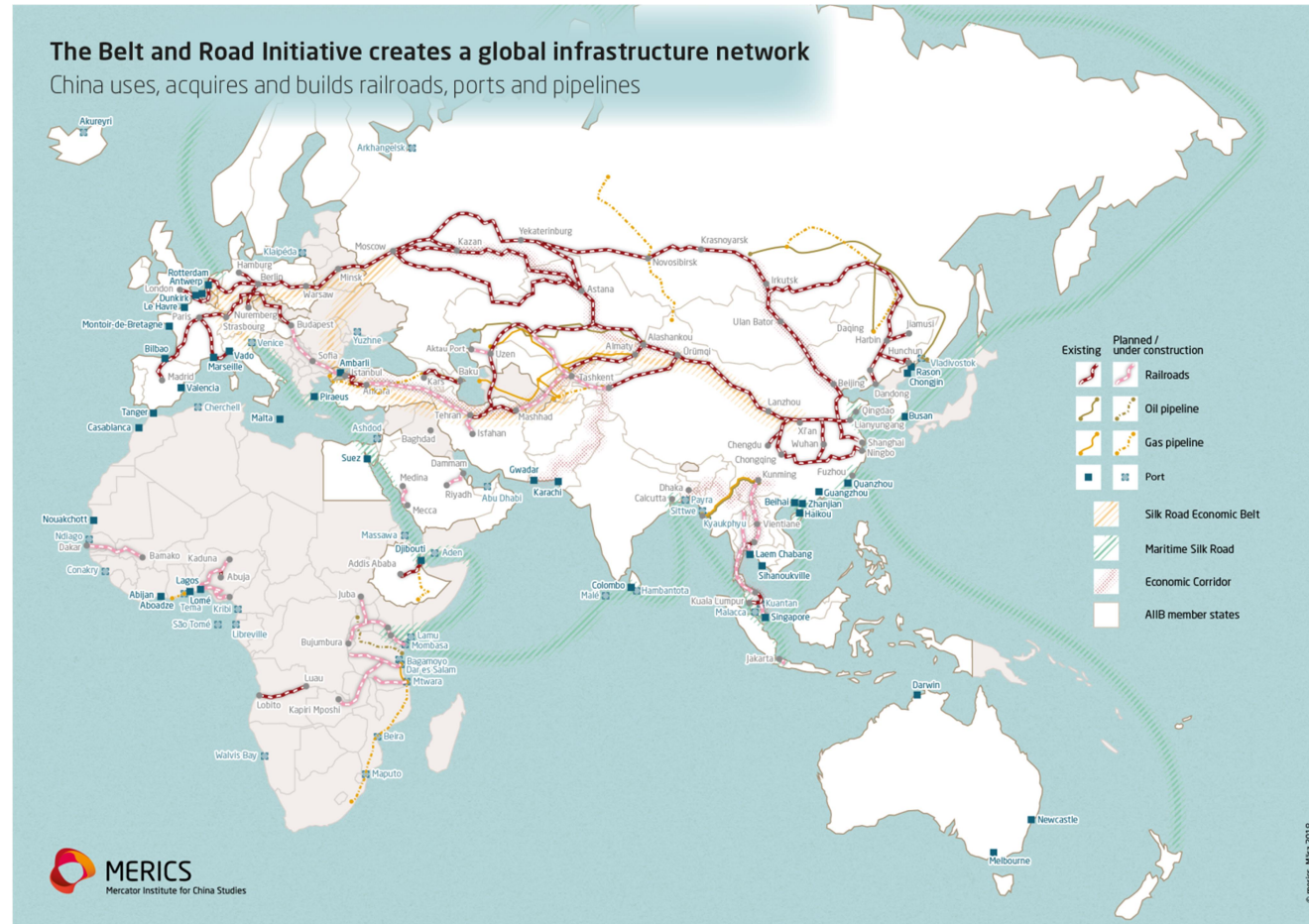
3.1 Enfoque Geográfico da Nova Rota da Seda

A Nova Rota da Seda abrange uma ampla lista de economias participantes, considerando que ainda estão sendo feitos convites para adesão ao projeto. Alguns anos após ser divulgada pelo presidente Xi Jinping em 2013, a BRI contava com aproximadamente 40 países ao longo da Ásia, África e Europa. Em 2019, esse número praticamente triplicou e se expandiu para as Américas e a Oceania. Ademais, a Iniciativa tem como característica explícita, a heterogeneidade dos países envolvidos em termos de cultura, identidades, história, disputas geopolíticas, estabilidade política e níveis de desenvolvimento humano e socioeconômico. Em outras palavras, a conectividade almejada pela China, através da NRS, é um desafio em termos geopolíticos para negociar, financiar e assim promover a facilitação

de comércio, conforme proposta, diante de países culturalmente tão diferentes.

A maioria dos países participantes da BRI está localizada no continente asiático, espalhados entre o Sul, Sudeste, Centro, Norte e Médio Oriente do território. A partir de cidades estratégicas na China, foram projetadas conexões infraestruturais, através dos corredores econômicos, que englobam de maneira ampla a região da Ásia e exploram potencialidades de países ao longo da rota.

Figura 3 - Mapa da BRI



Fonte: Mercator Institute for Studies (2019).

China

3.1.1 A Participação do Sudeste Asiático na Nova Rota da Seda

Uma área geoestratégica importante para os planos da BRI é o Sudeste asiático. Essa região compreende países como: Indonésia, Tailândia, Filipinas, Malásia, Cingapura, Vietnã, Camboja, Laos, Brunei, Mianmar e Timor Leste. Atualmente, todas essas nações possuem acordos assinados no âmbito da BRI. Essa região foi destino para muitos chineses durante os fluxos diaspóricos ocorridos na história desse país. Além disso, os laços comerciais entre a China e as referidas nações são inveterados e, portanto, traz uma inspiração histórica do antigo sistema tributário para as iniciativas recentes (NOLAN, 2016). Ademais, o Sudeste asiático é ponto-chave da Nova Rota da Seda Marítima do Século XXI, porque, exceto o Laos que, é integralmente continental, parte dos países envolvidos é insular, como a Indonésia e Filipinas, ou com considerável faixa de terra banhada pelo mar, como a Malásia, Mianmar, Vietnã, Camboja e Cingapura. De modo que há viabilidade para a cooperação entre esses países no campo das atividades marítimas e, conseqüentemente, demandas para reduzir custos de transação e aperfeiçoar infraestrutura (BANCO MUNDIAL, 2018).

Em outra perspectiva, as relações geopolíticas entre a China e o Sudeste asiático tiveram singularidades importantes a partir de Segunda Guerra Mundial devido à disputa por maiores esferas de influência entre China e os Estados Unidos, aliados com o Japão. Essa competição foi inicialmente motivada por questões ideológicas entre o comunismo e o capitalismo durante a Guerra Fria. Um dos resultados dessa disputa e da luta contra o avanço do comunismo na região foi a criação da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) composta por Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Filipinas, Cingapura, Tailândia e Vietnã no ano de 1967. Essa Organização visava uma estrutura política coesa e medidas integradas para a promoção do desenvolvimento econômico (ASSOCIATION OF SOUTHEAST ASIAN NATIONS, 2008).

A integração das economias do Sudeste asiático teve o intuito central de frear a ameaça comunista na região. No entanto, esse território foi palco

para várias guerras "quentes" no período. Entre esses conflitos, os de maiores destaques na literatura histórica foram, além da segunda guerra mundial, a guerra das Coreias e a do Vietnã. Durante esses confrontos, a China e parte desses países estiveram em lados opostos. Em caso específico, a China travou confronto direto com o Vietnã no ano de 1975 ao que Kissinger (2011) denomina de terceira guerra⁸ do Vietnã, logo após a retirada das tropas estadunidenses do referido país. Apesar do apoio chinês à Hanói durante a invasão norte-americana ao território vietnamita, a China atacou o Vietnã, motivada pelas preocupações expansionistas desse país que se associava ao Camboja na tentativa de criar uma Federação Indochinesa. Tomando como base esses e outros conflitos pós-segunda guerra mundial no Sudeste Asiático, leva-se em consideração que as economias dessa região foram marcadas em termos históricos, sociais, institucionais, econômicos e políticos por essa conjuntura bélica (STUBBS, 2005). Dessa maneira, a participação dos países em questão na NRS se apresenta de maneira particular, considerando, também, que essas implicações generalizadamente históricas e geopolíticas e que reverberam até os dias atuais, são relevantes para os avanços dos programas planejados no âmbito da BRI.

Apesar do caráter histórico em comum, as economias do Sudeste Asiático não são homogêneas nem em aspectos socioculturais, nem em níveis de desenvolvimento econômico. Da mesma maneira, apesar de a beligerância entre a segunda grande guerra e a Guerra Fria terem impactado profundamente as instituições desses países, essa influência não se deu de maneira uniforme entre eles (STUBBS, 2005). Entre as nações do Sudeste Asiático, Malásia, Tailândia e Cingapura estão entre o grupo das sete economias⁹ do "milagre" econômico asiático da década de 1960. Cingapura ocupou a nona posição no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2017, estando no grupo dos países que apresentam indicador "muito alto" (mais precisamente, 0,932, quando o indicador máximo é um),

⁸ Ver Kissinger (2011, p.334). O autor explica que a primeira guerra do Vietnã foi anticolonialista contra a França. A segunda guerra do Vietnã foi contra os Estados Unidos e a terceira contra as interferências da Rússia e da China.

⁹ No estudo de Stubbs (2005) consideram-se sete economias que caracterizam o "milagre" econômico asiático da década de 1960. São elas: Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong, Cingapura, Malásia e Tailândia. Vale destacar que foi usado o termo "economias" e não "países", por que Hong Kong se enquadra numa relação de "um país, dois sistemas" com a China.

além de ser um dos países com maior renda *per capita* do mundo. Ao mesmo tempo, Mianmar (IDH 0,578), Camboja (IDH 0,582), Laos (IDH 0,601), e Timor Leste (IDH 0,625) fazem parte do grupo de países cujo IDH é mediano (PNUD, 2017). Isso quer dizer que, esses países possuem gargalos institucionais na qualidade de vida da população, no investimento ao seu capital humano e nos níveis de renda da sociedade. Em termos de PIB, as diferenças também são claras. Enquanto a Tailândia apresentou PIB de 504,993 milhões de dólares em 2018, e histórico ascendente de crescimento, a economia do Timor Leste, estritamente dependente das exportações de petróleo, apresentou PIB de 2,581 milhões de dólares em 2018. Vale ressaltar que esse resultado está contextualizado em uma linha histórica de movimentos descendentes de riqueza desde 2012 (BANCO MUNDIAL, 2018). Dessa forma, é possível destacar que as maneiras de integração desses países na BRI se dão de maneiras diferentes, pois as necessidades por projetos de infraestrutura e financiamentos não são equivalentes.

Explorar a viabilidade marítima em torno desses países ao longo da BRI seria uma geoestratégia para o desenvolvimento regional, primeiro pelo já citado potencial marítimo e segundo pela demanda em investimentos voltados para o desenvolvimento econômico. Além disso, esta seria mais uma maneira de estreitar a cooperação entre a China e a ASEAN. Nesse sentido, estão nos planos da BRI o Corredor Econômico China – Península da Indochina (CECPI). Esse projeto tem o intuito de promover conexões terrestres, e, sobretudo, marítimas, através da ligação entre o Mar do Sul da China e o Oceano Índico, para assim fazer conexão com os corredores China – Paquistão e Bangladesh-China-Índia-Mianmar (BELT AND ROAD PORTAL, 2019). Entretanto, uma das celeumas geopolíticas mais importantes que envolvem a participação do Sudeste Asiático na BRI é justamente o Mar do Sul da China.

O Mar do Sul da China é uma área marítima que passa pelo estreito de Taiwan e se estende pelas costas de Filipinas, Brunei, Vietnã e Malásia. Até década de 1960 a região, que é formada por diversos recifes, ilhas, corais e atóis, era alvo de disputas, principalmente, em razão do direito à

pesca. A partir desse período e após a descoberta de hidrocarbonetos, esse espaço tornou-se cada vez mais disputado entre os países do seu entorno (BURGER, 2018). Os arquipélagos de *Paracels* e *Spratly* são os pivores das desavenças.

Figura 4 - Mapa Político do Mar do Sul da China.



Fonte: Nations Online Project (2020).

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito ao Mar (UNCLOS – Abreviação da sigla em inglês de *United Nations Convention on the Law of the Sea*), assinada em 1982, é a instituição que legitima soberania aos Estados marítimos no limite de doze milhas náuticas da sua costa. Além disso, a UNCLOS determina o direito de ilhas e territórios terrestres estabelecerem Zonas Econômicas Exclusivas (ZEE). As ZEEs permitem aos

Estados ampliem o direito ao mar por mais 200 milhas náuticas de onde o território marítimo está mensurado. Os principais objetivos dessas áreas são: pesquisa e, em especial, exploração de recursos naturais tanto no solo, quanto no subsolo oceânico. Ademais há interesses em produção de energia, seja por fontes tradicionais, seja por fontes alternativas. Nesse sentido, as extensões ZEEs legitimadas pela UNCLOS são um dos principais embates entre as partes envolvidas nos interesses do Mar do Sul da China, porque há dificuldade em demarcar milhas nesse território, em que faz parte várias economias insulares (NOLAN, 2016) e, porque a China tem reivindicado espaços que foram perdidos desde os desdobramentos da perda da Guerra do Ópio para os britânicos.

Na ocasião de tratar sobre o Mar do Sul da China é importante destacar a declaração oficial do Estado chinês intitulada de *Ideias Preliminares para a Cooperação Marítima Dentro da Iniciativa da Nova Rota da Seda*, porque esse documento apresenta pontos prioritários da cooperação com Estados banhados por mar ao longo da BRI. Consequentemente, esses tópicos são estritamente cabíveis ao caso do Sudeste Asiático.

As *Ideias Preliminares* da referida cooperação estão integradas à Iniciativa da Nova Rota da Seda Marítima do Século XXI e reforça os discursos do pacifismo, do desenvolvimento inclusivo e ecológico e da prosperidade conjunta. Para além dos princípios, a declaração trata de uma gama de objetivos sobre a exploração econômica do mar, dos quais se enquadram: a criação de zonas econômicas e polos industriais, exploração de novos itinerários turísticos, avanços nas atividades de aquicultura, construção de ligas portuárias, instalação de cabos marinhos de fibra ótica e desenvolvimento de estudos oceanográficos que permitirão avanços na produção de energias renováveis, dessalinização da água do mar e no setor de biofarmácia marinha. Outro setor importante para nas pretensões chinesas em estabelecer influência nesses territórios é o da segurança. Nesse sentido, foram planejados projetos no âmbito dos sistemas de satélites e informática por tele observações e tecnologias de barcos não tripulados e aviões não pilotados (BELT AND ROAD PORTAL, 2019).

Por fim, a BRI visa explorar economicamente outra área importante no Sudeste Asiático, que são as localidades banhadas pelo grande Rio Mekong. Nesse caso, estar-se tratando de Laos, Camboja, Vietnã, Tailândia e Mianmar. Além de ser um dos maiores rios do mundo, e passar pelos cinco países já citados, mais a China, o grande Mekong têm saída estratégica para o oceano através o Delta no Sul do Vietnã cuja foz é o Mar do Sul da China. Para além dos meios fluviais, a BRI tem um projeto estimado em quatro bilhões de dólares que pretende conectar a cidade de Kuming na China à capital tailandesa, Bangkok, via 1.800 km de autopista. Ademais, Laos é o único país dessa região que é totalmente continental, tem indicadores de desenvolvimento baixo e 80% da sua população está empregada na agricultura de subsistência. Nesse sentido, foram pensados projetos de avanços para atividade agrícola, mas também para a mineração, visto que o subsolo da República de Laos é rico em minerais como bauxita, ouro, cobre e ferro (MILLER, 2017).

Figura 5 - Rio Mekong



Fonte: South China Morning Post (2018)

Indubitavelmente, os projetos terrestres da BRI nessa área trazem também implicações geopolíticas. A presença do capital chinês no Vietnã e a expansão desses investimentos em Laos e Camboja trazem preocupação para as autoridades vietnamitas. Primeiro por motivos históricos a respeito

das lutas colonialistas nesse país. Segundo também por motivos beligerantes já citados anteriormente sobre a terceira guerra do Vietnã. Por fim, englobam-se questões da dependência financeira do capital chinês via endividamento desses Estados *versus* a subutilização de obras ao longo da BRI (MILLER, 2017).

Um dos principais setores de investimento chinês nessa região são os portos: de Kuantan na Malásia, de Cingapura e de Kyaukphyu no Myanmar. Esses empreendimentos apresentam níveis percentuais a partir de 40% de participação de companhias chinesas. Dentre as operantes estão, na mesma ordem: *Guangxi Beibu Gulf Port Group*, *COSCO Shipping Ports* e a *China National Petroleum Corporation* (CNPC). As duas primeiras companhias trabalham no setor de transportes marítimos e *containers*, a última se trata da semiestatal chinesa que atua no setor de extração de petróleo. A CNPC atua no porto de Kyaukphyu, porque além do transporte marítimo de mercadorias, essa obra visa aprimorar a distribuição de hidrocarbonetos através de canais já existentes (VADELL, SECCHES e BUGER, 2019).

Além de projetos já conclusos como a rodovia Kunming (na China) – Bangkok (capital da Tailândia), há infraestruturas com avanços consideráveis como as linhas ferroviárias que ligam a China à Tailândia e a China ao Laos, conforme o relatório *Iniciativa de Construcción Conjunta de la Franja y la Ruta – Avances, Contribuciones y Perspectivas* (2019). Ao mesmo tempo, há projetos que ainda estão no campo da proposta, mas pretendem impactar significativamente em termos de redução do tempo e do custo de transporte, como é o caso do Thai Canal. Esse projeto existe desde 1950, mas com a *Belt and Road* passou a haver maiores estímulos geoeconômicos e financeiros que o torna passível de viabilidade. O Thai Canal promete ser uma alternativa marítima ao Estreito de Malaca. Essa nova possibilidade também dinamizaria benefícios do comércio realizado na região, porque, atualmente, transações realizadas pelo Estreito de Malaca concentram maiores ganhos para Singapura e Malásia (BANCO MUNDIAL, 2019 e BANGKOK POST, 2020). A proposta prevê a construção do canal cuja localização geográfica é na Tailândia, conforme

pode ser verificado na **figura 06**, cujos destaques estão realçados em linhas em azul, amarelo e vermelho sobre o território tailandês.

Figura 6 - O Thai Canal Como Alternativa do Estreito de Malaca.



Fonte: Next Big Future (2014).

3.1.2 A Participação do Sul da Ásia na Nova Rota da Seda

Outro território importante para os objetivos da BRI é o Sul da Ásia. Tratam-se especificamente do Sri Lanka, Bangladesh, Índia e Paquistão. Nesses países a China possui pretensões não apenas a respeito da Nova Rota da Seda terrestre, mas também da Rota Marítima. Geoestrategicamente, esse é um território importante, porque facilitará o fluxo de comércio entre o leste e o sul da China, cujo intermédio é o Sul da Ásia e os fins seriam o Oriente Médio, o Norte da África e o Mediterrâneo. Apesar da importância geoeconômica, esse é um território que carece de infraestrutura necessária

para o rápido e eficiente fluxo de comércio, pessoas e serviços. Nesse sentido, os acordos firmados entre a China e os países citados no âmbito da BRI estão inclinados, principalmente, para a construção de portos, ferrovias, estradas, aeroportos, fornecimentos de eletricidade e de água, instalação de fibras ópticas e construção de polos industriais ou Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) (ECONOMIST, 2016 e BELT AND ROAD PORTAL, 2019).

Há conflitos históricos e geopolíticos presentes no Sul da Ásia que tornam os avanços dos projetos e negociações incertos. O cerne dessas questões se refere às rivalidades históricas e religiosas entre Paquistão e Índia na disputa pelo território da Caxemira. Outra celeuma gira em torno da disputa pela influência hegemônica na região entre a Índia e a China, além dos conflitos na relação sino-indiana, em razão do território do Tibete. Índia e Paquistão tentaram fazer acordos através da Associação Regional na Ásia do Sul (SAARC – sigla em inglês para *South Asian Association for Regional Cooperation*) desde 1985, mas a fragilidade dessa integração se dá, especialmente, pela dificuldade de consenso entre as partes, considerando que a Organização toma decisões por meio da unanimidade. (JACOB, 2017 e SOUTH ASIAN ASSOCIATION FOR REGIONAL COOPERATION, 2018).

Nos planos do Partido Comunista Chinês (PCC), o Sul da Ásia integrará a BRI através de dois grandes corredores econômicos tanto por terra quanto por mar. Um deles é o corredor terrestre China – Paquistão (também denominado pela sigla CEPEC) (ver **figura 07**), que é considerado o ponto-chave da interconectividade da BRI. São 3.115 quilômetros que ligam a cidade chinesa de Kashgar à cidade paquistanesa e litorânea de Gwadar. Esta, por sua vez, tem papel fundamental na CEPEC e por isso tem diversos projetos em infraestrutura que dão suporte para escoar facilmente mercadorias pela península arábica (golfo de Omã e golfo Pérsico) através do mar Árábico (Oceano Índico). Dentre eles, um dos mais importantes projetos é o porto de Gwadar, mas há também um aeroporto e o gasoduto de Gwadar- Nawabshah.

Figura 7 - Corredor China-Paquistão



Fonte: China Dialogue (2017).

Apesar da estreita relação sino-paquistanesa com a BRI, as negociações entre esses dois países vão além da Iniciativa e são anteriores a CEPEC. Em novembro de 2018, essas duas nações apresentaram uma declaração conjunta em que as partes reafirmam o tratado de amizade e cooperação estabelecido desde ano de 2005. E as propostas desses acordos abrangem os setores industriais, agrícola, defesa e segurança contra o terrorismo, saúde, educação, cultura e questões de integração regional e global (BELT AND ROAD PORTAL, 2019). Por outro lado, revalidar a parceria entre a China e a República Islâmica do Paquistão tem aspectos geopolíticos que giram em torno do ceticismo dessa aliança pela análise do consequente endividamento paquistanês e de uma potencial perda de soberania nacional em favor do capital chinês. Ademais, a concretização da CEPEC tem como desafio geopolítico a questão da Caxemira, visto que o projeto desse corredor econômico prevê a interconectividade através desse território. E essa é uma disputa que envolve de um lado a China e o Paquistão e de outro a Índia (JACOB, 2017).

É importante ressaltar que o Porto de Gwadar começou a ser construído nos anos 2000 com parceria sino-paquistanesa. A primeira fase das obras foi concluída e inaugurada em 2007. A partir de então, a *Port of Singapore Authority* passou a ter direitos concessionários por 40 anos.

Todavia, essa operadora não conseguiu encadear produção que resultasse em ampliação da atividade portuária. Por essa razão, a concessão do Porto de Gwadar foi entregue a empresa estatal chinesa *Port Holding Company* desde 2013, pelo período de 40 anos. Dessa maneira, não é por acaso, que autoridades sino-paquistanesas adicionaram ao projeto de Gwadar outras obras de infraestrutura, e também o desenvolvimento de empresas, que agreguem valor à pesca local, de setores manufatureiros e *joint ventures* (CHINA DIALOGUE, 2017). Apesar de sua localização estratégica e potencialmente vantajosa, a CEPEC tem o desafio de encadear indústrias a montante a jusante para que o retorno do seu investimento seja sustentável.

A participação da Índia na Nova Rota da Seda é uma questão complexa. Primeiro, porque, oficialmente, a Índia não aparece na lista de parceiros da BRI. Segundo, porque, antagonicamente, a Índia é o segundo maior acionista do AIIB, que é um dos bancos de infraestrutura liderado pela China, que participa ativamente do financiamento de projetos ao longo da OBOR. Além de também ser acionista do Novo Banco dos BRICS. Ademais, existem projetos em diferentes fases de implantação e em diversas áreas do país, sobretudo nos setores de transporte e de tratamento de água e resíduos sólidos (ECONOMIST, 2016). Frequentemente, os projetos estão em estágios iniciais de planejamento, em concorrência no processo licitatório, ou foi interrompido por motivos políticos que envolvem a preocupação com a soberania do país e o ganho de influência da China na região sul-asiática (JACOB, 2017).

Mesmo com as divergências políticas, o PCC considera fundamental a participação indiana na BRI. Nesse sentido, há uma proposta de corredor econômico denominado de China-Bangladesh-Índia-Myanmar (CBIM) divulgada oficialmente em 2013, embora a viabilidade desse corredor esteja em discussão desde 1999. O CBIM é uma iniciativa que tem o objetivo de explorar a faixa continental entre a cidade chinesa de Kunming, passando pelo Mianmar, atravessando Bangladesh com destino final em Calcutá (Índia). Geoestrategicamente, o CBIM fornece acesso à China para escoar produtos pela Baía de Bengala, mas também aumentar o fluxo de comércio,

pessoas, serviços financeiros e de infraestrutura entre os países envolvidos (ver **figura 08**).

Figura 8 – Corredor Econômico China-Bangladesh-Índia-Myanmar (CBIM)



Fonte: KARIM e ISLAM (2018)

Apesar de estratégico e dos esforços diplomáticos chineses em convencer as autoridades do Mianmar, Bangladesh e, sobretudo, da Índia sobre a política do *win-win*, os desafios geopolíticos para a concretização do CBIM são grandes, ainda que não envolvam diretamente a China. Um dos problemas interestatais ocorre entre o Mianmar e Bangladesh. O primeiro país possui instabilidades étnicas religiosas entre a etnia *Arakanesa* que é budista e o povo *Rohingya* de etnia islâmica. Bangladesh, por sua vez, sofre com uma crise de refugiados provenientes da intensificação de atentados e conflitos aos *Rohingya* ocorridos a partir de 2017 em Mianmar, que tem maioria budista. Segundo a Organização das Nações Unidas (2019), o campo de refugiados de Bangladesh, Cox's Bazar, já abriga mais de 700 mil pessoas. Esse caso foi levado ao Tribunal Penal Internacional pela Gâmbia e discute-se sobre crime de Genocídio (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2019).

O desenvolvimento desse corredor econômico também possui outros motivos para resistência indiana, que é, conseqüentemente, outro empecilho desse país em participar oficialmente da BRI. Além da já citada questão da Caxemira, a China tem disputas territoriais em outra região de fronteira. Atualmente, considerada estado indiano, Arunachal Pradesh é uma área pertencente à Índia localizada no Tibete, que é considerada região autônoma da China. Em 2017, foi denunciado pelas autoridades de ambos os lados, incursões militares nessa região de fronteira sob a suspeita de espionagem, o que provocou tensões, ainda que no âmbito do discurso, entre as duas partes (BBC, 2017). Recentemente, em 2020, outros enfrentamentos foram denunciados na vale Galwan. Movimentos de veículos carregados de armamento chinês, bem como a construção de uma base aérea por parte das autoridades indianas nessa região soam como provações entre ambos os lados. O fato é que há relatos de conflitos com arma branca e o número de vítimas é incerto diante do pronunciamento oficial tanto das autoridades indianas quanto chinesas (CHARLEAUX, 2020). É possível visualizar a complexa delimitação de fronteira tanto na região da Caxemira, quanto no Tibete na figura subsequente.

Figura 9 - Áreas de Fronteira que Envolvem Conflitos entre China, Índia e Paquistão.



Fonte: BBC (2017).

3.1.3 A Participação da Ásia Central - Ocidental na Nova Rota da Seda

Ao tratar da Ásia Central estar-se falando principalmente de: Turcomenistão, Quirguistão, Cazaquistão, Uzbequistão e Tadjiquistão. Mas também, estar-se falando de Armênia, Azerbaijão, Geórgia e Turquia. A participação desses países na BRI simboliza, primeiramente, a valorização de fluxos de comércio, que ocorrem há dois mil anos com a antiga rota da seda e, secundamente, a viabilização de transações comerciais para o oeste do globo por meios terrestres. Geoeconomicamente, essa seria uma conexão entre a China e a Europa, que, ao mesmo tempo, dinamizaria a atividade econômica de províncias chinesas. Os corredores econômicos planejados para esses entornos são: Corredor Ásia Central – Ásia Ocidental e o *New Eurasia Land Bridge* (VADELL, SECCHES e BURGER, 2019).

O Corredor Ásia Central – Ásia Ocidental tem o objetivo de ligar a China ao ocidente, através da província de Xinjiang e, mais especificamente, as cidades de Ürümqi (capital da província) e Kashgar à península arábica, através de ferrovias e autopistas que passam pelo Turcomenistão, Quirguistão, Cazaquistão, Uzbequistão e Tadjiquistão. Além disso, há projetos no setor energético que visam construir dutos de petróleo e gás, além de maiores investimentos na exploração de minérios como o urânio, pois a região da Ásia Central abarca consideráveis reservas de recursos naturais (MILLER, 2017).

Em termos geoeconômicos e no âmbito da EPI, a Ásia Central é peça chave da cadeia produtiva global a montante e a jusante entre o Ocidente e o Oriente. Logo, construções de infraestruturas que encurtem tempo de reprodução do capital e tornem os custos de transporte menos dispendioso, são fundamentais para a mecânica do capitalismo, conforme é observado na seguinte passagem que trata do comércio entre Alemanha e China.

Os primeiros serviços transcontinentais para a Alemanha começaram em 2012 e demoram quinze dias para fazer uma viagem de 10.000 km, trinta dias mais rápidos que no mar. HP, Acer e Foxconn usam a rota para exportar computadores de suas bases de fabricação em Chongqing; Volkswagen, Audi

e BMW a utilizam para enviar peças da Alemanha para suas fábricas no interior da China. Desde sua base global em Chengdu, a Dell envia todos os seus laptops para o mercado europeu por trem transcontinental¹⁰ (MILLER, 2017, p.26, tradução nossa).

É preciso enfatizar que os programas de cooperação entre a China e os países da Ásia Central são antecedentes às iniciativas da BRI, sobretudo, em razão da Organização para a Cooperação de Xangai criada em 2001. No trecho acima, retirado do livro de Tom Miller; *China's Asian Dream*, os serviços transcontinentais entre a China e Alemanha, por exemplo, são de 2012. Logo, estes são anteriores a oficialização da *One Belt, One Road*. Dessa maneira, as propostas atuais são uma espécie de fortalecimento dessa aliança e materialização dessa conectividade por meio de obras infraestruturais.

No âmbito das questões internas, o corredor Ásia Central – Ásia Ocidental tem o intuito de dinamizar economias nacionais situadas ao noroeste da China, mais precisamente na província de Xinjiang. Essa é uma localização geográfica longínqua dos oceanos, muito embora seja uma área importante de conexão com outros países, a saber: o Paquistão, Cazaquistão, Tajiquistão, Quirguistão e Afeganistão (MILLER, 2017). Ademais, na referida província há recursos energéticos significativos para usufruto da economia chinesa. Por outro lado, essa é uma região de conflitos entre as autoridades locais e o povo da etnia Uigur de religião muçumana. Atualmente, o PCC tem sido alvo de denúncias e pressão por parte da comunidade internacional, especialmente através do setor de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), por causa da manutenção e ampliação de campos de reeducação em Xinjiang destinados aos Uigures. Esses redutos são chamados pelo PCC de centros de treinamento vocacional e tem o intuito de orientar os seguidores do Islã às leis e costumes chineses, ao tempo em que objetiva-se frear ideias extremistas e separatistas que, por sua vez, resultam em terrorismo. Vale

¹⁰ (MILLER, 2017, p.26) **Tradução Nossa:** *The first transcontinental services to Germany began in 2012 and take fifteen days to make the 10,000 km journey, thirty days quicker than by sea. HP, Acer and Foxconn use the route to export computers from their manufacturing bases in Chongqing; Volkswagen, Audi and BMW use it to ship parts from Germany to their factories in inland China. From its global base in Chengdu, Dell sends all its laptops for the European Market by transcontinental train.*

ressaltar que essa província também é conhecida como Região Autônoma Uigur de Xinjiang e há grupos Uigures que defendem a independência dessa região. Diante da intolerância religiosa e do temor separatista, que ameaça a integridade do território nacional, sobretudo de uma área geoestrategicamente importante para a China, as autoridades locais são acusadas de intensa repressão à referida etnia e há relatos (porque não é possível obter informações claras) de maus tratos dentro desses campos de reeducação (MAIZLAND, 2020). Na perspectiva do governo chinês, o desenvolvimento econômico dessa região proporcionado pela BRI, associado à cooperação entre os países vizinhos citados, resultaria em maior estabilidade política em Xinjiang.

No que se refere aos projetos, o documento *Iniciativa de Construção Conjunta da Rota da Seda* (2019), desenvolvido por um grupo de dirigentes para o formento e construção da BRI, fez publicações positivas sobre acordos multilaterais entre China – Paquistão – Cazaquistão - Quirguistão, bem como China - Cazaquistão - Rússia e China – Quirguistão - Uzbequistão. Entrementes, o relatório também destaca êxito nos testes de transportes transcontinentais por meio de estradas entre China – Quirguistão-Uzbequistão, que entrou em fase de operação regular desde fevereiro de 2018. Ainda assim, é preciso enfatizar que esses países ainda possuem problemas de delimitação de fronteira desde a dissolução da União Soviética (MOLCHANOV, 2017).

O corredor terrestre *New Eurasia Land Bridge*, por sua vez, pretende fazer conexões entre o oceano pacífico através das cidades litorâneas e chinesas de Lianyungang e Rizhao (situadas nas províncias de Jiangsu e Shandong, respectivamente, a sudeste do país) ao Oceano Atlântico através da cidade de Roterdã na Holanda (VADELL, SECCHES e BURGER, 2019). São 10.800 quilômetros de ferrovias que, além de também ligar a China à Europa, oferece conexão potencial para o traslado de produtos e serviços japoneses e sul coreanos. Vale ressaltar que a Coreia do Sul está na lista dos participantes de BRI, mas o Japão não faz parte da Iniciativa. Paralelo a isso, também há projetos de estradas que ligam o oeste da China ao Cazaquistão, Rússia e Europa Ocidental.

3.1.4 A Participação do Norte da Ásia na Nova Rota da Seda

Nos planos da China para a região Norte da Ásia está o acordo trilateral desse país com a Rússia e a Mongólia através do Corredor Econômico China – Mongólia – Rússia (CECMR). Os objetivos estratégicos dessa relação giram em torno do fornecimento fácil, rápido e menos dispendioso de gás e energia. Para tanto, é previsto a construção e melhorias de estradas, pontes, linhas férreas de alta velocidade e portos, além da instalação de cabos ópticos, negociação de novos acordos comerciais e industriais. No âmbito desse corredor econômico há pelo menos nove projetos conhecidos com viés para investimentos em construção e melhorias no setor de transporte (ECONOMIST, 2016 e BELT AND ROAD PORTAL, 2019).

Vale observar que essa integração tem sido realizada entre médias e pequenas cidades ao longo do CECMR. O que promove dinamismo para pequenas economias que têm poucas oportunidades de inserção no mercado mundial. Dessa maneira, a BRI traz um perfil multinível em que as conexões perpassam das esferas internacionais para esferas domésticas (BANCO MUNDIAL, 2019).

3.1.5 A Participação do Oriente Médio na Nova Rota da Seda

Outra área geográfica estrategicamente importante, que também compõe a Iniciativa *One Belt, One Road* é o Oriente Médio. Essa é uma sub-região que compreende países do norte da África e da Ásia Ocidental e formada inicialmente pela exotização do Oriente pelo Ocidente, mas posteriormente entendida por estreitas identidades sociais e culturais ramificadas através da religião, etnias e das estruturas políticas (SCHIOCCHE, 2011). Nesse sentido, Turquia, Iraque, Irã, Síria, Bahrein, Emirados Árabes, Arábia Saudita, Omã, Iêmen, Chipre, Kuwait, Palestina,

Jordânia, Israel, Catar, Líbano e Egito possuem acordos e projetos com a China. Essa sub-região concentra as maiores reservas de petróleo do globo. Além disso, é um epicentro de disputas geopolíticas do capitalismo global desde a partilha do referido território em zonas de influência imperialista após a primeira guerra mundial com a desintegração do Império Otomano entre a Inglaterra, França e Rússia e, da resultante formação dos seus Estados nacionais.

Atualmente o Oriente Médio é uma área conhecida pela instabilidade civil e política através do insurgente Estado Islâmico e das guerras internas, mas também pela duradoura interferência dos Estados ocidentais interessados em recursos energéticos. Essa também é uma sub-região cujos países envolvidos têm desiguais níveis de desenvolvimento: econômico, estrutural e de segurança nacional. A Arábia Saudita apresenta maior estabilidade interna e possui maiores montantes de recursos financeiros aplicados em infraestrutura de alta tecnologia. O Irã, Iraque e a Síria têm gargalos infraestruturais, sobretudo em razão das guerras. O Irã, cujo principal setor econômico é o petroleiro, sofre sanções econômicas internacionais, sobretudo, por parte dos Estados Unidos – o maior consumidor de petróleo do mundo – por razões de descumprimento do Acordo Nuclear de 2015. O Catar busca dinamizar a economia interna, basicamente dependente dos preços internacionais do petróleo, através das obras de infraestruturas, estimuladas recentemente pela responsabilidade de sediar a Copa do Mundo de 2022.

A maior aproximação da China com Oriente Médio através da Nova Rota da Seda tem objetivos estratégicos voltados para a construção de infraestrutura que intensifique o comércio. Além disso, há o objetivo de construção de parques industriais para dinamizar a economia da região que tem seu crescimento interno dependente do preço internacional do barril do petróleo. Outro propósito dessa relação é o fácil, eficaz e menos dispendioso acesso a recursos energéticos (gás e óleo). No entanto, nem tudo se assentará nos hidrocarbonetos, há projetos de construção de usinas solares como é o caso do Catar, iniciativas de desalinização da água do mar por meio de energia solar na Arábia Saudita, através do programa denominado

de *Al Khafji solar – powered – desalination plant*, mas há também outros programas de desalinização no Bahrein e Egito (ECONOMIST, 2016).

3.1.6 A Participação da África Subsaariana na BRI

A África possui o segundo maior número de participantes na Iniciativa. São cerca de 40 países que estão dispersos pelos quatro cantos do continente. A saber, seguem alguns membros da BRI: Marrocos, Egito, África do Sul, Somália, Serra Leoa, Djibouti, Senegal, Uganda, Guiné, Moçambique, dentre outros. Os projetos da BRI na África são para os setores de eletricidade, telefonia, construção de estradas, rodovias, portos e fornecimento de serviços sociais e de saúde. Em sua maioria, são áreas que possuem gargalos infraestruturais para desencadear atividades econômicas adjacentes ligadas aos setores da agricultura, indústria e serviços. Por essa razão, as lideranças dos países envolvidos tem o objetivo de minimizar esses gargalos para potencializar o desenvolvimento. No caso da Tanzânia, por exemplo, que possui um setor de turismo crescente, as obras de infraestrutura da BRI tendem a atender os déficits desse setor. Adicionado a isso, há projetos que objetivam, especificamente, a eletrificação nacional, visto que, segundo a Economist (2016) apenas 36% da população tem acesso à energia elétrica.

Vale ressaltar que a cooperação sino-africana se intensificou muito antes da Nova Rota da Seda, mais precisamente com o Fórum de Cooperação China-África estabelecido nos anos 2000. Um dos mais robustos investimentos em obras de infraestrutura, que ocorreu antes mesmo da BRI, é a ferrovia Dar es Salaam – Ruanda – Burundi, embora, atualmente, essa construção receba o “selo” da Iniciativa. Dar es Salaam é a principal cidade portuária da Tanzânia, país localizado na África Oriental, que dá acesso através do Oceano Índico para o continente asiático e especificamente para a região do médio oriente. Outra grande obra é a *Standard Gouge Railway* (SGR), uma ferrovia cujo projeto inicial prevê ligar a capital do Quênia, Nairóbi, à cidade litorânea, de Mombaça, situada na parte leste do continente (ECONOMIST, 2016).

A construção da SGR é o exemplo do mecanismo econômico de como funciona a parceria entre a China e um país integrante da BRI, que é através da Parceria Pública Privada (PPP). A principal agência financiadora da referida obra é o *China Exim Bank* e a empresa contratada para a construção da ferrovia é a *China Road and Bridge Corporation*. Além da infraestrutura, a atuação de empresas construtoras e do capital chinês nos países africanos propõe viabilizar dinamismo econômico na região, ao incentivar a atividade manufatureira, mesmo que de baixo valor agregado. Os projetos objetivam estimular também os setores de serviços e o de exploração dos recursos naturais, como níquel e diamante. O interesse chinês nessa atividade, por sua vez, explica-se pelo fato de que o fornecimento de minérios poderia ser meio de compensação no endividamento desses países com a China. (ECONOMIST, 2016).

Pautasso (2016) faz considerações importantes sobre a participação de três países na OBOR. A primeira delas é o Egito. Segundo o autor, a participação desse país é “crucial”, em particular, para a Rota da Seda Marítima, por causa do Canal de Suez, pois é onde ocorre o principal afluxo de mercadorias entre o Oceano Índico e o Mar Mediterrâneo. Djibouti é outro membro relevante para as pretensões chinesas, porque apesar de ser uma pequena economia, tem localização tática entre o Mar Vermelho e o Golfo de Adén. Nesse país, a China tem projetos de implantação de base naval ultramarina. No entanto, o PCC evita pronunciar que é uma base miliar e prefere atribuir a esta tática de segurança o papel logístico, humanitário e de combate à pirataria. Vale informar que em Djibouti, os EUA, por meio da CIA (Central de Inteligência dos Estados Unidos), fazem incursões militares via *drones*. Por fim, Pautasso (2016) destaca a participação do Quênia na BRI, através da construção do Porto de Lamu. Essa e outras obras coadjuvantes (estradas e ferrovias) visam integrar economicamente o Quênia ao Sudão do Sul e à Etiópia. De modo que a indústria petroleira do Leste africano esteja integrada ao continente asiático. (PAUTASSO, 2016). A fim de melhor apreciar essas informações segue **figura 10**.

Figura 10: Mapa de parte do Sudeste africano com visualização dos Golfos.



Fonte: Retirado do site: <https://www.coladaweb.com/geografia/paises/arabia>

3.1.7 A Participação da Europa Oriental na Nova Rota da Seda

No continente europeu cerca de vinte e seis países já assinaram acordos com a China dentro da *One Belt, One Road*. É preciso destacar que assim como na África, a China já tinha uma cooperação com dezesseis países do centro e Leste europeu desde 2012 através da denominada *Cooperation Between China and Central and Eastern European Countries* (CEEC). Os acordos da BRI vieram para intensificar a parceria e os fluxos de investimentos chineses na região. Fazem parte da CEEC e também da Nova Rota da Seda: Albânia, Bósnia Herzegovina, Bulgária, Croácia, República Tcheca, Estônia, Hungria, Lituânia, Letônia, Macedônia, Montenegro, Polônia, Romênia, Sérvia, Eslováquia e Eslovênia. Além desses, fazem parte da BRI a Grécia, Luxemburgo, Moldova, Bielorrússia, Geórgia, Áustria, Malta, Azerbaijão, Ucrânia e mais recentemente, em 2019, a Itália.

A maioria dos países participantes citados se inseriu totalmente no capitalismo global após a Guerra Fria. Essa inserção ocorreu em razão da

independência de antigas repúblicas soviéticas, a partir dos anos de 1990, após dissolução da União Soviética e da ex Iugoslávia.

A parceria entre a China e os países europeus envolvidos na BRI giram em torno dos setores de tecnologia e, mais especificamente, nas áreas de biologia, aviação, energia nuclear, nanotecnologia, educação, máquinas e equipamentos. Além disso, há iniciativas de construções de pontes, aperfeiçoamento de portos e ferrovias. Companhias chinesas como a *COSCO Shipping Port* e a *Qingdao Port International Development* já representam porcentagens significativas de participações em investimentos nos portos de Pirineus na Grécia, Nápoles e Gênova na Itália. (VADELL, SECCHES e BURGER, 2019).

3.1.8 A Participação da América Latina na BRI

A *Belt and Road* tem uma cobertura geográfica, desde o seu princípio, focada na Ásia, África e Europa. Naturalmente pela conexão espacial entre os continentes. Todavia, em 2018, autoridades chinesas convidaram os países da América Latina e Caribe a fazerem parte da Iniciativa através da Declaração Especial de Santiago da 2ª Reunião Ministerial do Fórum CELAC – China sobre a Iniciativa *Belt and Road* (2018). Os ministros das relações exteriores presentes manifestaram interesse em fazer análises mais aprofundadas sobre a participação dos Estados representantes à proposta. Segundo o ministro das relações exteriores chinês, a América Latina e o Caribe são uma extensão geográfica natural de uma Iniciativa que vem ao longo dos anos se ampliando na comunidade internacional. No *site Belt and Road Portal* constam, oficialmente como membros: Peru, Chile, Venezuela, Bolívia, Trinidad e Tobago, Antígua e Barbuda, Cuba, El Salvador, Jamaica, Equador, Granada, Suriname, Uruguai, Barbados e República Dominicana.

O fato é que desde janeiro de 2018, quando a referida declaração foi publicada, a América Latina vem passando por uma onda de instabilidade política. Isso, conseqüentemente, paralisou o curso da Comunidade dos Estados Latino Americanos e Caribe (CELAC) e modificou a forma como

esses países têm lidado com os interesses da China. A saber, em outubro de 2019, mobilizações populares ocorreram no Chile, em princípio, pelo aumento da tarifa de transportes. No Equador, insurgências ocorreram por conta da adoção de políticas austeras por parte do presidente Lenín Moreno. Em novembro do mesmo ano, na Bolívia, o então presidente, reeleito, teve que renunciar ao cargo, após dias de violência e conflitos políticos e finalmente um golpe. Na Venezuela, os problemas se complexificam desde 2016 com uma crise econômica caracterizada pela hiperinflação, pelo desabastecimento de bens essenciais e por uma crise política que se intensificou a partir de 2018. Por fim, entre janeiro de 2020 o ministro das relações exteriores brasileiras, Ernesto Araújo, anunciou a suspensão da participação do país na CELAC (AGENCE FRANCE-PRESSE, 2020).

Parafraseando Nogueira (2017) e Hart-Landsberg (2018) a BRI é uma espécie de "projeto guarda-chuva" que "amarra todas as pontas" de outras investidas estratégicas chinesas, como o Novo Banco dos BRICS. Isso que dizer que, indiretamente, os países latino-americanos podem se envolver com a BRI, sobretudo, porque a China é o principal parceiro comercial de países como Brasil e Chile. Além disso, o *Exim-Bank* e o *China Development Bank* são credores importantes de governos e empresas estatais em nações como Venezuela, Brasil, Equador e Argentina respectivamente (GALLAGHER, KEVIN P. e MARGARET MYERS, 2020).

3.2 Cobertura Financeira da BRI

Diante de propostas tão ambiciosas que envolvem a *One Belt, One Road*, é inevitável questionar de onde proveem recursos financeiros capazes de sustentar tantas e tamanhas obras de infraestruturas ao longo de grandes extensões continentais e marítimas. Naturalmente que, a China sozinha não é capaz de cobrir todos os projetos propostos e aprovados.

A partir da leitura do documento *Iniciativa de Construcción Conjunta de la Franja y la Ruta - Avances, Contribuciones y Perspectivas*

(2019) é possível verificar que o grupo de fomento da OBOR faz um convite aos países para "construírem" a Rota e convocam suas instituições financeiras domésticas para fazerem suas contribuições. Além disso, é importante destacar que se verifica uma mudança de linguagem nesse relatório, em comparação com outras publicações oficiais realizadas anteriormente. Isso quer dizer que, em princípio, a linguagem utilizada não se preocupava em ser inclusiva, no tocante ao protagonismo de outros países. Em analogia ao referido documento, a partir da leitura de *Vision and Actions* de 2015, é possível interpretar um protagonismo unilateral da China na instituição da *Belt and Road*. Agora se fala e se enfatiza que a Iniciativa é uma “construção conjunta”.

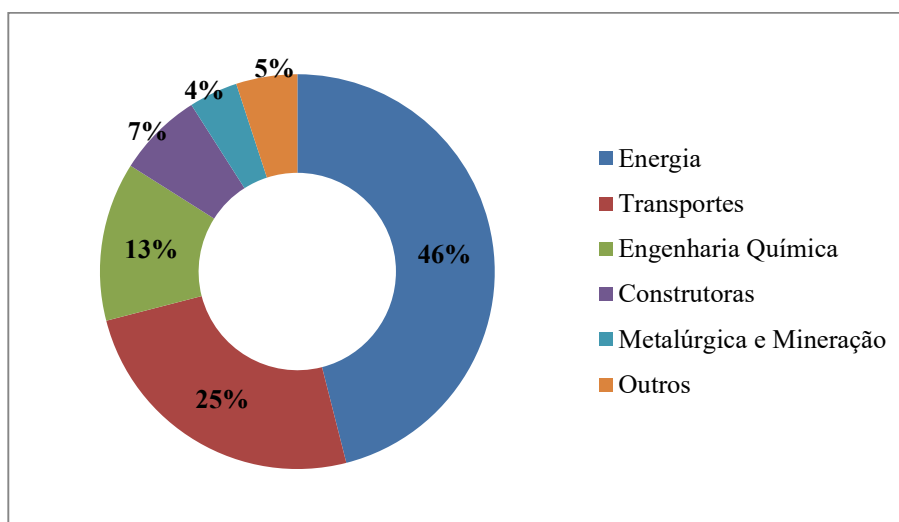
Nas análises de Carrai (2017) a BRI aparentemente transmite a noção de uma política externa inovadora do século XXI. Entretanto, a autora, argumenta que uma investigação mais consistente permite chegar à conclusão de que a Iniciativa abarca um conjunto de investimentos já existentes e, por essa razão, não há uma estrutura institucional e legal clara ou rígida.

Apesar de a China passar a imagem de uma política externa que respeite a soberania dos Estados parceiros através da não interferência em questões políticas e econômicas, Carrai (2017) evidencia que estudos apontam que há pelo menos quatro condicionalidades para o financiamento chinês, das quais estão: 1) o reconhecimento da integridade política e territorial da China, ou seja, compactuar que esse país tem domínio sobre Hong Kong, o Tibete e o não reconhecimento de Taiwan, 2) Concordar com regulamentos das empresas privadas, bem como utilizar recursos humanos chineses, 3) Está ciente de que pode haver exigências em caso de superendividamento, vulgarmente denominado de "perdões de dívidas", a exemplo de fornecimento de recursos energéticos a preços vantajosos ou longas concessões para operar em portos e 4) Utilização de recursos materiais/tecnológicos chineses, no que se refere aos seguimentos considerados estratégicos para o PCC.

Atividades econômicas financiadas pela *One Belt, One Road*, por sua vez, podem ser agrupadas por setores industriais conforme **figura 11**. Nesse

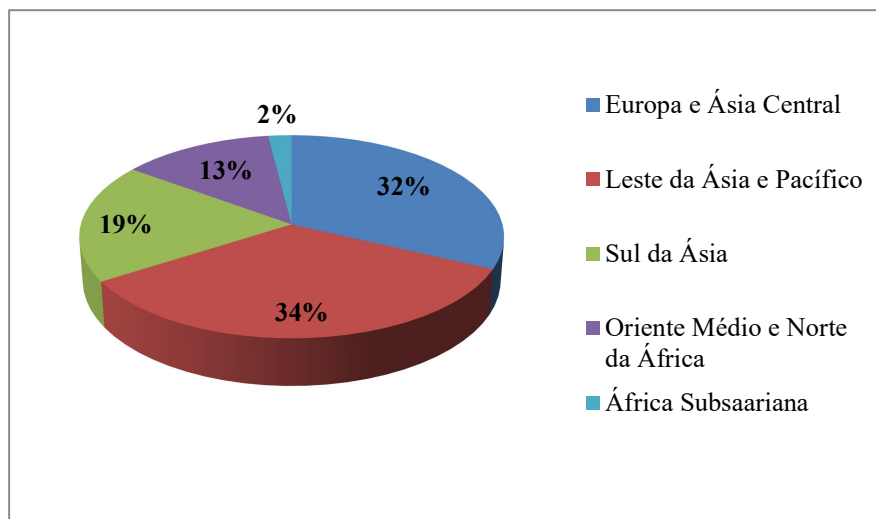
sentido, é possível perceber que quase metade dos recursos investidos está no ramo da produção de energia, seguida do setor de transporte. Na **figura 12**, é possível verificar uma estimativa de como se distribuem recursos financeiros por região ao longo dos corredores econômicos. Esses dados estão no relatório do Banco Mundial (2019), em que a referida Instituição toma como base, dados de projetos executados, em execução e somente em fase de planejamento. Vale ressaltar que, o Banco Mundial reconhece 70 países participantes da BRI, portanto as porcentagens apresentadas, em especial, as que se referem às regiões, estão pautadas nesse quantitativo. Em termos de valores, por sua vez, os estudos dessa Instituição estimam que os investimentos financeiros da Iniciativa sejam de aproximadamente 575 bilhões de dólares.

Figura 11 – Distribuição dos Investimentos da BRI por Setores Industriais (%)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Bandiera e Tsiropoulos (2019 *apud* Banco Mundial, 2019).

Figura 12 - Distribuição dos Investimentos da BRI por Região (%)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Bandiera e Tsiropoulos (2019 *apud* Banco Mundial 2019).

De antemão, é necessário enfatizar que a cobertura financeira da NRS permeia bancos comerciais e de investimentos nas esferas domésticas (tanto chinesa, quanto de países participantes), bem como na esfera multilateral. No âmbito internacional, vale ainda destacar que, envolvem-se instituições tradicionalmente ocidentais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Englobam-se também instituições inauguradas a partir de 2014, quando a BRI também foi lançada, e ainda há organizações regionais consolidadas há algum tempo. Para cada uma dessas coberturas institucionais foi destinado um pequeno bloco explicativo, conforme pode ser verificado a seguir.

3.2.1 Cobertura Financeira Doméstica

Na esfera doméstica vale destacar a ativa presença dos cinco grandes bancos públicos chineses na Iniciativa. A saber, são eles: 1) *Industrial and Commercial Bank of China* 2) *China Construction Bank* 3) *Bank of China* 4) *Agricultural Bank of China* e o 5) *Bank of Communications*. Além dessas instituições, o *Export-Import Bank* é um banco de desenvolvimento que investe significativamente em projetos de infraestrutura ao longo do enfoque geográfico da BRI, bem como o financiamento em máquinas e

equipamentos exportados da China para a construção de obras (THE EXPORT-IMPORT BANK OF CHINA, 2020).

Segundo Miller (2017), os bancos chineses são a verdadeira força de financiamento da BRI, porque estão por mais tempo no mercado, em comparação com as organizações multilaterais recentemente criadas. Ademais, essas instituições domésticas tiveram uma atuação importante no estímulo financeiro pós-crise financeira de 2008, especificamente, o *China Development Bank* e o *Export-Import Bank*. Além disso, esses bancos se interessam por financiar projetos bilaterais em setores específicos, característica que organizações multilaterais normalmente não possuem. A esses aspectos, é possível adicionar também o fato de que os bancos chineses possuem uma noção mais enraizada dos interesses nacionais. Em outras palavras, os referidos coadunam com a ideia de “sonho chinês”, fator que não tem coerência na esfera multilateral, porque nesse âmbito estão em jogo os interesses nacionais de cada nação.

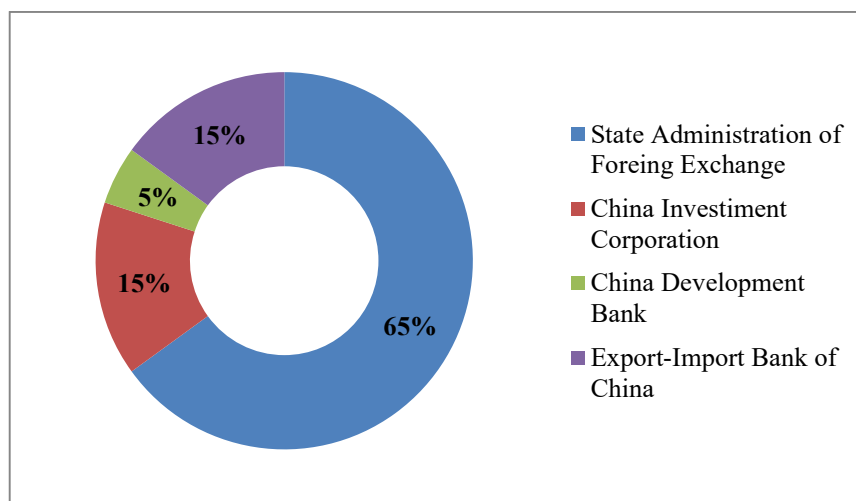
3.2.2 Cobertura Institucional Multilateral.

A partir de 2014, além da divulgação da BRI, foram lançadas, instituições internacionais com o protagonismo da China, como: o Fundo da Nova Rota da Seda, o *Asian Infrastructure Investment Bank* e o Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS (NDB). A primeira instituição tem proposta exclusivamente vinculada à Iniciativa e conta com a participação de capital de diversas províncias chinesas. O AIIB, por sua vez, tem perfil multilateral, cujo objetivo principal é o desenvolvimento da região asiática e apesar de ser um dos principais financiadores da BRI, sua atuação não gira em torno desse conjunto de projetos. O NDB, que também foi instituído em 2014, na cúpula dos BRICS em Fortaleza, tem o objetivo de financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável. Essa instituição, por sua vez, possui cobertura geográfica de financiamento ainda restrito aos países do BRICS (NEW DEVELOPMENT BANK, 2020). Nesse sentido, o NDB tem um status de parceiro potencial da *Belt and Road*, porque ainda

não há nenhum projeto aprovado, diretamente vinculado a essa Iniciativa (CARRAI, 2017).

O Fundo da Nova Rota da Seda, que, ao contrário das demais instituições, atende exclusivamente as demandas da OBOR, foi estabelecido em 2014 com um investimento inicial de US\$ 40 bilhões de dólares. Posteriormente, o presidente Xi Jinping anunciou um suporte financeiro no valor de 100 bilhões de renminbis. Os principais acionistas, através de suas subsidiárias, são as seguintes instituições chinesas: *State Administration of Foreign Exchange*, *China Investment Corporation*, *China Development Bank* e o *Exim Bank*. Na **figura 13** é possível verificar as porcentagens de participações acionárias de cada um destes.

Figura 13 – Participação (%) dos Acionistas do Fundo da Nova Rota da Seda



Fonte: Silk Road Fund (2014).

Desde 2014 o Fundo da Nova Rota da Seda tem estabelecido parcerias consolidadas no Cazaquistão, bem como investimentos no Oriente Médio e Norte da África, mais precisamente o Egito. O foco de atuação ocorre na área de recursos hídricos e alternativas de energia renováveis. Com o continente europeu, essa Instituição tem estreitado acordos com o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento e com empresas privadas. A saber, a empresa alemã *EEW Energy Waste GmbH* tem projetos no âmbito da economia verde com o Fundo e a *Beijing Enterprise Holding*

Ltd., que empreende no seguimento de tratamento e distribuição de água e saneamento básico. Ademais, o Fundo fez acordos com as empresas russas; *Novatek* (gás natural) e *PJSC Sibur Holding* (petroquímica), que possibilitou ao capital chinês aquisição minoritária de ações nessas companhias russas (FUNDO DA NOVA ROTA DA SEDA, 2018).

Os principais parceiros internacionais do Fundo da Rota da Seda são: *International Finance Corporation*, órgão vinculado ao Banco Mundial, o *European Investment Bank*, o já citado Banco de Reestruturação e Desenvolvimento Europeu, o *Hong Kong Monetary Authority* (banco central de Hong Kong) e o banco multilateral de desenvolvimento *African Development Bank Group*.

3.2.3 Cobertura Institucional – Organizações Ocidentais Tradicionais

No que se refere às organizações internacionais tradicionalmente ocidentais, a BRI possui apoio declarado do Banco Mundial e do FMI, nos países em que os mesmos já possuem capital aplicado (BANCO MUNDIAL, 2017 e FMI, 2017). Essas instituições agem como cofinanciadoras de bancos multilaterais ou organizações domésticas diretamente envolvidas na Iniciativa. As referidas atuam também como fornecedoras de suporte técnico em termos de capacitação de recursos humanos, além de consultorias na área de crédito e finanças para o setor privado. Nesse sentido, abaixo segue uma passagem do discurso de Mahmoud Mohieldin (2017), vice-presidente sênior do Banco Mundial, na qual traz pontos relevantes da participação dessa instituição na *Belt and Road*.

O Banco Mundial já está profundamente engajado em países ao longo do corredor BRI, com base em nossas estruturas conjuntas de parceria com países. O Banco Mundial possui compromissos de cerca de US \$ 80 bilhões em infraestrutura nos países da *Belt and Road*, com inúmeros projetos adicionais que abordam infraestrutura, comércio e conectividade em seus projetos de dutos. Além disso, o Banco Mundial ajuda os países a tratar de questões comerciais e de conectividade, fornecendo serviços de consultoria e análise. A IFC, nosso braço do setor privado, está envolvida em vários países da BRI que apoiam o envolvimento do setor privado, e a MIGA, o braço de

seguro de risco do Banco Mundial, fornece garantias para investimentos estrangeiros diretos externos.¹¹ (BANCO MUNDIAL, 2017- tradução nossa).

O FMI, também, em pronunciamento feito pela Chistine Lagarde em 2017, apresenta apoio à Iniciativa, ressaltando que a construção coletiva desse projeto tem viabilidade para construir algo novo em termos de desenvolvimento econômico. Um ano após essa declaração, Lagarde anunciou o lançamento do Centro de Desenvolvimento de Capacidade da China-FMI, que tem um objetivo de disponibilizar uma plataforma de treinamento aos profissionais da área financeira de países membros.

Tanto o Banco Mundial, quanto o FMI trazem perspectivas sobre a OBOR no âmbito da dicotomia entre riscos (desafios) *versus* oportunidades. A posição do Banco Mundial pode ser verificada tanto no discurso de 2017, quanto no relatório *Belt and Road Initiative* de 2019, em que é evidenciada a redução de custos de tempo e transporte para circulação de mercadorias como sua principal oportunidade. Todavia, o Banco também lança preocupações no sentido de que esses investimentos podem ser pouco eficazes, caso não haja regulamentação legal para o comércio e maior abertura dos países para as transações internacionais.

O FMI, por sua vez, celebra a Iniciativa por: 1) Viabilizar infraestrutura de alta qualidade, 2) Incluir investimentos em vários setores (desde portos, até escolas e serviços de saúde) e 3) Incentivar a cooperação econômica. No entanto, Christine Lagarde chama atenção sobre o risco de endividamento em países que já possuem dívida pública alta. A ex-presidente do Fundo também enfatiza que os projetos devem ser realizados apenas onde houver necessidade, a fim de evitar desperdícios de recursos em obras subutilizadas. Dessa maneira, o FMI chama atenção, também, para maior transparência sobre as decisões que envolvem a Iniciativa.

¹¹ (BANCO MUNDIAL, 2017) **Tradução nossa:** *The World Bank Group is already deeply engaged in countries along the BRI corridor, based on our joint country partnership frameworks. The World Bank has commitments of about \$80 billion dollars for infrastructure in Belt and Road countries, with numerous additional projects addressing infrastructure, trade, and connectivity in its project pipeline. Furthermore, the World Bank Group helps countries to address trade and connectivity issues by providing advisory services and analytics. IFC, our private sector arm, is engaged in numerous BRI countries supporting private sector engagement, and MIGA, the World Bank Group's risk insurance arm, provides guarantees for outward foreign direct investment.*

3.2.4 Cobertura Institucional Regional

Em se tratando de Ocidente, vale ressaltar sobre as intenções da China em promover integração financeira na região asiática. Essa disposição, indubitavelmente, reflete nas análises sobre a hegemonia do dólar no sistema internacional. Nesse sentido, é importante destacar em que consiste a integração financeira proposta no documento *Vision and Actions* (2015). Pois bem, a referida proposição sugere que os países asiáticos criem um sistema de estabilidade cambial, de financiamentos e de crédito. Ademais, incentivam-se transações em moedas bilaterais, bem como emissão de títulos em renminbi para seus parceiros. Fala-se também em engajamento para estabelecer o AIIB e o banco dos BRICS como organizações fortes, mas também estímulo para estabelecer instituições financeiras via Cooperação de Xangai e associações interbancárias entre a China e a ASEAN.

Ainda no âmbito da esfera regional, mas também multilateral, destaca-se o Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB) que tem o objetivo principal de financiar projetos que promovam assistência técnica a fim de erradicar pobreza na referida região. Atualmente, o ADB possui sessenta e oito membros, dos quais, quarenta e nove são da região asiática e dezanove são de outras localidades (ASIAN DEVELOPMENT BANK, 2020). O principal desafio da China em aprovar projetos da BRI com o ADB é sua limitada participação acionária. Não por sua capacidade financeira, mas pelos bloqueios de seus maiores acionistas, no caso, Japão e Estados Unidos, que controlam juntos o percentual de 31% do capital social e 26% do direito ao voto (MILLER, 2017, p.36).

3.3 Conclusões

Esse capítulo tem o intuito de descrever a *One Belt, One Road* em seu aspecto geográfico, geopolítico e financeiro. Naturalmente, há

limitações de informações, porque essa é uma investida global, em constante ampliação, além de ser parte de um emaranhado de outras iniciativas encabeçadas pela China. Dessa maneira, é complexo definir uma dimensão de todos os projetos cunhados pela BRI, bem como cifras exatas, além de todos os agentes possíveis envolvidos. Aqui, tentou-se apresentar os aspectos mais relevantes, que possibilitassem uma compreensão de quão ampla é a estratégia chinesa. Ainda assim, os esforços dessa pesquisa estiveram concentrados na região asiática.

Desde 2014, a Iniciativa vem agregando Estados nacionais das mais diferentes partes do mundo. Conseqüentemente, a OBOR tem ganhado significativa proporção na comunidade internacional. Países com economias pequenas estão estimulados pela oportunidade de dinamizar suas produções domésticas, como é o caso do Uzbequistão, Turcomenistão, dentre outros. Países com maior inserção na economia global, por outro lado, buscam alternativas para a estagnação econômica global pós-2008, visto que essa é uma possibilidade de conseguir fontes alternativas de financiamento, que não sejam as tradicionalmente ocidentais, conhecidas por impor políticas fiscais e monetárias aos países devedores. Esse é o exemplo da Grécia e da Itália.

Em paradoxo a relevante adesão de muitos governos, autoridades de países como Estados Unidos, Japão e Índia tem expressado incômodo sobre a expansão da agenda chinesa no mundo. Indubitavelmente, a BRI é uma forma de esse país ganhar influência na esfera internacional e, especialmente na Ásia, onde EUA, aliado do Japão, tiveram posição hegemônica a partir do pós-segunda guerra mundial, inclusive, influenciando economias do Sudeste asiático na luta contra ampliação do comunismo. No caso da Índia, o ceticismo gira em torno da disputa de potências emergentes pelo poder em uma mesma região, o Sul da Ásia, associado aos conflitos de fronteira, que envolvem a Caxemira e o Tibete. Além disso, a *Belt and Road* é uma estratégia que se associa diretamente com outras instituições encabeçadas pela China, dentre elas o Banco de Desenvolvimento dos BRICS e o AIIB. Essa institucionalização traz reflexões sobre os interesses da China em desenvolver organizações que

concorram com as tradicionais agências financiadoras (FMI e Banco Mundial) e, portanto, poder refletir sobre um possível declínio da hegemonia do Ocidente. Dessa forma, a BRI toca em questões políticas importantes sobre supremacia global.

Outra observação interessante, possível de se inferir com a apresentação realizada nesse capítulo, é que parcerias, acordos bi e trilaterais, além de grandes projetos rotulados como sendo da Iniciativa, não nasceram juntamente com ela. Em outras palavras, observou-se que a referida traduz-se, dentre outras interpretações, em estreitamento de laços já existentes entre a China e outros países, como o Paquistão. Ao mesmo tempo, a BRI também pode ser traduzida como uma oportunidade de finalizar vultosos projetos, que não foram concluídos antes, seja por sua proporção, seja por falta de condições de financiamento, como é o caso do Porto de Gwadar. Além disso, há projetos antigos, com alta complexidade em termos de viabilidade econômica, como é o exemplo do Thai Canal, que agora tem status de “projeto proposto” e, portanto, há credor potencial. Dessa maneira, a grande inovação da BRI, talvez seja a atuação arrojada do seu protagonista: o Estado chinês.

Ao mesmo tempo, é possível verificar que os projetos da BRI estão majoritariamente focados nos setores de transporte e energia. Essa informação traz reflexões significativas no âmbito econômico, porque estar-se falando, sobremaneira, da disponibilidade de recursos energéticos para fins produtivos e de distribuição, menos custosa, de bens e serviços. Nesse sentido, esse debate envolve a agenda do meio ambiente. Entidades civis estão cada vez mais atuantes sobre as mudanças climáticas e estão realizando pressão para redução do uso de energia proveniente de combustíveis fósseis. No entanto, há o paradoxo entre a expansão do capitalismo, que, por sua vez, urge por maiores lucros e o desenvolvimento sustentável, que ainda prevê maiores investimentos em pesquisa e inovação no campo das energias renováveis.

Além disso, a BRI expõe ainda mais a China para o mundo em termos de direitos civis democráticos e direitos humanos. Nesse sentido, a luta em regiões autônomas como, Hong Kong, Tibete e do povo Uigures na

província de Xinjiang, embora amplificadas pelas mídias ocidentais, passaram a ser, não somente desafios “domésticos” para o desenvolvimento dos corredores econômicos, mas também são questões de interesse global.

Em suma, estar-se querendo dizer que a OBOR é um campo aberto para derivações na esfera da economia política global, porque interesses econômicos e políticos estão intrinsecamente conectados, da mesma maneira que estratégias de âmbito doméstico e internacional já são irrelevantes de serem analisados separadamente. É sobre essas derivações que se tratará o próximo capítulo, retomando a análise dos autores abordados na primeira parte.

4. A NOVA ROTA DA SEDA NA PERSPECTIVA DOS SISTEMAS MUNDIAIS.

Após apresentação desenvolvida no capítulo anterior, é preciso voltar às perguntas realizadas no final do capítulo dois. Como forma de lembrança, foram feitos os seguintes questionamentos: diante do perfil apresentado, embora envolvido com projetos de economia verde, a BRI conseguirá suavizar ou acentuar o problema posto por Minqi Li de que a ascensão da China simboliza o uso das últimas reservas estratégicas do capitalismo? Será que a BRI orienta a China para um caminho de desenvolvimento contrário ao caminho natural da economia de mercado, sugerido por Arrighi? Ou será que a BRI é uma iniciativa em resposta à crise de sobreacumulação, visto que segundo Hung o *boom* chinês já está fadado a desaparecer? Essas são perguntas que não possuem respostas unívocas, mas já são suficientemente complexas para iniciar o debate sobre interpretações da Nova Rota da Seda pela perspectiva da EPI crítica dos sistemas mundiais.

As indagações apresentadas acima são parte de dúvidas mais abrangentes formuladas de maneira quase automática, após entendimento do caráter amplo e flexível do projeto de política externa do Estado chinês e da crise atual do capitalismo. Nesse sentido, perguntas que demandam respostas complexas podem ser tais como: quais objetivos ou quais são as intenções do governo chinês com a BRI? Ou quais impactos a BRI pode promover na China, na Eurásia e na economia política global? Ou ainda, as intenções dessa Iniciativa podem ser examinadas pelo caráter predominantemente político, econômico, ou já não faz sentido bifurcar esses dois campos de análise? (GARLICK, 2020). Na busca por pesquisas que desenvolvam interpretações que estão associadas às problemáticas em questão, esse capítulo tem o objetivo de apresentar interpretações no âmbito da OBOR alinhadas com a EPI crítica.

Aspectos gerais, em termos de análise sistêmica dos fenômenos globais, que motivaram a escolha dos livros examinados no capítulo dois, coerentemente resultaram na decisão por revisar interpretações sobre a BRI

no âmbito da EPI crítica dos sistemas mundiais. O principal elo entre teóricos dessa linha de interpretação é o uso da perspectiva histórica de maneira imprescindível e a teoria dos ciclos hegemônicos de acumulação no desenvolvimento do capitalismo mundial. No entanto, há interpretações que, ainda que dentro do mesmo campo de análise, divergem entre si. Os melhores exemplos disso são as inferências de Giovanni Arrighi, influenciadas pelos estudos de André Gunder Frank, Kenneth Pomeranz e Kairou Sugihara sobre a trajetória de desenvolvimento do Leste Asiático e, em particular, da China, ao passo que as análises de Minqi Li possuem referências mais associadas aos estudos de Immanuel Wallerstein e a perspectiva neomarxista estadunidense.

A perspectiva dos sistemas mundiais no contexto da *One Belt, One Road* também apresenta convergências e divergências pertinentes. O principal fio condutor que identifica interpretações sobre a BRI nessa linha de pensamento é contextualizá-la como parte de um ciclo do sistema mundial, considerando continuidades e descontinuidades de ciclos históricos anteriores. Por outro lado, as principais divergências estão nas leituras sobre em que momento, dentro da tendência secular, a Iniciativa se enquadra e sua força para alterar a ordem global. Em outras palavras, estar-se querendo dizer que para autores como Xing (2019) a BRI é um avanço bem sucedido da China para áreas geográficas relativamente “inexploradas” pelo capitalismo. Além disso, é um projeto que potencializa a ascensão de uma nova hegemonia, portanto, não deixa de ser um “convite” para países euroasiáticos aumentarem sua representatividade no sistema mundial.

Paralelamente, autores como Zhang (2017) e Hart-Landsberg (2018) enfatizam que a BRI representa uma “estratégia defeituosa” para solucionar desequilíbrios pertinentes à fase de contração e estagnação do longo ciclo de acumulação capitalista. Primeiro porque, como foi dito, esses desequilíbrios são inerentes ao sistema e segundo, porque essa é uma fase de expansão financeira (do ciclo chinês, na análise de Zhang (2017)), que somente adia o momento de nova crise estrutural. Dessa maneira, esses autores analisam que os avanços desse projeto sinalizam que a economia chinesa apresenta consideráveis retornos decrescentes de capital, redução das oportunidades

de comércio, endividamento crescente e excesso de capacidade. Por essa razão, a BRI é vista como mais um ajuste espacial, ou “*spatial fix*”, como desenvolveu David Harvey (2006) e como adequou Li (2016, p.176-181), ao analisar as mudanças sistêmicas no início do século XXI. Minqi Li argumenta que a China está alterando as relações entre centro, semiperiferia e periferia através do *spatial fix* e essa reconfiguração do sistema pode resultar em crise terminal do sistema capitalista diante da exaustão do planeta, pelo uso indiscriminado dos combustíveis fósseis e pela emissão de dióxido de carbono na atmosfera. Além disso, o autor trata das pressões competitivas resultantes da mobilidade ascendente da China, que transita da periferia para a semiperiferia.

Esse capítulo está estruturado em três partes, além dessa introdução. Cada uma dessas três seções objetiva analisar interpretações através de problemáticas pertinentes à perspectiva da EPI crítica, sendo elas: crises de sobreacumulação, conflitos geopolíticos e hegemonia. Vale ressaltar que os autores apresentados não tratam unicamente de uma temática, pelo contrário, as problemáticas são tratadas de maneira transversal, embora haja leituras que dão ênfase maior para um tema, em contraposição a outro. Nesse sentido, o primeiro bloco visa apresentar estudos que consideram a Nova Rota da Seda uma estratégia do Estado chinês em empregar excesso de capacidade produtiva em outras regiões e assim manter os níveis de produção e emprego estáveis. Consequentemente, essa medida também pode integrar uma forma de fazer uso de reservas estratégicas através da necessidade de o capitalismo se expandir geograficamente. Essa expansão (re) cria sistemas, nos quais há relações desiguais de poder e novas formas de acumulação.

O segundo bloco interpreta a BRI contextualizada na perspectiva da reconfiguração geopolítica como efeito da ascensão da China. Nesse sentido, incluem-se, então, conflitos territoriais, sobretudo entre China e Índia e no Mar do Sul da China, disputas em decorrência da competitividade por recursos energéticos no mercado internacional (LI, 2016) ou devido à expansão da esfera de influência chinesa na região euroasiática. Esse último motivo envolve, por sua vez, outros atores internacionais, o mais

proeminente deles são os Estados Unidos, além de nações asiáticas aliadas, no caso, Japão e Coréia do Sul. Dessa maneira, desafios geopolíticos da BRI, mencionados no segundo capítulo deste trabalho, se associam às possibilidades apresentadas por Arrighi (2008, p. 393) sobre a reorientação chinesa.

O terceiro bloco expõe interpretações derivadas de releituras históricas para interpretar a OBOR. Em outros termos, serão expostas análises que trazem elementos da BRI que aproximam ou distanciam a economia de mercado da China do “caminho natural”. Nesse sentido, estão feitos resgates históricos que associam a Iniciativa com o antigo sistema tributário chinês e sua tentativa de recriar ou construir o ideal de “Sonho” através da influência que esse país possuía na região, antes do “Século da Humilhação”. Barbones (2017), por exemplo, interpreta a *Belt and Road* como um “plano diretor do novo sistema tributário da China”. Nessa perspectiva, o debate sobre hegemonia, sobretudo na região da Eurásia, na disputa entre a influência estadunidense se faz relevante. Por fim, apresentam-se as conclusões.

4.1 A BRI e As Crises de Superacumulação.

O fio condutor que une especialistas apresentados nesta seção é o argumento de que a *One Belt, One Road* é uma estratégia do governo chinês para dispersar excesso de capacidade ociosa ao longo das fronteiras, após a crise financeira global de 2008, quando os principais mercados consumidores dos produtos chineses, assolados por falências bancárias e dívidas, tiveram suas demandas arrefecidas (BHATTACHARYA 2016; ZHANG, 2017; HUNG, 2017 e HART-LANDSBERG, 2018). Na tentativa de manter alta a taxa de crescimento da economia, o governo chinês anunciou em 2008 um pacote de investimentos no valor estimado de 586 bilhões de dólares que seriam aplicados na construção de infraestrutura a fim de estimular a atividade econômica (BARBOZA, 2008). Os resultados desse incentivo estatal foram, segundo Hart-Landsberg (2018), excesso de instalações e construções urbanas que, por sua vez, ocasionaram a existência

de “cidades fantasmas” e crescimento de dívidas por parte de empresas e governos locais. Dessa maneira, esse bloco explora a hipótese de que a *One Belt, One Road* é reflexo de um problema de excesso de capacidade agudizado a partir dos impactos negativos na economia global pós-crise financeira de 2008.

Cabe enfatizar que esse excesso de capacidade impacta imediatamente em duas esferas, dentre elas: a da produção¹², que pode resultar em crise de superprodução e na esfera do capital, que pode resultar em crise de superacumulação. Nesse último, os recursos passam a apresentar retornos cada vez mais decrescentes de lucratividade, porque a abundância de recursos em busca de setores para investimento torna-se tão competitiva, a ponto de a sobrevivência do capital depender da retirada de outros capitais do mercado, considerando também que uma parte do lucro capitalista deve ser renunciada como estratégia de sobrevivência. Uma tática de correção desse problema é fazer com que o capital seja expulso para além das fronteiras nacionais (ARRIGHI, 2008, p.93-94).

No caso da economia chinesa, cujo modelo de crescimento esteve sustentado nas exportações, o excesso de capacidade na esfera da produção foi desencadeado, porque para o capital investido obter exitosos lucros no mercado internacional, empresas transferiram pressões competitivas do preço das mercadorias para classe trabalhadora doméstica. Isso quer dizer que, os salários reais cresceram de modo desproporcionalmente menor ao aumento da produtividade (ARRIGHI, 2008). Com efeito, a demanda doméstica foi restringida em face da oferta agregada e do interesse em fornecer produtos a preços vantajosos ao consumidor internacional. Esse fator, também denominado de subconsumo, é proeminente em Hung (2016). Nesse sentido, destaca-se a seguinte passagem.

A repressão das demandas dos trabalhadores e camponeses restringe o crescimento do poder de consumo doméstico, enquanto a descentralização da

¹² Entende-se o mecanismo do excedente de produção na economia através das diferenças desajustadas entre: o que o setor econômico é capaz de produzir (um potencial cada vez maior), o que o mercado é capaz de absorver por meio da demanda e, o que efetivamente a atividade econômica produz (uma quantidade relativamente menor que seu potencial).

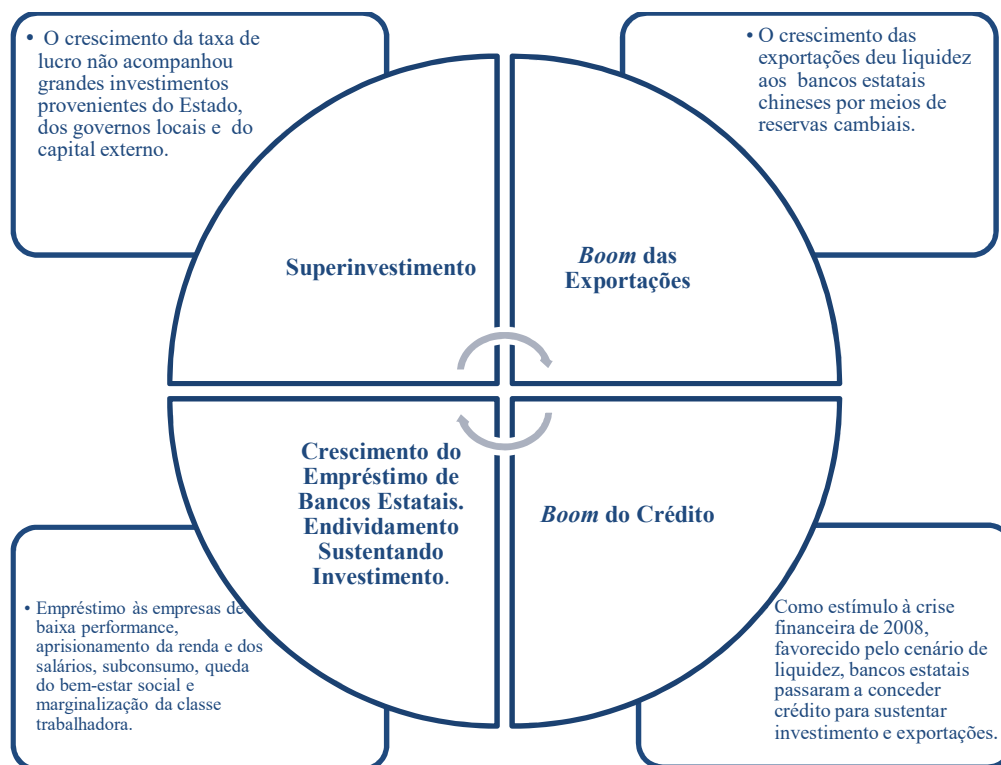
governança econômica aumenta a expansão descoordenada, redundante e não lucrativa da capacidade produtiva. (HUNG, 2016, p.152, **tradução nossa**).¹³

Associado ao subconsumo, o fenômeno do superinvestimento ou superacumulação se desenvolveu na China a partir do fim da década de 1990 e o início dos anos 2000, quando houve intensa industrialização e crescimento econômico sustentado nas exportações. Esse processo foi pautado em vultoso investimento estatal, subsídios e empréstimos a juros baixos ao setor privado nacional, além da participação do capital estrangeiro (HUNG, 2016). É importante enfatizar a centralidade do Estado chinês em todo esse processo de acumulação. Transformações desencadeadas pelo crescimento nacional demandaram construção de infraestrutura necessária tanto para abarcar a população vinda do campo, quanto para a construção de fábricas, pontes, portos, estradas, dentre outros, que viabilizassem a produção e circulação econômica. Vinculado a esses seguimentos, as principais indústrias afetadas pelo excesso de capacidade são: de aço, chapas de vidro, cimento, carvão, equipamentos de energia eólica, indústria náutica e de insumos químicos (EUROPEAN CHAMBER, 2016).

O marco temporal que intensificou e agudizou o quantitativo de capacidade adicional foi pós-crise financeira global de 2008, quando os mercados estadunidense e europeu, principais consumidores dos produtos chineses (ver figura 2 do capítulo II), tiveram suas demandas arrefecidas. Isto, conseqüentemente, na visão de Hung, aprofundou o “ciclo vicioso” de subconsumo e superinvestimento na China, conforme pode ser verificado no diagrama abaixo.

Figura 14 – “Ciclo Vicioso” do Superinvestimento e do Subconsumo

¹³ (HUNG, 2016, p.152) **Tradução nossa:** *The repression of workers' and peasants' demands constrains the growth of domestic consumption power, while the decentralization of economic governance boosts uncoordinated, redundant, and unprofitable expansion of productive capacity.*



Fonte: Adaptado da figura 6.3 de Hung (2016, p.159).

Além dos efeitos negativos apresentados, que atingem desde a força motriz do capital, o lucro, até a vida da classe trabalhadora, outros sinais também corroboraram para o aprofundamento das vulnerabilidades que giram em torno desse “ciclo vicioso” pós-2008. São eles: 1) fuga de capitais e 2) desvalorização da moeda nacional como resposta à instabilidade financeira. Segundo o economista marxista argentino Claudio Katz (2020), entre os anos de 2011 e 2013, contradições do excesso de investimentos ficaram cada vez mais evidentes com a superprodução de cimento para viabilizar a urbanização de cidades que não são habitadas. Isso ocorreu exclusivamente para “digerir”, através da produção, o excedente de capital, criando, no entanto, bolhas imobiliárias periódicas. É nesse contexto e, de certa forma, em resposta a esse processo que, Hung (2017a, p.23) analisa a inauguração da Nova Rota da Seda.

A turbulência no mercado de ações, a aceleração da fuga de capitais e a desvalorização da moeda no verão de 2015 são apenas os mais recentes sinais de que a China está se movendo na direção de uma crise de superacumulação caracterizada pela queda da taxa de juros e instabilidade financeira. Tal crise tem sido moldada há algum tempo e tem pressionado a China a exportar seu excedente de capital na forma de ajuda externa, concessão de empréstimos e

investimento estrangeiro direto para seus vizinhos asiáticos e outros países em desenvolvimento na África e América do Sul. A criação do Banco de Investimento e Infraestrutura Asiático e a inauguração da iniciativa de construção de infraestrutura “*One Belt, One Road*” se expandindo para a Ásia Central e para o Oceano Índico são as consequências dessa necessidade de exportar capital.

Não obstante, em entrevista a *New Left Review* em 2019, Robert Brenner fala sobre se é certo analisar a crise das exportações e dificuldades eventualmente desencadeadas por esta, como causa da contínua acumulação de capacidade excessiva, sustentada pelo crédito, conforme apresentado na **figura 14**. Segue então argumentação, que apesar de focalizar na economia doméstica, parece minimizar os efeitos do “ciclo vicioso” apresentado por Hung.

Se estivermos falando de economia doméstica, não creio, tecnicamente falando, que o excesso de capacidade tenha sido um problema importante para a China, já que o regime pode lidar com o problema da demanda em geral - e com os problemas da demanda de exportação em particular -, simplesmente emitindo mais dívida. Os bancos, se necessário, refinanciarão dívidas inadimplentes de empresas estatais perdedoras e mesmo de empresas privadas respaldadas pelo Estado. Como já dissemos, isso exercerá uma pressão para baixo da moeda, o que poderia desencadear uma crise por meio da fuga de capitais. Essa é a razão pela qual a China tem controle de capitais, precisamente para evitar a fuga de capitais. Enquanto se manterem os controles de capitais, isso pode durar para sempre (BRENNER, 2019, p.77, **tradução nossa**¹⁴).

Os efeitos do excesso de capacidade produtiva, também chegam à esfera do mercado de trabalho, conforme pode ser verificado no diagrama de Hung no que se refere ao subconsumo. Nesse sentido, no cenário de arrefecimento do crescimento global pós-crise financeira de 2008, o governo chinês precisava manter baixa a taxa de desemprego e a inflação controlada a fim de não acentuar os problemas de aprisionamento dos salários e do bem estar da classe trabalhadora. Dessa forma, sobre

¹⁴ **Tradução nossa:** *Si estamos hablando de la economía doméstica, no creo, técnicamente hablando, que el exceso de capacidad haya sido un problema importante para China, ya que el régimen puede lidiar con el problema de la demanda en general –y los problemas de la demanda de exportaciones en particular–, simplemente emitiendo más deuda. Los bancos, si es necesario, refinanciarán la deuda de dudoso cobro de las empresas de propiedad estatal en situación de pérdidas e, incluso, las de las empresas privadas respaldadas por el Estado. Como hemos dicho, esto ejercerá una presión a la baja sobre la moneda, que podría desencadenar una crisis por la vía de la fuga de capitales. Esta es la razón por la que China tiene controles de capital, precisamente para evitar la fuga de capitales. Mientras se mantengan los controles de capitales, eso puede durar eternamente.*

preocupações estatais a respeito dos efeitos negativos da contração da demanda doméstica e do excesso de capacidade que acomete seguimentos industriais importantes para a economia chinesa, Bhattacharya (2016, p.321, **tradução nossa**) trata de associar a existência da BRI como uma estratégia para solucionar esses problemas.

Com a contração da demanda doméstica, a China precisou olhar para fora para resolver o problema do excesso de capacidade. Dessa maneira, o financiamento chinês para construção de infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações ao longo da Rota da Seda, cria demanda por produtos siderúrgicos chineses e estimula as capacidades de produção chinesas no exterior.¹⁵

A *One Belt, One Road* é uma iniciativa com centralidade no Estado, para tentar resolver um problema que envolve diretamente as empresas chinesas. Esse aspecto traz para o debate, então, o papel do Estado como gestor de crises, como é significativamente destacado em perspectivas que examinam a anatomia da estrutura capitalista. Nesse sentido, a divulgação da Iniciativa por Xi Jinping pode ser interpretada através da representação de como o Estado é capaz de proporcionar políticas que propiciem expansão da produção, do capital e da acumulação de riquezas ao longo do espaço geográfico, conforme argumenta Zhang (2017, p.02, tradução nossa).¹⁶

Eu argumento que, enquanto a China tenta se recuperar de um status semiperiférico na hierarquia do CWS¹⁷, as três décadas de rápido crescimento econômico mostraram recentemente sinais agudos de superacumulação, indicando o início de uma fase de contração e estagnação. Assim, a combinação de "lógica do capital" e "lógica territorial" na estrutura de Arrighi dá ao estado chinês e ao capital chinês fortes incentivos e pressão para se engajar ativamente no que David Harvey chama de "ajuste espacial" através da expansão de sua visão geográfica a fim de maior acumulação e expansão de capital em uma dimensão espacial maior. Isso culminou na

¹⁵ Bhattacharya (2016, p.321) **Tradução nossa:** *With contracting demands at home, China needed to look outside to solve the issue of overcapacity. Therefore, China's funding of construction of transport, energy, and telecommunications infrastructure all along the Silk Route is seen to create demand for Chinese steel products and spur Chinese production capacities abroad.*

¹⁶ Zhang (2017, p.02) **Tradução nossa:** *I argue that as China tries to catch up from a semi-peripheral status in the hierarchy of the CWS, the three decades of fast economic growth have recently shown acute signs of over-accumulation, indicating the beginning of a phase of contraction and stagnation. Thus, the combination of "capital logic" and "territorial logic" in Arrighi's framework gives both the Chinese state and Chinese capital strong incentives and pressure to actively engage in what David Harvey calls a "spatial fix" through expanding its geographic vision in order to further capital accumulation and expansion on a larger spatial dimension. This has culminated in the "One Belt, One Road" initiative, which consists of the Silk Road Economic Belt and the Maritime Silk Road Initiative (MSRI).*

¹⁷ CWS – Sigla em inglês para sistema-mundo capitalista (*capitalist world-system*)

iniciativa “One Belt, One Road”, que consiste no Cinturão Econômico da Rota da Seda e na Iniciativa da Rota da Seda Marítima (MSRI).

Nesse ponto, faz-se necessário enfatizar o conceito de “correção espacial” apresentando por Zhang (2017). O termo “correção espacial” ou *spatial fix*, desenvolvido por David Harvey, foi abordado no segundo capítulo desse trabalho, a partir da exposição sobre interpretações de Minqi Li (2008) a respeito da ascensão da China. A título de lembrança, Li (2008) entende que o crescimento desse país representa a última reserva estratégica do capitalismo mundial na tendência que o capital tende a se deslocar e se fixar em espaços geográficos onde é possível sustentar sua acumulação. O crescimento chinês, portanto, através da disponibilidade de recursos energéticos e mão de obra barata, sustentou o ciclo de acumulação da economia capitalista mundial após 1980 (LI, 2008).

Recuperar o conceito é coerente e, ao mesmo tempo, basilar para interpretar os aspectos intrínsecos à BRI na perspectiva dos sistemas mundiais, porque a descrição da Iniciativa, no âmbito do seu enfoque geográfico, realizada no capítulo III desse trabalho se adequa ao que Harvey (2006, p.603-604) aborda, conforme pode ser verificado na seguinte passagem.

As fronteiras regionais são invariavelmente indistintas e sujeitas a eternas modificações porque as distâncias relativas se alteram com as melhorias no transporte e nas comunicações. Mas as economias regionais nunca são fechadas. A tentação por parte dos capitalistas de se engajarem no comércio inter-regional para alavancar os lucros derivados de trocas desiguais e colocar capitais excedentes onde a taxa de lucro é mais alta é, em longo prazo, irresistível. E os trabalhadores certamente serão tentados a se mover para onde os padrões de vida materiais são mais elevados. Além de a tendência para a superacumulação e para a ameaça de desvalorização obrigar os capitalistas que estão dentro de uma região a estender suas fronteiras ou simplesmente mover seu capital para pastos mais verdes (HARVEY, 2006, p.603-604).

A BRI é um grande projeto de investimentos e construção de infraestrutura para além das fronteiras nacionais da China. Essa parece ser a materialização da expansão geográfica do capital como solução para os efeitos negativos das crises de superacumulação. Sendo assim, essa é também uma iniciativa que está provocando reconfigurações espaço-

temporais, sobretudo, na Ásia Central, visto que as obras de infraestrutura visam encurtar distâncias, reduzir custos de transações, promover novas relações sociais e estabelecer novas relações políticas através do poder econômico. Além disso, a viabilização da OBOR dá aporte estrutural para a China continuar seu crescimento econômico. Por essas características, a BRI se aproxima de uma materialização do “*spatial fix*”. Isso também parece demonstrar que há outras áreas geográficas que ainda podem ser exploradas como reserva estratégica do capitalismo, conforme examinado por Xing.

Assim, a ascensão da China e a iniciativa OBOR são entendidas como parte dos cíclicos rítmicos do sistema. Isso reflete a força do sistema mundial e seu sucesso em trazer partes relativamente "inexploradas" do mundo para a lógica do capitalismo sem alterar as relações fundamentais de desigualdade dentro do sistema. O argumento da teoria do sistema mundial é claro: enquanto a China está avançando com sucesso em direção ao núcleo, ainda precisa de uma periferia. (XING, 2019, p.45, **tradução nossa**¹⁸).

Conforme o autor sugere, ainda há partes “relativamente inexploradas” pela lógica capitalista de acumulação. A China, que, uma vez na história, já esteve na posição de pouco integrada à economia mundial, mostra-se protagonista em reconfigurar a divisão internacional do trabalho, apesar de manter as estruturas de centro e periferia. Trata-se de “reconfiguração”, porque pequenas economias ao longo da Ásia e África, como por exemplo, o Cazaquistão, Turcomenistão, Djibouti e Tanzânia são considerados, tradicionalmente, como pouco relevantes para impactar a economia mundial, todavia economias como estas são tratadas pelo Estado chinês como importantes áreas de conexão estratégica para encurtamento de distâncias, fonte de recursos naturais em fronteira, mas também podem ser a materialização da relação periférica com seu principal credor. Nesse ponto, é importante recuperar Arrighi (2008, p.226-9), porque o autor deriva o conceito de *spatial fix*, que está associado ao conceito de imperialismo, através do poder econômico que o país detentor do capital exerce nos espaços onde os recursos são investidos, normalmente em regiões periféricas. Nesse sentido, essa análise se relaciona com a OBOR, porque

¹⁸ (XING, 2019, p.45) **Tradução nossa:** *Accordingly, the rise of China and its OBOR initiative are understood as part of the cyclical rhythms of the system. This reflects the strength of the world system and its success in bringing relatively “untapped” parts of the world to the logic of capitalism without changing the fundamental relations of inequality within the system.*

além de esta ser uma estratégia de “ajuste” para o excedente de capital é também uma transformação da paisagem geográfica em termos de relação “núcleo” e “periferia”, que traz, por sua vez, resultados políticos e sociais de poder. No entanto, vale ressaltar que Arrighi não utiliza esse argumento para a economia de mercado chinesa.

A interpretação aqui é de que a *One Belt, One Road* é uma política de correção espacial através da expansão geográfica, que, por sua vez, tende a gerar desenvolvimento desigual. Essa política de expansão foi ocasionada, sobretudo, pelos desequilíbrios internos de excesso de capacidade em setores industriais importantes para a economia chinesa. Empiricamente, a China pretende fazer negócios com países que, em sua maioria, não tem potencial financeiro nem dinamismo econômico equivalente. Essas questões são analisadas na literatura com ceticismo por pesquisadores que já estudam casos de sobre-endividamento e efeitos de “perdões” de dívidas de países pequenos, ao longo da Eurásia e da África, com a China (XING, 2019). Conforme Hung (2017a), países do Sudeste asiático e da África veem a dependência de suas economias ao capital chinês de maneira capciosa, a ponto de denominá-la de “colonialismo chinês” ou através do conceito de “subimperialismo”. Para Hung (2017a), tentativas multilaterais e, portanto, inclusivas, que a China vem criando a fim de suavizar a visão internacional de que é potência emergente imperialista é, na verdade, um “passo atrás”, do percurso, até então bem sucedido, das relações bilaterais existentes. Esse ponto é defendido pelo autor, porque nas relações bilaterais a China tem total controle sobre as condições de empréstimo, enquanto que em nível multilateral esse país tem espaço de atuação limitado por outros atores.

Faz-se necessário retomar a citação de Zhang (2017) sob um olhar mais atento para a lógica de “reconfigurar o capitalismo chinês em uma dimensão espacial”, a fim de evidenciar divergências entre a abordagem de Hung (2017a) e Arrighi (2008). Conforme apresentado no parágrafo anterior, Hung (2017a) chama atenção de que a expansão geográfica do capital chinês têm provocado debates sobre a relação imperialista desse país com economias no Sudeste asiático e na África. Todavia, na abordagem de Arrighi (2008, p.383-388) o poder econômico chinês associado ao

alinhamento de países do Sul global através do novo Bandung tem o potencial de unir forças capazes de equalizar o poder econômico entre Norte e Sul global utilizando os mecanismos do mercado em sentido não capitalista. No entanto, Arrighi faz a ressalva de que se a China seguir um caminho capitalista de desenvolvimento, não é possível haver subversão sistêmica na lógica hierárquica entre Norte e Sul global. Em decorrência dos problemas intrínsecos ao sistema capitalista no tocante às crises de superacumulação, que conduzem o debate para a existência da OBOR, parece incoerente pensar em um cenário não capitalista de desenvolvimento para a China.

Parafraseando Harvey (2006, p.621) “O desenvolvimento e a expansão geográficos desiguais podem não curar as contradições herdadas pelo capitalismo. Por isso, os problemas do capitalismo não podem ser resolvidos pela mágica instantânea de algum “ajuste espacial””. Por essa razão, Hart-Landsberg (2018) rotula a Iniciativa como uma “estratégia defeituosa”, visto que a mesma demandará um “ajuste de contas” ao longo do tempo em decorrência dos limites entre financiamento e endividamento na tentativa de absorção do capital excedente.

A partir dessas análises, é possível compreender que o excesso de capacidade da China é um fenômeno que permeou seu crescimento econômico desde os anos 1990. No entanto, somente a partir de 2008, com a crise financeira, a superacumulação passou a ser uma questão mais difícil de ser administrada pelo PCC, porque o principal motor de crescimento econômico do país, as exportações, esteve arrefecido. Com isso, outros efeitos negativos foram desencadeados como: endividamento das empresas, fuga de capitais, desvalorização forçada da moeda, queda da qualidade de vida da classe trabalhadora, queda das reservas internacionais e da taxa de lucro. Em torno desse “ciclo vicioso” sustentado pelos estímulos estatais, a BRI foi inaugurada em 2013 como uma forma de exportar o capital excedente, empregar mão de obra ociosa, promover estrutura para que a China prossiga com sua pauta exportadora de bens e serviços, além de obter, com menores custos, matéria-prima (HUNG, 2017a).

Ademais, a Iniciativa pode ser interpretada como uma forma de o capital excedente se ajustar geograficamente no espaço e no tempo, após um momento de expansão/exaustão do capital produtivo (ZHANG, 2017). Os efeitos da BRI no longo prazo são imprevisíveis, mas uma mudança em termos de reestruturação, sobretudo, na geopolítica são praticamente inevitáveis, porque os projetos providenciam recursos financeiros que colocam a China numa posição de poder econômico. Todavia, essa atuação também envolve maior influência em várias regiões do globo, que, por sua vez, ocasionam reconfigurações políticas e sociais em espaços já tensionados geopoliticamente. É em torno dessas questões de que se trata o próximo bloco.

4.2 A BRI e a Geopolítica

O objetivo desse bloco é discutir sobre efeitos potenciais que a Nova Rota da Seda pode provocar em termos de reconfiguração geopolítica tratada por Arrighi (2008). Nesse sentido, esta seção apresenta interpretações sobre a BRI como parte da ascensão chinesa em seu sentido de potencial política expansionista de capital na lógica geopolítica e territorial. A influência chinesa em outras regiões pode eventualmente acirrar conflitos, já tratados no capítulo III. Portanto, faz-se relevante questionar se existe a possibilidade, como sugere Arrighi (2008, p.393), de a China ser capaz de contribuir para o desenvolvimento de um sistema internacional que de fato respeite as diferenças culturais, conforme pode ser verificado na seguinte passagem.

Se essa reorientação conseguir reviver e consolidar as tradições chinesas de desenvolvimento baseado no mercado e centrado em si mesmo, de acumulação *sem* desapropriação, de mobilização de recursos humanos, ao invés de não humanos, e de governo com participação das massas na configuração das políticas, então existe a possibilidade de que a China esteja em posição de contribuir decisivamente para o surgimento de uma comunidade de civilizações que de fato respeite as diferenças culturais. Mas se a reorientação fracassar, a China pode se transformar num novo epicentro de caos social e político, o que facilitará as tentativas do Norte de restabelecer um domínio global esmagador ou, para parafrasearmos Schumpeter

mais uma vez, de ajudar a humanidade a queimar nos horrores (ou glórias) da escalada de violência que acompanhou o fim da ordem mundial estabelecida pela Guerra Fria. ARRIGHI (2008, p.393).

Paralelamente, no contexto da OBOR, Xing (2019, p.46) interpreta a Iniciativa inserida em um processo de revitalização de um ciclo, cuja potência emergente não pretende alterar a arquitetura do sistema mundial. Na visão de Xing a “mobilidade ascendente” da China é importante para o Sul global exercer maior poder de barganha no sistema mundial, principalmente em termos de investimentos, de modo que a ascensão desse país e a OBOR sugerem atuações e benefícios que podem ir além de uma ameaça a outros países. Essa reflexão pode ser vista na seguinte passagem.

[...] A iniciativa da OBOR e o surgimento de uma ordem financeira liderada pela China não representam uma ameaça; em vez disso, eles refletem os imperativos econômicos internos da China e os estendem externamente, sem alterar a arquitetura central do sistema capitalista mundial. Em outras palavras, o projeto OBOR, embora auxiliado por uma ordem financeira emergente com “características chinesas”, ainda será moldado pela lei do valor do sistema. Isso vai revitalizar os ciclos rítmicos contínuos do sistema mundial em termos de “mobilidade ascendente” e ampliar o “espaço de manobra”. Pelas lentes da teoria do sistema mundial, podemos entender os papéis e benefícios multifacetados que a iniciativa OBOR pode trazer para a China e o resto do mundo. (Xing, 2019, p.46, **tradução nossa**¹⁹)

Para além da imagem da China como “ameaça”, a *One Belt, One Road* também pode ser interpretada como uma forma de esse país obter maior segurança, ou melhor, se defender de interferências externas ao fortalecer alianças entre seus vizinhos, junto com os membros da Organização para Cooperação de Xangai (SCO sigla em inglês para *Shanghai Cooperation Organisation*). Dessa forma, seria possível reduzir as

¹⁹ **Tradução nossa:** *the OBOR initiative and the emergence of a China-led financial order do not represent a menace; rather, they reflect China’s internal economic imperatives and extend them externally without altering the core architecture of the capitalist world system. In other words, the OBOR project, while assisted by an emerging financial order with “Chinese characteristics”, will still be shaped and molded by the system’s law of value. It will revitalize the continuous rhythmic cycles of the world system in terms of “upward mobility” and enlarge the “room for maneuver”. Through the lens of world system theory, we can understand the multifaceted roles and benefits that the OBOR initiative can bring to China and the rest of the world. (Xing, 2019, p.46)*

insurgências pelo terrorismo, ao mesmo tempo em que se pode reduzir a interferência dos Estados Unidos na região (BHATTACHARYA, 2017; MILLER 2017).

Arrighi (2008) examinou também possíveis “descarrilamentos” na geopolítica, através da relação entre o Norte e o Sul global, mais precisamente entre China (potência emergente) e Estados Unidos (potência em declínio), em uma perspectiva mais realista. Nesse sentido, o autor destaca três cenários geopolíticos com a ascensão da China e envolvendo diretamente os Estados Unidos. São eles: 1) A tática do *Tertius Gaudens* que significa a esquiva de um país, no caso os EUA, em conflitar diretamente com seu rival, no caso a China, ao tempo em que o primeiro é capaz de incitar conflitos entre o segundo país e outras potências regionais, no caso, a Índia e o Japão, para obter vantagens de modo menos desgastante (ARRIGHI, 2008, p. 306); 2) A tática por cooptação. Isso quer dizer que, os Estados Unidos poderiam estabelecer uma aliança com a China de cooperação para “juntar forças não para sacudir o mundo, mas para construí-lo” (KISSINGER, 2011, p.508). Nesse cenário, no entanto, o sistema mundial continuaria a ser liderado pelos Estados Unidos. Essa opção é tida como menos desastrosa para Arrighi (2008, p.384); 3) Uma nova Guerra Fria, cuja bipolaridade entre China e Estados Unidos teriam forte impacto aos países banhados pelo Oceano Pacífico (ARRIGHI, 2008, p.295).

Sem embargo, conforme Katz (2020, p. 03, **tradução nossa**²⁰), “A Rota da Seda intensifica o conflito com Washington e obstrui a resposta amigável intentada por Pequim à crescente agressividade norte-americana.” Desde 2018, China e Estados Unidos estão em guerra comercial. O que enfatiza Katz sobre a BRI e as recentes tensões comerciais “chino-américa” sinalizam que uma possível aliança entre ambos os lados, conforme sugeriu Henry Kissinger e visualizou também Arrighi, é, neste momento, bastante improvável. Diante de projetos do governo chinês, sobretudo com a Nova

²⁰ Katz (2020, p. 03). **Tradução nossa** “La Ruta de la Seda intensifica el conflicto con Washington y obstruye la amigable respuesta que intentó Beijing a la creciente agresividad norteamericana.”

Rota da Seda, associada às investidas dessa autoridade na reivindicação de áreas no Mar do Sul da China, conforme abordado no capítulo III, o contexto parece se aproximar de uma nova Guerra Fria. O termo, inclusive, já é utilizado no meio jornalístico e por autoridades estadunidenses como o Secretário de Estado dos Estados Unidos, Michael Pompeo, para tratar da rivalidade contemporânea marcada por guerra comercial, sanções e acusações de espionagem (LIY e MARS, 2020).

Ao mesmo tempo, parafraseia-se Arrighi (2008, p.308) para compreender que “[...] a Ásia Oriental tem sido um verdadeiro *tertius gaudens* do fim do século XX e início do século XXI. Na década de 1980, o Japão e os quatro “tigres menores” foram os principais beneficiários da escalada da Guerra Fria entre Estados Unidos e a União Soviética [...]”. Conforme apontado no capítulo anterior, a formação da ASEAN e a própria discussão sobre o “milagre” asiático tem estrita associação aos vultosos investimentos e interferência política e militar dos Estados Unidos na região contra os avanços do comunismo. Dessa maneira, é possível fazer alguma relação na existência do cenário de *tertius gaudens* na região asiática com a conjuntura atual, ao trazer para o debate problemas de integridade nacional da China, a exemplo dos movimentos por autonomia de Hong Kong e Tibete, que possuem apoio declarado dos Estados Unidos.

Conforme aponta Karatasli e Kumral (2017) diversos são os movimentos nacionalistas/separatista envolvendo a China. Dentre eles estão: o caso do Tibete que envolve a Índia, a região de Xinjiang com os Uigures, problemas étnicos com a Mongólia e o movimento pró-independência de Hong Kong. Nesse último caso, agitações pró-democracia ganharam força com os protestos que ficaram conhecidos internacionalmente por “revolta do guarda-chuva” em 2014. Em 2019, houve sete meses de intensos protestos contra uma lei que permitia extradição de suspeitos de crimes na ilha para a China continental (BBC NEWS MUNDO, 2019). Em 2020, houve nova onda de protestos contra a aprovação de lei de segurança nacional de Hong Kong, que permite penalidades mais rígidas para participantes de atos de sedição, secessão, subversão, terrorismo ou qualquer intervenção estrangeira que atente para o

risco de segurança nacional. O movimento pró-democracia de Hong Kong protesta contra a lei, porque essa legislação, segundo os críticos, mina o direito de liberdade básica de expressão que a ilha possui. Os Estados Unidos intervêm nesse processo, aplicando represálias e sanções capazes de promover impacto econômico negativo para a China. (BBC NEWS MUNDO, 2020).

O caso de Taiwan é considerado por Karatasli e Kumral (2017) como o maior problema de Pequim atualmente, porque essa não é tão somente uma questão de integridade territorial, mas também de governos historicamente adversários. Além disso, o governo estadunidense, liderado Donald Trump, ameaça rever o *status* político de Taiwan e apoia declaradamente a autonomia da ilha para tirar vantagens sobre a China. Ademais, os Estados Unidos tem uma estreita relação comercial no setor de armamentos com a economia taiwanesa, o que é motivo de preocupação para o PCC.

Parafraseando Hung (2016), interferências norteamericanas no Leste asiático são históricas. Desde o pós-segunda guerra mundial, quando houve a queda do império japonês, os Estados Unidos assumiram posição hegemônica na região. Nesse sentido, esse país domina a Ásia marítima e fornece segurança militar e financeira para economias como Taiwan, Coréia do Sul, Hong Kong e Japão.

O Mar do Sul da China é uma área importante nas ambições comerciais e militares da Nova Rota da Seda Marítima, porque essa é uma passagem natural entre o Oceano Índico e norte da Ásia, como também é a área onde esse país possui bases de submarinos nucleares. No entanto, esse é um espaço de potencial instabilidade geopolítica que não envolve apenas a relação de disputa entre economias asiáticas como Filipinas e Vietnã, que disputam a ilha Spratly com a China. Essa também é uma área de importante interesse dos EUA, porque por esse Mar transita um comércio marítimo estimado em cinco trilhões de euros, além de riqueza energética em petróleo e gás (LIY, 2020).

Ainda sobre a tática do *tertius gaudens* associada ao poder econômico chinês materializado pela BRI e, também pela criação do AIIB,

Miller (2017) destaca que o governo estadunidense, ainda na liderança de Barack Obama, fez propaganda contrária à participação dos seus aliados asiáticos no AIIB. Katz (2020) aponta também que a OBOR é uma resposta à cooperação transpácífica (TPP) para o livre-comércio entre países banhados pelo Oceano Pacífico, sem a China, acordada também na gestão de Obama como forma de “frear” os avanços chineses ainda no marco da globalização. No entanto, para Miller (2017), a China e a *One Belt, One Road* representam para economias asiáticas fontes de investimento e fluxos de comércio importantes para o desenvolvimento da região. Ademais, os Estados Unidos, até então potência comercial da TPP, se retirou da cooperação em 2017, por ordem do presidente Donald Trump, com a justificativa de defesa da indústria nacional (BBC NEWS BRASIL, 2017). Essa retirada norteamericana pode sinalizar maior espaço de manobra para a China. Por outro lado, as economias asiáticas do pacífico são estritamente dependentes do setor de segurança estadunidense, de modo que a BRI, além de objetivos econômicos, tem ambições militares de uma potência emergente que se sente ameaçada pela presença militar dos Estados Unidos na Ásia.

Na interpretação de Levaggi (2020) a OBOR é uma grande estratégia para reposicionar a China como ator central na Eurásia. Nessa interpretação, a amplitude do poder econômico chinês na “lógica territorial” da região euroasiática também esbarra nos interesses da Rússia. O espaço da Ásia Central e do Cáucaso ainda sofre interferência da Rússia, mesmo após dissolução do bloco soviético. Conforme apresentado no capítulo III, Molchanov (2017) trata que ainda há problemas de delimitação de fronteira no espaço que compreendia a União Soviética, sobretudo entre o Quirguistão e Uzbeiquistão. Levaggi (2020) enfatiza disputas históricas por território entre Armênia e Azerbaijão, até hoje não resolvidas, e a influência russa no caso da guerra civil na Geórgia, como símbolo da tentativa de reconstituição do poder desse país após dissolução do bloco soviético. Essa intervenção se dá não só pela interferência militar, como pelo afastamento de forças extraregionais ocidentais. Nesse sentido, o autor analisa a relação sino-russa no contexto de expansão do poder econômico chinês como uma

“competição silenciosa”, embora haja uma especialização de poderes que podem ser complementares na região. Nesse caso, a Rússia detém o poder militar e de segurança e a China detém o poder econômico em uma narrativa multipolar de “zonas de influência” na região a fim de reduzir a interferência ocidental e, em especial, a norte-americana. Essa análise pode ser verificada na seguinte passagem.

O elo preferencial entre China e Rússia é caracterizado por uma competição silenciosa com potencial de ruptura diante de duas tendências em pleno desenvolvimento, a projeção estratégica da China para garantir seus interesses econômicos e a estagnação econômica russa que limita seus instrumentos de política externa a continuar a garantir sua primazia no espaço pós-soviético, o que poderia perturbar o *modus vivendi* que dá à China uma primazia nas questões econômicas e à Rússia nas questões estratégica e de segurança. (LEVAGGI, 2020, p.161, tradução nossa²¹)

A subseção 3.1.5 desse trabalho, também tratou de conflitos na região do Oriente Médio, que envolve não somente questões identitárias no tocante à religião, etnia, cultura, fatores sociais e políticos (SCHIOCCHET, 2011), mas também questões de segurança (acordos nucleares e guerra ao terror) a qual envolve interferências de potências ocidentais. Aqui, faz-se relevante recuperar Arrighi (2008), porque o autor afirma que o principal ganhador da guerra ao terror estadunidense e da invasão ao Iraque em 2003 foi a China. Isso quer dizer que, essa investida equivocada acelerou o declínio da hegemonia estadunidense. Isso quer dizer também que, fluxos de negócios entre o Oriente Médio e a Ásia, em especial com a China, foram intensificados e tem alto potencial com a BRI como um canal de ampliação para o fornecimento de petróleo e gás (MILLER, 2017).

A grande questão, em termos de geopolítica, é se as nações envolvidas estão dispostas a aceitar, ou melhor, se há um consentimento de a China liderar a região através do seu poder econômico. Nesse caso,

²¹ (LEVAGGI, 2020, p.161) Tradução nossa: *La vinculación preferencial entre China y Rusia se encuentra caracterizada por una silenciosa competencia con un potencial de disrupción frente a dos tendencias en pleno desarrollo, la proyección estratégica de China para asegurar sus intereses económicos y el estancamiento económico ruso que limita sus instrumentos de política exterior para continuar asegurando su primacía en el espacio post-soviético, lo que podría interrumpir el modus vivendi que le da a China una primacía en las cuestiones económicas y a Rusia en temas estratégicos y de seguridad.*

também é preciso retomar os conflitos geopolíticos da China com a Índia, tratados no capítulo III, porque conforme Hung (2016) a Índia é outra potência emergente, que também busca espaço de influência e, ao contrário de outras economias que cresceram no embalo do crescimento chinês, a Índia tem um modelo de crescimento próprio, voltado para seu mercado interno. Ademais, o atual primeiro ministro indiano, Narendra Modi, possui inclinações ideológicas voltadas para o nacionalismo e “acena” para os Estados Unidos como um parceiro na questão de segurança nacional, ao passo que se distancia de uma relação harmoniosa com a China, após incidentes na região do Tibete e de problemas com o Paquistão (BISWAS, 2020; LIY, 2020). Nesse sentido, é complexo entender como esse país responderá aos avanços chineses no sul da Ásia.

Enfim, a BRI é uma estratégia robusta de política externa chinesa, que adentra em um território enorme (a Eurásia) onde o regionalismo é um tema conflituoso (BHATTACHARYA, 2016). Associado a isso, ainda há o desafio de amenizar as interferências extraregionais. Essa reflexão se confirma com as inquietações dos Estados Unidos que ainda exercem forte influência na região. Todavia, essas disputas vão além da influência em termos realistas e podem surgir por desdobramentos multifacetados e não lineares causados pela “mobilidade ascendente” da China em termos de relação entre centro e periferia nos entrelaçamentos do mundo globalizado (XING, 2019 e GARLICK, 2020). Em termos gerais, a Iniciativa conduz a uma reflexão indeclinável sobre hegemonia ou transição de um *hegemon*. É sobre esse tema que trata o próximo bloco.

4.3 A BRI e a Hegemonia Mundial

Em termos de sistemas mundiais, a noção de hegemonia é absolutamente central para compreender tanto as relações interestatais, quantos a relação entre Estados nacionais e os agentes econômicos dentro dos ciclos sistêmicos de acumulação. Aqui, o conceito de hegemonia tem base no que Arrighi e Silver (1999) e Arrighi (2008) tomaram como pressuposto, que foi a noção Gramsciana de hegemonia a qual transcende o

estrito poder de dominar e assenta na capacidade de um grupo dominante em liderar o sistema com base no consentimento do grupo subordinado. Essa relação, por sua vez, se consolida por meio de um interesse geral, que, na verdade, é a transfonteirização dos interesses nacionais do *hegemon*. Ademais, junto ao consentimento, há intenções por parte dos Estados subordinados em emular o grupo de nações dominantes através do seu modelo de desenvolvimento. A definição de hegemonia que Arrighi adotou fica clara na seguinte passagem.

A hegemonia é, portanto, algo mais e diferente do que a pura e simples dominação: é o poder adicional que agrega a um grupo dominante em virtude da sua capacidade de conduzir a sociedade em uma direção que não apenas atenda aos interesses do grupo dominante, mas também seja percebida pelos grupos subordinados como servindo a um interesse mais geral. É o inverso da noção de "deflação de poder" usada por Talcott Parsons para designar situações em que o controle governamental não pode ser exercido, exceto por meio do uso generalizado da ameaça ou da força, se grupos subordinados têm confiança em seus governantes, sistemas de dominação podem ser governado sem recorrer à força. Mas se essa confiança diminuir, eles não podem (1964). Por analogia, pode-se dizer que a noção de hegemonia de Gramsci consiste na "inflação de poder" que decorre da capacidade dos grupos dominantes de apresentarem com credibilidade suas regras como servindo não apenas aos seus interesses, mas também aos dos grupos subordinados. (ARRIGHI e SILVER, 1999, p.12, **tradução nossa**²²).

Nesse sentido, permite-se também derivar um pouco mais essa análise aos estudos de Robert W. Cox (2007) sobre o tema, visto que o teórico neogramsciano canadense descreve a estrutura de uma ordem

²² (ARRIGHI e SILVER, 1999, p.12) **Tradução nossa:** *Hegemony is thus something more and different than domination pure and simple: it is the additional power that accrues to a dominant group by virtue of its capacity to lead society in a direction that not only serves the dominant group's interests, but is also perceived by subordinate groups as serving a more general interest. It is the inverse of the notion of "power deflation" used by Talcott Parsons to designate situations in which governmental control cannot be exercised except through the widespread use or threat of force, if subordinate groups have confidence in their rulers, systems of domination can be governed without resorting to force. But if that confidence wanes, they cannot (1964). By analogy, Gramsci's notion of hegemony may be said to consist of the "power inflation" that ensues from the capacity of dominant groups to present with credibility their rule as serving not just their interests, but those of subordinate groups as well.*

internacional nas interrelações, no âmbito do poder das *ideias*, das *instituições* e das *capacidades materiais*.

Xing (2019, p.39), por sua vez, adequa a estrutura de poder de Robert Cox para examinar o ganho de influência da China na esfera internacional. Dessa maneira, no âmbito das *capacidades materiais* compreendem-se os fatos de que a China é a segunda maior economia mundial, tem vultosas reservas internacionais, além de ser grande consumidora de bens primários em termos globais. No campo das *instituições*, é possível apontar importantes organizações criadas nos últimos anos, dentre elas: o Novo Banco dos BRICS, o Fundo da Nova Rota da Seda, o AIIB, a SCO e a Parceria Econômica Intra Regional (RCEP, sigla em inglês para *Regional Comprehensive Economic Partnership*). Na esfera das *ideias*, pode-se enquadrar toda narrativa associada à BRI, dentre elas a diplomacia de ganha-ganha (*win-win*), mas também os termos frequentemente utilizados nos discursos realizados pelas autoridades chinesas e dentre eles estão: “desenvolvimento pacífico”, “comunidade de destino comum” e a ideia de “sonho chinês” (XING, 2019, p. 39).

A partir da estrutura de Cox e da descrição feita da Iniciativa, é possível verificar que a BRI abarca estratégias no âmbito das três esferas de poder. A saber, a infraestrutura da OBOR facilita a circulação de capitais e mercadorias, estabelecendo novas interconexões e isso corresponde à potencialização das capacidades materiais. Além disso, essa é uma política que associa a “correção” do excesso de capacidade, conforme discutido no primeiro bloco desse capítulo, à viabilidade de obter recursos minerais e energéticos à menor custo. Em suma, essa seria uma estratégia para dar suporte ao crescimento chinês sustentado nas exportações. Ao mesmo tempo, a OBOR fortaleceria seu mercado interno. Além disso, atenderia aos interesses das elites econômicas transnacionais e, em especial, dos capitalistas chineses, ao criar oportunidades no contexto de conflitos competitivos sobre a distribuição de lucros, mercados e recursos (XING, 2019).

No âmbito das instituições, a BRI não só demandou a criação de novas organizações, como o Fundo da Nova Rota da Seda e o AIIB, mas também exige o fortalecimento de cooperações internacionais já existentes, como a Organização para Cooperação de Xangai. Além disso, é importante retomar o documento *Vision and Actions on Jointly Building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road* para enfatizar o interesse que o PCC possui em internacionalizar o renminbi através da Iniciativa, utilizando o sistema bancário interestatal para transações em moedas locais e a compra de títulos. Nesse sentido, é indispensável recuperar o argumento de Hung (2016), presente no segundo capítulo, de que um dos fatores limitadores da hegemonia chinesa é a supremacia do dólar, ao tempo em que Arrighi (2008) defende que ainda que haja supremacia do dólar no sistema internacional, isso não significa que os Estados Unidos continuariam sendo *hegemon*. O melhor exemplo disso está na análise histórica da transição hegemônica entre o ciclo britânico e estadunidense, em que a libra esterlina teve sua primazia por um longo período de tempo mesmo a Inglaterra não dominando mais o sistema internacional. Então, a questão aqui é que, embora o dólar tenha supremacia, a China está tratando, com a BRI, de fortalecer institucionalmente sua moeda no cenário internacional.

No campo das ideias, a OBOR é disseminada como uma Iniciativa em que todos podem ganhar com a conectividade através da diplomacia *win-win*. Todavia, embutido à publicidade do projeto estão às noções de desenvolvimento pacífico, comunidade de destino comum e de “Sonho Chinês”. Conforme tratado no capítulo III, Sidaway e Woon (2017) tratam da narrativa metafórica chinesa sobre a Nova Rota da Seda nos termos de que a Iniciativa vai além de corredores econômicos e da dicotomia entre ameaças e oportunidades. Esses autores defendem o rejuvenescimento, em termos abstratos, de uma cultura de intercâmbios de conhecimento, mercadorias e serviços entre civilizações.

A esfera das ideias, talvez seja o campo mais complexo de a China desenvolver-se em termos hegemônicos, porque ao passo em que o “sonho

americano” é uma concepção sedutora de liberdades, felicidades individuais e conforto social através do consumo (XING, SHAW, 2018), o “sonho chinês” está estritamente enraizado na sociedade chinesa, em que Xi Jinping conclama a população para construir uma China forte e armada a fim de não cair no mesmo caos do “século da humilhação” (MILLER, 2017). Ainda assim, o “Sonho Chinês” pode ultrapassar a esfera doméstica para a esfera internacional a partir do que interpreta Barbones (2017) de que a BRI é uma tentativa de reviver o antigo sistema tributário chinês, a chamada *Tianxia*.

A *Tianxia* é um termo cultural e político chinês (LIMA, 2018) e é interessante ser explicado, porque seu conceito está associado ao relato de Nolan (2016), apresentado no capítulo anterior, sobre a antiga rota da seda. Esta era percorrida por caravanas, que comercializavam entre reinos: especiarias, seda, porcelanas, dentre outros produtos. Esses fluxos eram gerenciados pela corte imperial da China, por meio da cobrança de tributos. Esse sistema tributário fornecia concessão para realizar comércio, em troca de proteção contra os saques dos “bárbaros” (LIMA, 2018).

A partir de uma análise mais aprofundada, Hobson (2012) examina o sistema tributário chinês muito mais pela sua importância de fluxo comercial, no que o autor chama de “globalização oriental”, em uma estrutura de “regionalização oriental”, do que pelo aspecto da cobrança de impostos *per se*. Para Hobson (2012), essa estrutura funcionou desde 500 D.C até o ano de 1492, embora os benefícios desse intercâmbio tenham persistido até o ano de 1800. Essas datas são importantes, porque entre 1492 e 1800, com a expansão marítima europeia e a colonização das Américas, parte significativa da prata extraída dessas colônias foi parar na China através do comércio, proporcionando a esta civilização grande superávit comercial. Ainda assim, o autor também trata de desmistificar que apesar do potencial chinês em produção e exportação de manufaturas, essa “globalização oriental” era “policêntrica”. Em outros termos, Hobson está querendo dizer que outros núcleos foram importantes nesse sistema, a saber, também estavam: Índia, Oriente Médio, Japão, Norte da África e Sudeste asiático. Ademais, a participação ao sistema, ao contrário do que diz a

literatura tradicional eurocêntrica, não era forçada e sim voluntária. (HOBSON, 2012). Complementarmente, Hung (2016, p.133-4, tradução nossa²³) apresenta uma explicação interessante sobre o funcionamento do sistema tributário sinocêntrico.

O mundo na visão imperial da China era feito de círculos concêntricos, com o imperador no centro, províncias governadas diretamente no círculo ao redor do centro e vassallos de tributo localizados no próximo círculo. Essa ordem mundial divergia do modelo ocidental de império originado na época romana e não se baseava na lógica das extrações tributárias do centro. Em vez disso, sua operação baseava-se no princípio da benevolência do centro e da lealdade recíproca da periferia. Os vassallos do Império Chinês enviariam emissários e presentes para a capital imperial em missões de tributo. Em troca, essas missões obtiveram presentes de maior valor do imperador. Sob este sistema, os governantes nos estados de tributo obtinham sua legitimidade do endosso do imperador chinês, e a lealdade dos estados de tributo era fundamental para a segurança das fronteiras do império.

Na hipótese de a China estar tentando recriar seu antigo sistema sinocêntrico na Eurásia através da *One Belt, One Road*, conforme o argumento de Barbones (2017), é inevitável recuperar a defesa de Arrighi (2008), presente no segundo capítulo, de que a China é uma economia de mercado avançada, não capitalista, porque o referido sistema de comércio estava pautado no desenvolvimento do mercado interno. Essa é a apresentação feita por Arrighi do “caminho natural” e da revolução *Industriosa* da Ásia Oriental. No entanto, há várias questões que separam a antiga rota da seda do projeto atual. A principal delas, que também está associado ao conceito de *Tianxia*, é a importância de uma geopolítica “harmoniosa” no cenário moderno.

²³ Hung (2016, p.133-4) **Tradução nossa:** *The world in China's imperial view was made up of concentric circles, with the emperor at the center, directly governed provinces in the circle around the center, and tribute vassals located in the next circle. This world order diverged from the Western model of empire originating in Roman times and was not grounded on the logic of tributary extractions from the center. Instead, its operation rested on the principle of benevolence from the center and reciprocal loyalty from the periphery. Vassals of the Chinese Empire would send envoys and gifts to the imperial capital in tribute missions. In return, these missions obtained gifts of higher value from the emperor. Under this system, rulers in the tribute states derived their legitimacy from the Chinese emperor's endorsement, and the tribute states' loyalty was instrumental to the empire's border security.*

Conforme a interpretação de Karatasli e Kumral (2017), já mencionada no bloco anterior, as principais dificuldades de a China aumentar sua capacidade de liderança na esfera internacional estão em suas vulnerabilidades domésticas. Nesse sentido, esse país tem frágil habilidade em liderar movimentos independentistas para além de suas fronteiras, por ter que lidar com seus próprios problemas de integridade territorial. Isso, conseqüentemente, enfraquece seu status de líder moral e de poder capaz de desestabilizar potências ou movimentos rivais internacionalmente. Vale ressaltar, que essas são condições levantadas no argumento de Karatasli e Kumral (2017. p. 26, tradução nossa²⁴) como premissas fundamentais para liderar configurações geopolíticas.

A vulnerabilidade territorial da China também não é independente de sua rápida ascensão. À medida que a China sobe na hierarquia de poder mundial, os formuladores de políticas dos Estados Unidos (e também de outras grandes potências) estão se tornando mais preocupados do que antes em como contrabalançar o poder chinês. Nesta discussão da *realpolitik*, os problemas nacionalistas na China, como Taiwan, Tibete, Xinjiang, suas disputas territoriais com os vizinhos e reivindicações rivais no sul da China estão em primeiro plano.

Ainda assim, Karatasli e Kumral (2017) argumentam que caso a China venha exercer papel de liderança sistêmica, essa transição não será uma imitação de transições hegemônicas anteriores. A inferência desses autores, por sua vez, segue a abordagem de Arrighi e Silver (1999). Esses últimos examinaram que o sistema mundo possui certo padrão histórico para transições hegemônicas, todavia ainda haverá indeterminações nas mudanças sistêmicas presentes, em comparação aos ciclos passados.

Paralelamente, Hung (2016; 2017a, 2017b) argumenta que o cenário de a China exercer papel hegemônico é uma concepção “exagerada”. A principal ênfase para essa defesa é, como já foi abordado, a supremacia do dólar no sistema financeiro internacional e o poder militar estadunidense.

²⁴ **Tradução nossa:** Karatasli e Kumral (2017. p. 26) *China's territorial vulnerability is not independent from its rapid rise as well. As China climbs the ladder of the world power hierarchy, the United States' policy-makers (and those of other great powers as well) are becoming more preoccupied than before with how to counter-balance Chinese power. In this discussion of realpolitik, nationalist problems in China such as Taiwan, Tibet, Xinjiang, its territorial disputes with neighbors, and rival claims in South China are at the forefront.*

Katz (2020 p. 04-5, tradução nossa²⁵) também faz menção sobre a importância do campo monetário como aspecto definidor da transição hegemônica, conforme passagem.

Os estrategistas de ambas as potências também sabem que qualquer resultado do confronto comercial será efêmero, se o vencedor não alcançar um triunfo equivalente no terreno monetário. A efetividade da Rota da Seda depende da gestação de um sinal de comercialização em moeda chinesa em escala internacional. Por sua vez, a obstrução norte-americana a esse projeto exige a permanência do dólar como principal moeda mundial. No médio prazo, essa disputa é definidora.

Para Hung (2016), análises que conferem uma abordagem enfática sobre a tentativa de recriação do sistema tributário-comercial sinocêntrico são simplistas e equivocadas, pelas razões que seguem:

O crescente peso e centralidade da China na Ásia estão longe de ser uma simples réplica da ordem tributária-comercial sinocêntrica pré-moderna. Por um lado, a ordem tributária-comercial pré-moderna sinocêntrica era culturalmente fundamentada no confucionismo, o que justificava as práticas de reciprocidade entre o centro e a periferia como benevolência do centro para a periferia e lealdade filial da periferia para o centro. Essa base cultural também induziu a maioria das nações asiáticas a considerar a China um modelo de governo, economia e educação. Hoje, a crescente centralidade da China na ordem internacional da Ásia, pelo contrário, não é muito apoiada por sua base cultural; em vez disso, baseia-se em nada mais do que interesses econômicos nus e realpolitik. Por outro lado, enquanto a China era a única potência dominante no sistema sinocêntrico pré-moderno, sua crescente centralidade hoje é contrariada pela influência persistente dos EUA na região. A falta de uma base cultural e a competição dos Estados Unidos constituem grandes obstáculos para a ascensão da supremacia regional da China. (HUNG, 2016, p.137, **tradução nossa**²⁶).

²⁵ Katz (2020 p. 04-5) **Tradução nossa:** *Los estrategas de ambas potencias saben, además, que cualquier resultado de la confrontación comercial será efimero, si el ganador no logra un triunfo equivalente en el terreno monetario. La efectividad de la Ruta de la Seda depende de la gestación de un signo monetario chino transable a escala internacional. A su vez, la obstrucción estadounidense de ese proyecto exige la permanencia del dólar como la principal moneda mundial. En el mediano plazo esa disputa es definitiva.*

²⁶ (HUNG, 2016, p.137) **Tradução nossa:** *China's increasing weight and centrality in Asia are far from a simple replication of the premodern Sinocentric tribute-trade order. For one thing, the premodern Sinocentric tribute-trade order was culturally grounded on Confucianism, which justified the practices of reciprocity between the center and the periphery as benevolence from the center to the periphery and filial loyalty from the periphery to the center. Such a cultural foundation also induced most Asian nations to look up to China as a model of government, economy, and scholarship. Today China's increasing centrality in Asia's international order is on the contrary not supported by much cultural ground; it is instead based on no more than naked economic interests and realpolitik. For another thing, whereas China was the only dominating power in the premodern Sinocentric system, its rising centrality today is*

Conforme passagem, é possível verificar que Hung (2016) examina a ausência de elemento cultural comum e, de certa maneira, a falta de consentimento da relação centro e periferia, como empecilhos basilares para replicar, no mundo moderno, o sistema sinocêntrico. O confucionismo, apesar de possuir nuance de acordo com cada localidade, era um fator identitário na região asiática. Na modernidade, seus preceitos não têm mais o mesmo peso de integração. Em troca, houve o fortalecimento da noção de nacionalismo e também de soberania. Dessa forma, os Estados nacionais têm movimentos antissistêmicos cada vez mais críticos à relação de “vassalagem” moderna. Ademais, Hung (2016) também destaca a forte influência histórica dos Estados Unidos na região em conjuntura de competição com a China. Esses fatores são empecilhos para a China obter maior supremacia na Ásia, mas também, para o autor, esses são fatores que distanciam qualquer interpretação que replique o antigo sistema tributário-comercial sinocêntrico.

Em Hung (2017b) o argumento que contraria a defesa de que a China pode ser o epicentro hegemônico em um novo ciclo sistêmico de acumulação é desenvolvido pela perspectiva histórica dos sistemas mundiais do sociólogo estadunidense Christopher Chase-Dunn. Hung opta por ampliar sua especulação através dessa abordagem pelas razões apresentadas na seguinte passagem.

Na teorização da transição atual e na previsão do que pode acontecer no futuro do sistema-mundo, a maioria das discussões foi restringida pelo número limitado de casos de hegemonia e transições hegemônicas. Com as hegemônias holandesa e britânica como os dois únicos precedentes a partir dos quais podemos generalizar, nossa imaginação sobre o que está acontecendo e o que acontecerá em meio ao declínio hegemônico dos EUA é seriamente limitada. A este respeito, a descoberta de Christopher Chase-Dunn de uma ampla gama de sistemas mundiais pré-modernos que seguem dinâmicas semelhantes de divisão de trabalho centro-periferia e competição interestadual ou integração é uma contribuição significativa para o debate. Ele expande amplamente o número de casos disponíveis para comparação, levando-nos, portanto, a todo um novo leque de possibilidades a serem ponderadas. Ao mesmo tempo, os esforços de Chase-Dunn e sua equipe para procurar indicadores quantitativos para medir o desenvolvimento e o ciclo do sistema-mundo empiricamente também complementam a análise baseada em narrativa da maioria dos

countered by the persistent U.S. influence in the region. The lack of a cultural foundation and the competition from the United States constitute big obstacles to the rise of China's regional supremacy.

outros sistemistas mundiais, permitindo-nos decifrar padrões passados, mesmo dentro de nosso sistema mundial capitalista atual, que foi esquecido antes. (HUNG, 2017b, p.638, tradução nossa²⁷).

Em pesquisas sobre sucessões hegemônicas, Chase-Dunn examinou que no ciclo britânico não existiu apenas uma, mas duas fases de supremacia do poder inglês na economia mundial. A primeira delas ocorreu de meados do século XVIII com os ganhos advindos da colonização americana até a perda das treze colônias. O segundo turno desse ciclo teria começado com a consolidação imperialista da Grã Bretanha na Índia no século XIX e teria findado a partir dos desdobramentos pós-segunda guerra mundial. Por meio de uma derivação histórica, Hung concorda com Chase-Dunn de que os Estados Unidos também podem ter um ciclo hegemônico caracterizado por dois turnos apoteóticos. Nesse sentido, a primeira fase que começou pós-segunda guerra teve seu declínio iniciado a partir da década de 1970. Um segundo turno do ciclo hegemônico estadunidense, na visão de Hung, está, então, por vir e é mais provável que a sucessão hegemônica para a China. Essa nova fase ocorreria, para o autor, através da coerção dos Estados Unidos através do seu poderio militar, que por sua vez, é sustentado pela supremacia do dólar.

4.4 Conclusões

Esse capítulo tratou de fazer uma ponte entre interpretações de Arrighi (2008), Li (2008) e Hung (2016) apresentada no segundo capítulo desse trabalho sobre a ascensão chinesa com a descrição da Nova Rota da

²⁷ (HUNG, 2017b) **Tradução nossa:** *In the theorization of the current transition and prediction of what may happen in the future of the world-system, most discussion were constrained by the limited number of cases of hegemony and hegemonic transitions. With the Dutch and UK hegemonies as the only two precedents from which we could generalize, our imagination about what is happening and what will happen amidst U.S. hegemonic decline is seriously limited. In this regard, Christopher Chase-Dunn's discovery of a wide range of premodern world-systems that follow similar dynamics of core-periphery division of labor and interstate competition or integration is a significant contribution to the debate. It vastly expands the number of cases available for comparison, therefore leading us to a whole new range of possibilities to ponder at. At the same time, Chase-Dunn and his team's efforts to look for quantitative indicators to measure the development and cycle of world-system empirically also complement the narrative-based analysis of most other worldsystemists, enabling us to decipher past patterns, even within our current capitalist world-system, that has been overlooked before.*

Seda realizada no terceiro capítulo. Para tanto, fez-se relevante trazer temas pertinentes à EPI crítica que associassem os problemas inerentes à inserção da China no capitalismo global, ao tempo em que a BRI pode simbolizar uma estratégia de expansão e ajustes do processo de acumulação de capital. Nesse sentido, os principais temas foram: as crises de superacumulação, a geopolítica e a hegemonia.

Diante do arrefecimento da demanda internacional após a crise financeira de 2008, o governo chinês precisou reconsiderar seu modelo de desenvolvimento pautado nas exportações a fim de manter o crescimento econômico doméstico, o emprego, a renda e a tendência das taxas de lucro em movimento ascendente (HUNG, 2017a). É nesse contexto, em que o excesso de capital precisava ser aplicado para além de suas fronteiras, que a BRI foi inaugurada.

A *One Belt, One Road* pode ser interpretada, então, como um projeto expansionista da China que pretende expulsar capital através, basicamente, de financiamento de infraestrutura (HUNG, 2017a). Aqui, a BRI foi examinada como uma materialização muito próxima do que Harvey (2006) chamou de *spatial fix*. No entanto, também foi apresentado nesse capítulo que essa estratégia pode ajustar os desequilíbrios da acumulação no médio prazo, e, portanto, tem potencial para sustentar as taxas de lucro e crescimento da economia chinesa, embora não no longo prazo. Ademais, a OBOR pode ser analisada como uma iniciativa potencial para explorar áreas relativamente “inexploradas” do capitalismo, estabelecendo relação entre novos centros e periferias, da China para com outros países em seu entorno, conforme historicamente são os processos de desenvolvimento capitalista (XING, 2019). Essa interpretação traz à baila e também provoca reflexões, sobre a inferência de Minqi Li (2016), de que a China seria a última reserva estratégica do capitalismo.

A BRI examinada como projeto expansionista de influência chinesa no espaço geográfico, através do seu poder econômico, inevitavelmente, traz reflexões sobre os desafios geopolíticos, sobretudo, na região da Eurásia, onde a interferência estadunidense nos assuntos militares e de segurança é forte. Na verdade, a região euroasiática pode ser analisada por

uma celeuma de conflitos históricos, marcados por disputas em busca de esferas de influência. Além da interferência estadunidense nas questões de Hong Kong e Taiwan, esse país faz ameaças sobre a exploração do Mar do Sul da China. O PCC precisa lidar também com potências emergentes como a Índia e seu conflito transfronteiriço na região do Tibete. A China precisa lidar também com a Rússia, que ainda assume influência política e militar em nações que fizeram parte da antiga URSS.

Ao explorar o tema da geopolítica, chega-se a reflexões sobre os interesses da China em ser o novo *hegemon*. Em torno dessa questão, pondera-se sobre sua capacidade, como tratou Arrighi (2008), de esse país poder contribuir para uma ordem hegemônica internacional, em que o Sul global tenha maior poder de barganha. Nesse sentido, usando o esquema de Cox (2007), tratou-se de falar das capacidades materiais, institucionais e ideacionais que o Estado chinês vem desenvolvendo na construção dessa possível liderança. Todavia, como visto nas abordagens de Karatasli e Kumral (2017) e Arrighi e Silver (1999), uma liderança precisa ser também uma representação intelectual e direção moral. E mais que isso, apresentar um interesse geral, em que os grupos subordinados consintam e queiram emular. Essa questão está relacionada ao “Sonho Chinês”, que é um valor estritamente enraizado nesta civilização (MILLER, 2017), mas que se torna incoerente na esfera internacional. Dessa maneira, uma possível transição hegemônica torna-se um tema extremamente complexo.

CONCLUSÕES

Com esta dissertação de mestrado tive o intuito de pesquisar sobre a Nova Rota da Seda através de uma revisão de literatura no âmbito da EPI crítica dos sistemas mundiais. Para tanto, foi necessário, não só descrever o que é a Iniciativa em termos de cobertura geográfica e financeira, mas também contextualizá-la em termos de processo histórico na trajetória do crescimento econômico chinês.

Nessas “conclusões” primeiramente faço uma breve retrospectiva do que tratei entre os capítulos, bem como os principais aprendizados que obtive em cada um deles. Segundamente, apresento as limitações mais aparentes que acometem este trabalho. Por fim, exponho pontos positivos desta dissertação e apresento meus anseios de uso desse material e de aprofundamento intelectual sobre o tema dessa pesquisa.

No segundo capítulo, revisei três trabalhos que tratam sobre a recente ascensão da China no sistema mundial. As obras estudadas foram: 1) *The Rise of China and the Demise of the Capitalist World Economy* de Minqi Li (2008), 2) *Adam Smith em Pequim: Origens e Fundamentos do Século XXI* de Giovanni Arrighi (2008) e 3) *The China Boom: Why China Will Not Rule the World* de Ho-fung Hung (2016).

Em termos gerais, os trabalhos citados têm em comum o fato de se enquadrarem no campo da EPI crítica dos sistemas mundiais. Em termos de pontos consensuais sobre a trajetória da ascensão chinesa, poderia destacar os seguintes elementos entre as referidas: 1) as análises de política econômica tomadas pelo Estado chinês para abrir, modernizar e expandir a economia chinesa e 2) a relevância dos fatos históricos tanto internacionais, quanto domésticos no curso da evolução do capitalismo histórico. Nesse sentido, as abordagens examinam os impactos do modelo de orientação para a exportação nesse país, ressaltam também o papel da economia política regional asiática e observam a transferência do capital material para o capital financeiro após os anos 2000, à medida que a China foi se inserindo cada vez mais na economia global.

Apesar de se enquadrarem no campo da EPI crítica dos sistemas mundiais, interpretações históricas, desdobramentos em relação à ascensão da China e sua inserção na economia global são examinados de formas distintas por Li (2008), Arrighi (2008) e Hung (2016). Conseqüentemente, suas reflexões teóricas sobre o futuro da economia política global do capitalismo são bastante divergentes.

Uma das comparações de maior relevância entre as obras é que elas apresentam conceitos diferentes sobre o tipo de economia que há na China. Enquanto Minqi Li trata a economia chinesa como de tipo capitalista, completamente inserida na ordem neoliberal, Hung, de maneira similar, fala de economia capitalista com sistema político autoritário. Em oposição, Arrighi prefere enfatizar que a China tem uma economia de mercado evoluída e, portanto “[...] a natureza do desenvolvimento da China não é necessariamente capitalista” (ARRIGHI, 2008, p.39). Atualmente, esse debate parece saturado, diante de vários elementos capitalistas presente na sociedade chinesa. Contudo, essas diferenciações são importantes neste trabalho, porque esses conceitos interferem na maneira como os autores em questão preveem o futuro da economia global com o crescimento desse país.

Por não considerar a China como uma economia capitalista, Arrighi (2008) traz a abordagem mais otimista, mas sem desconsiderar cenários negativos, dentre os três autores. De modo que, como foi citado no capítulo quatro, esse autor argumenta sobre a possibilidade de a China liderar uma ordem global que equalize os poderes de barganha entre Norte e Sul global. Ademais, o autor defende que esse país pode ser uma potência que respeite as diferenças culturais e a soberania dos povos.

Por verificarem elementos totalmente capitalistas na sociedade chinesa, bem como as contradições inerentes ao sistema de acumulação e suas relações desiguais, Li (2008) e Hung (2016) argumentam cenários futuros para a economia mundial que beiram ao caos ou a inércia. Nesse sentido, Li (2008) argumenta que a ascensão da China desestruturaria toda a relação entre centro, periferia e semiperiferia. Isso, em termos de forças competitivas por recursos naturais, fluxos de investimentos, mas também em termos de pressão salarial no centro e, sobretudo, na semiperiferia.

Para Hung (2016), a ascensão da China é um *boom*, ou melhor, é algo que está fadado a desaparecer. Embora a China tenha contribuído para a redução das desigualdades globais, seu modelo de crescimento voltado para exportação é permeado de vulnerabilidades. A principal delas é a dependência do seu crescimento ao mercado estadunidense. O argumento motriz dessa inter-relação frágil é a análise sobre o crescimento econômico da China pós-crise financeira de 2008, porque quando os Estados Unidos estiveram assolados em dívidas e arrefeceu seu consumo, então o governo chinês precisou repensar seu modelo de crescimento doméstico.

Outra diferenciação importante entre os trabalhos é o conceito de hegemonia. De maneira mais assertiva, pude verificar entre as obras, que há consenso sobre o declínio de poder internacional dos EUA. Cada um dos autores trata o tema pela perspectiva do capitalismo histórico em sistemas mundiais, muito embora suas inferências sobre a supremacia chinesa em detrimento à ordem dominada pelos EUA no longo prazo têm diferenciações. Como não é objetivo principal de Li e Hung debaterem sobre esse conceito, esse é um assunto que aparece como resultado do ganho de influência chinês no cenário econômico internacional.

Minqi Li argumenta que o próximo poder hegemônico deve ter como características: território em tamanhos continentais e grande população. Esses critérios são facilmente identificados na sociedade chinesa, mas, para Li, esse país tem fraquezas que o impede de ser dominante em questões de poder. A principal fragilidade chinesa é a capacidade militar (LI, 2008, p.131). Hung (2016), por sua vez, apesar de não desenvolver fundamentação teórica sobre o tema, argumenta que a China não se tornará um *hegemon*, porque a internacionalização do dólar e a supremacia militar estadunidense perdurarão por muito tempo. Esse autor traz uma abordagem mais enfática sobre hegemonia em outros trabalhos. Hung (2017b) utiliza a perspectiva de Chase-Dunn não só para reforçar o argumento de que a China não liderará o sistema mundial, mas também para defender que aos EUA podem passar por um segundo turno de liderança mundial. Arrighi, por fim, esclarece claramente qual conceito está sendo adotado em seu trabalho.

Em termos de descrição, indubitavelmente, a BRI é uma forma de a China ganhar influência na esfera internacional. Outra observação importante, a partir da descrição realizada no capítulo três, é que parcerias, acordos bi e trilaterais, além de grandes projetos rotulados como sendo da Iniciativa, não nasceram juntamente com ela. Percebi que a referida traduz-se, dentre outras interpretações, em estreitamento de laços já existentes entre a China e outros países. Nesse sentido, a BRI expõe ainda mais a China para o mundo. Por esse motivo, questões de direitos democráticos e humanos, que envolvem a luta em regiões como, Hong Kong, Tibete e do povo Uigures na província de Xinjiang, embora amplificadas pelas mídias ocidentais, passaram a ser, não somente desafios “domésticos”, mas também são questões de interesse regional. Ao mesmo tempo, observei, a partir dos dados do Banco Mundial, que os projetos da OBOR estão majoritariamente focados nos setores de transporte e energia. De modo que, esse debate envolve a agenda do meio ambiente, da qual inclui preocupações com mudanças climáticas e pressões por parte de entidades civis por menos uso de energia proveniente de combustíveis fósseis.

Em termos de análise da BRI no âmbito da EPI crítica dos sistemas mundiais, o marco temporal para compreender o contexto em que a NRS foi criada é a crise financeira global de 2008. A partir dessa turbulência mundial, os principais mercados consumidores dos produtos chineses estavam assolados por falências bancárias, dívidas, e, portanto, tiveram suas demandas arrefecidas (BHATTACHARYA 2016; ZHANG, 2017; HUNG, 2017 e HART-LANDSBERG, 2018). Na tentativa de manter as taxas de crescimento, o Estado chinês aplicou estímulos financeiros na economia, os quais resultam, segundo Hart-Landsberg (2018), em excesso de instalações e construções urbanas que, por sua vez, ocasionaram a existência de “cidades fantasmas” e crescimento de dívidas por parte de empresas e governos locais. A partir de então, se intensificaram os efeitos negativos do “ciclo vicioso” da superacumulação (Hung, 2016). É a partir desse contexto que a OBOR é inaugurada. Dessa maneira, me parece que a *One Belt, One Road* pode ser interpretada, então, como um projeto que pretende expulsar capital através, basicamente, de financiamento de infraestrutura (HUNG,

2017). De modo que é pertinente compreendê-la como uma materialização muito próxima do que Harvey (2006) chamou de *spatial fix*.

A OBOR também pode ser interpretada como parte da recente ascensão chinesa em seu sentido de política expansionista de capital na lógica geopolítica e territorial. A influência chinesa no espaço geográfico, através do seu poder econômico, inevitavelmente, traz reflexões sobre o acirramento de conflitos históricos. Conforme aponta Karatasli e Kumral (2017), diversos são os movimentos nacionalistas/separatista envolvendo a China. Dentre eles estão: o caso do Tibete que envolve a Índia, a região de Xinjiang com os Uigures, problemas étnicos com a Mongólia e o movimento pró-independência de Hong Kong. Na interpretação de Levaggi (2020) a OBOR é uma grande estratégia para reposicionar a China, como ator central na Eurásia, mas que também esbarra nos interesses da Rússia. Para Hung (2016) a Índia é outra potência emergente, que também busca espaço de influência no Sul da Ásia. Ademais, há a interferência estadunidense nos assuntos militares e de segurança na região.

Em termos gerais, a Iniciativa conduz para uma reflexão indeclinável sobre hegemonia ou transição de um *hegemon*. Aprecio o que tratou Arrighi (2008), de que o poder econômico da China pode contribuir para uma ordem hegemônica internacional, em que o Sul global tenha maior poder de barganha. A derivação de Xing (2019) ao esquema de Cox (2007) para tratar das *capacidades materiais, institucionais* e das *ideias*, da qual inclui a BRI, é inteligente e reforça o argumento de que o conceito de hegemonia é mais complexo, que inferências exclusivas sobre a supremacia monetária, como defende Hung (2016). Com isso, não estou querendo afirmar que a China será o novo *hegemon*, mas reflito que bases importantes estão sendo desenvolvidas para isto, em especial, no campo das capacidades materiais e institucionais. Por outro lado, conforme apresentado nas abordagens de Arrighi e Silver (1999) e Karatasli e Kumral (2017), uma liderança precisa ser também uma representação intelectual e direção moral. E mais que isso, apresentar um interesse geral, em que os grupos subordinados consintam e queiram emular. Essa questão está relacionada ao “Sonho Chinês”, que é um valor estritamente enraizado nesta civilização

(MILLER, 2017), mas que se torna incoerente na esfera internacional. Dessa maneira, uma possível transição hegemônica torna-se um tema extremamente complexo.

Parece-me que esta dissertação possui várias limitações. Destas, identifico aqui as que ficam mais evidentes ao reler meu trabalho. A primeira delas é que as conexões e comparações entre Minqi Li, Giovanni Arrighi e Ho-fung Hung poderiam ter sido mais amplas. Ademais, as interligações entre o “passado” e o “presente”, o “doméstico” e o “internacional”, conforme reivindica a abordagem da EPI crítica, poderiam ter sido mais profundas. No terceiro capítulo, a mais aparente das limitações está na desigualdade de informações descritivas entre as subseções, mais precisamente, entre as regiões do globo. Debrucei-me em pesquisar o projeto ao longo da Ásia, porque há mais material desenvolvido e porque esse é o enfoque regional mais próximo e estratégico da China. Feito isso, não tive tempo suficiente para me dedicar ao estudo da BRI em outras localidades. Se o fizesse, talvez pudesse afetar o desenvolvimento do meu quarto capítulo, que considero o ponto central do meu trabalho. Por outro lado, reflito que essa limitação é resultado natural do desafio de mapear um projeto de âmbito global como é a BRI.

Apesar das deficiências, penso que meu trabalho tem um aporte interessante de interpretações da BRI na literatura da EPI crítica. Nesse sentido, almejo que esse trabalho seja utilizado por estudantes que pretendem iniciar pesquisas sobre a Nova Rota da Seda nessa perspectiva. Considero que essa dissertação pode servir para alunos que buscam referências interessantes sobre o tema. Por esse motivo, tive a preocupação de traduzir todas as citações diretas em língua estrangeira, justamente para tornar esta ferramenta de pesquisa mais acessível.

Em outras palavras, espero que este trabalho seja uma apresentação ao tema e aos autores que tratam do assunto. Em minha opinião, é possível haver aprofundamentos interessantes sobre o tema em duas frentes. A primeira delas é a investigação sobre projetos específicos da BRI partindo da perspectiva do *spatial fix* de David Harvey. O segundo aprofundamento investigativo seria a derivação da estrutura de hegemonia de Cox ao

contexto da Iniciativa. No mais, reforço a importância de pesquisar sobre a OBOR, porque se a complexa conjuntura apresenta “realidades” não unívocas, o momento pandêmico, que estamos vivendo, só adiciona incertezas às interpretações, que devem ter um caráter cada vez mais multifacetado. Por fim, compartilho a inquietação de Katz (2020) sobre as recentes transformações no âmbito da economia política internacional iniciada pela pandemia por Covid-19, de modo que não sabemos se faz total ou nenhum sentido falar em BRI no longo prazo.

REFERÊNCIAS

ACHARYA, Amitav. After Liberal Hegemony: **The Advent of a Multiplex World Order.** *Ethics & International Affairs*, [s.l.], v. 31, n. 03, p.271-285, 2017. Cambridge University Press (CUP).

AGENCE FRANCE-PRESSE (França). Brasil Abandona Celac. **Estado Minas**, p. 1-2, 16jan. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/Noticia/internacional/2020/01/16/interna_internacional,1114948/brasil-abandona-celac.shtml. Acesso em: 2 ago. 2020.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: Origens e Fundamentos do Século XXI.** São Paulo: Boitempo, 2008. Tradução de Beatriz Medina.

ARRIGHI, Giovanni. Introdução. *In*: ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens do Nosso Tempo.** [S. l.: s. n.], 1994. p. 1-26.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Bervely. Introduction. *In*: **CHAOS and Governance in the Modern World System.** [S. l.: s. n.], 1999. p. 4-15.

ASSOCIATION OF SOUTHEAST ASIAN NATIONS (ASEAN). Disponível em: <https://asean.org/asean/about-asean/>. Acesso em: 28 fev. 2020.

ASIAN DEVELOPMENT BANK, Who We Are. Disponível em: <https://www.adb.org/who-we-are/about#members>. 2020. Acesso em: 03.ago.20.

BANCO MUNDIAL. Mahmoud Mohieldin. Discurso. **Belt and Road Initiative: A global effort for local impact. Connecting cities for inclusive and sustainable development**, 26 set. 2017. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/feature/2017/09/26/bridge-for-cities-speech-by-mahmoud-mohieldin>. Acesso em: 29 jul. 2017.

BANCO MUNDIAL (org.). **Belt and Road Economic: Opportunities and Risks of Transport Corridors**, 2019.

BANGKOK POST (Tailândia). **Time to Revisit Canal Project.**, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://www.bangkokpost.com/opinion/opinion/1839359/time-to-revisit-canal-project>. Acesso em: 19 jul. 2020.

BARBONES, Salvatore. One Belt, One Road to Nowhere. *In*: BARBONES, Salvatore. **American Tianxia: Chinese Money, American Power and the end of History**, 2017.

BARBOZA, David. China unveils \$586 billion stimulus plan. **The New YorkTimes**, [S. l.], p. 1-3, 10 nov. 2008. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2008/11/10/world/asia/10iht-10china.17673270.html>. Acesso em: 30 ago. 2020.

BBC NEWS (Brasil). O que é o TPP, o acordo econômico entre 11 países do qual Trump retirou EUA. **BBC News Brasil**, p. 1-9, 24 jan. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-38729570>. Acesso em: 23 set. 2020.

BBC NEWS (Brasil). Os Dois Territórios Disputados por China e Índia que Estremecem as Relações entre os Dois Gigantes. **BBC News Brasil**, 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-40443826>. Acesso em: 21 jul. 2020.

BBC NEWS MUNDO. Protestas en Hong Kong: el dramático asedio policial a una universidad de Hong Kong en la que se refugiaron centenares de manifestantes. **BBC News Mundo**, [S. l.], p. 1-15, 18 nov. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/Noticias-internacional-50468150>. Acesso em: 13 set. 2020.

BBC NEWS MUNDO. 4 claves del controvertido plan de seguridad con el que China puede cambiar Hong Kong para siempre. **BBC News Mundo**, [S. l.], p. 1-16, 22 maio 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/Noticias-internacional-52764948>. Acesso em: 13 set. 2020.

BEESON, Mark. Geoeconomics with Chinese characteristics: the BRI and China's evolving grand strategy. **Economic and Political Studies**, Austrália, p.1-18, 2018.

BHATTACHARYA, Abanti. **Conceptualizing the Silk Road Initiative in China's Periphery Policy**. Springer, [S. l.], p. 309-328, 26 nov. 2016.

BISWAS, Soutik. Como o primeiro-ministro reeleito Narendra Modi reinventou a política na Índia. **BBC News Brasil**, [S. l.], p. 1-8, 23 maio 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48386137>. Acesso em: 14 set. 2020.

BRENNER, Robert. El Dilema Del Crédito Chino. **New Left Review**, p. 63-80, mar-abr. 2019.

BRESLIN, Shaun. **China and the Global Political Economy**, 2007.

BRZEZINSKI, Zbigniew; MEARSHEIMER, John J. "Better to Be Godzilla than Bambi". **Foreign Policy** (146), 2005.

CELAC, **Special Declaration Of Santiago Of The II Ministerial Meeting Of The Celac China Forum On The Belt And Road Initiative**. El Salvador, 2017;

CARRAI, Maria Adele. It is not the end of History: The Financing Institutions of the Belt and Road Initiative and the Bretton Woods System. **Transnational Dispute Management**, [S. l.], p. 1-29, 21 ago. 2017.

CHARLEAUX, João Paulo. Por que China e Índia entraram em conflito no Himalaia: Potências nucleares se enfrentam com paus e pedras em região disputada desde o desenho das fronteiras entre os dois países, feito em 1914 durante o domínio britânico. **Nexo Jornal**, p. 1-4, 17 jun. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/06/17/Por-que-China-e-%C3%8Dndia-entraram-em-conflito-no-Himalaia>. Acesso em: 10 ago. 2020.

CHINA. BELT AND ROAD PORTAL. (Org.). Profiles. 2019. Disponível em: <<https://eng.yidaiyilu.gov.cn/index.htm>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

CHINA DIALOGUE (ed.). **What's Happening at Pakistan's Gwadar Port?**, 2017. Mapa. Reportagem de Zofeen T Ebrahim. Disponível em: <https://chinadialogue.net/en/business/9869-what-s-happening-at-pakistan-s-gwadar-port/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

CHINA. MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. (Org.). **Vision and Actions on Jointly Building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road. 2015.** Disponível em: <https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1249618.shtml>. Acesso em: 01 abr. 2019.

CHINA. (Org.). **Ideas Preliminares para la Cooperación Marítima Dentro de la Iniciativa de la Franja y la Ruta.** Disponível em: <https://www.yidaiyilu.gov.cn/wcm.files/upload/CMSydylgw/201706/201706200156038.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2020.

COHEN, Benjamin J. Introduction. In: **COHEN, Benjamin J. International Political Economy: An Intellectual History.** New Jersey: Princeton University Press, 2008. P. 1- 15.

COLA DA WEB. **Arábia - Península Árábica.** [S. l.:s. n.], [2020]. Mapa. Disponível em: <https://www.coladaweb.com/geografia/paises/arabia>. Acesso em: 4 out. 2020.

COOPERATION BETWEEN CHINA AND CENTRAL AND EASTERN EUROPEAN (China). National Coordinators. Disponível em: http://www.china-ceec.org/eng/zdogjxty_1/. Acesso em: 22 jul. 2020.

COX, Robert. **Gramsci, Hegemonia e Relações internacionais. Um Ensaio sobre o Método.** In: GILL, Stephen. Gramsci: materialismo histórico e relações internacionais. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

COX, Robert W. **Social Forces, States, and World Orders: Beyond International Relations Theory.** Millennium: Journal of International, 2007. p.126-153.

EUROPEAN CHAMBER. **Overcapacity in China: an impediment to the party's reform agenda. European Union Chamber of Commerce in China.** Roland Berger, 2016.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. Christine Lagarde. Discurso. **Belt and Road Initiative: Proven Policies and New Economic Links**, 14 maio 2017. Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2017/05/14/sp051417-belt-and-road-initiative-proven-policies-and-new-economic-links>. Acesso em: 29 jul. 2020.

GALLAGHER, Kevin P. e MARGARET Myers (2020) "**China-Latin America Finance Database**," Washington: Inter-American Dialogue. Disponível em https://www.thedialogue.org/map_list/. Acesso em: 04. Ago. 2020.

GARLICK, Jeremy. The Role of the Belt and Road Initiative in China's International Relations. In: GARLICK, Jeremy. **The Impact of China's Belt and Road Initiative: From Asia to Europe**, 2020. p. 1-93.

GOVERNO DO CHILE. Subsecretaría de Relaciones Económicas Internacionales. Comercio Exterior De Chile: Enero A Marzo De 2020, 2020.

GOVERNO DO BRASIL. China é maior Parceiro Comercial do Brasil no Mundo. 13.11.2019. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/Noticias/2019/11/china-e-maior-parceiro-comercial-do-brasil-nomundo#:~:text=A%20China%20%C3%A9%20o%20maior,US%24%2029%2C2%20bilh%C3%B5es.Acesso em: 03.ago.2020>.

HOBSON, John M. A Non-Eurocentric Global History of Asia: The ‘myth of China’s withdrawal’ after 1434: China at or near the centre of Oriental globalization. **Routledge Handbook of Asian Regionalism**, [s. l.], p. 47-52, 2012.

HUNG, Ho-fung. **The China Boom. Why China Will Not Rule the World**. New York: Columbia University Press, 2016.

HUNG, Ho-fung. A Ascensão da China, a Ásia e o Sul Global. **Revista de Economia Contemporânea**, p. 1-26, 20 out. 2017a. Tradução de Hugo Dahlin e João Victor Guimarães.

HUNG, Ho-fung. Hegemonic Crisis, Comparative World-Systems, and the Future of Pax Americana. **Journal of World-Systems Research**, [S.L.], v. 23, n. 2, p. 637-648, 11 ago. 2017b. University Library System, University of Pittsburgh.

HART-LANDSBERG, Martin. "Una estrategia Defectuosa": Una Mirada Crítica a la Iniciativa China del Cinturón y la Ruta de la Seda. Sinpermiso, p. 1-14, 11 nov. 2018.

HARVEY, David. **Crise na Economia Espacial do Capitalismo: a Dialética do Imperialismo**. In: HARVEY, David. Os Limites do Capital. [S. l.:s. n.], 2006.

IANNI, Octavio. **As Economias-Mundo**. In: TEORIAS da Globalização. [S. l.:s. n.], 2008. p. 27-51.

JACOB, Jabin T. China’s Belt and Road Initiative: Perspectives from India. **China & World Economy**, v. 25, n. 5, p. 78-100, 19, 2017.

KARATASLI, Sahan Savas; KUMRAL, Sefika. Territorial Contradictions of the Rise of China: geopolitics, nationalism and hegemony in comparative-historical perspective. **Journal of World-Systems Research**, [S.L.], v. 23, n. 1, p. 5-35, 28 fev. 2017. University Library System, University of Pittsburgh.

KARIM, Mohd Aminul; ISLAM Faria. Bangladesh–China–India–Myanmar (BCIM) Economic Corridor: Challenges and Prospects. **The Korean Journal of Defense Analysis**, Dhaka, v. 30, n. 2, p.283-302, jun. 2018.

KATZ, Claudio. Descifrar a China I ;Desacople o ruta de la seda?. In: KATZ, Claudio. **La página de Claudio Katz**: Texto de ciencias sociales. 18 set. 2020. Disponível em: <https://katz.lahaine.org/>. Acesso em: 20 set. 2020.

KINSSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. Tradução de Cássio de Arantes Leite.

L. Zhou, S. Gilbert, Y. Wang, M. Muñoz Cabre, and K.P. Gallagher. 2018. “**Moving the Green Belt and Road Initiative: From Words to Actions..**” Working Paper. Washington, DC: World Resources Institute. Disponível em: <http://www.wri.org/publication/moving-the-green-belt>.

LEVAGGI, Ariel Gonzáles. Eurasia en Ascenso: cambios y continuidades en los órdenes regionales de Ásia Central, El Cáucaso y Medio Oriente. **Pensamiento Propio**, p. 143-161, 2020.

LIMA, Marcos Costa. A Teoria das Relações Internacionais Chinesa e a Ascensão do País: O Conceito de Tianxia. In: VADELL, Javier (org.). **A Expansão Econômica e a Geopolítica da China no Século XXI**. [S. l.]: Puc Minas, 2018. p. 13-39.

LIY, Macarena Vidal. Perigo de incêndio em águas asiáticas. **El País**, [S. l.], 26 jul. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-07-27/eua-x-china-cenarios-da-nova-guerra-fria.html>. Acesso em: 1 ago. 2020.

LIY, Macarena Vidal; MARS, Amanda. O duelo pela hegemonia global que deixa o mundo apreensivo. **El país**, 27 jul. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-07-27/eua-x-china-cenarios-da-nova-guerra-fria.html>. Acesso em: 1 ago. 2020.

MAIZLAND, Lindsay. **China’s Repression of Uighurs in Xinjiang**. Council on Foreign Relations, 2020. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounders/chinas-repression-uighurs-xinjiang>. Acesso em: 21 jul. 2020.

MAYER, Maximilian. **China’s Rise as Eurasian Power: The Revival of the Silk Road and Its Consequences**. Rethinking the Silk Road: China’s Belt and Road Initiative and Emerging Eurasian Relations, [s. l.], p. 1-42, 2018.

M. LI, Minqi. The Rise of China and the Demise of the Capitalist World-Economy: Exploring Historical Possibilities in the 21st Century. **Science & Society**, Nova Iorque, v. 69, n. 3, p.420-448, jul. 2005.

M. LI, Minqi. **The Rise of China and the Demise of the Capitalist World-Economy**. Londres: Pluto Press, 2008.

M. LI, Minqi. **China and the Twenty-First Century Crisis**. Londres: Plutopress, 2016.

M.A. Molchanov. “**Russia–China Relations in Central Asia and the SCO**”. In D. Lane, Zhu G. (ed). *Changing Regional Alliances for China and the West*. Lanham: Lexington Books, 2017, p. 133-150.

MILLER, Tom. **China's Asian Dream**. Londres: Zed Books, 2017.

MINISTRY OF ECOLOGY AND ENVIRONMENT THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (ed.). **Guidance on Promoting Green Belt and Road**, 2017. Disponível em: http://english.mee.gov.cn/Resources/Policies/policies/Frameworkp1/201706/t20170628_416864.shtml. Acesso em: 27 jun. 2020.

MYANMAR Military Leaders Must Face Genocide Charges - UN Report. Produção: Organização Das Nações Unidas. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=r9_kOyK1Kp0. Acesso em: 18 fev. 2020.

NEW DEVELOPMENT BANK, Projects, Disponível em: <https://www.ndb.int/projects/list-of-all-projects/>. Acesso em 03 ago.2020.

NEXTBIG FUTURE. **Economic Reasons that Thai Canal Will Eventually be Built**. 2014. Mapa. Disponível em: <https://www.nextbigfuture.com/2014/10/economic-reasons-that-thai-canal-will.html>. Acesso em: 18 jul. 2020.

NOGUEIRA, Isabela. Estado e Capital em uma China com Classes. **Revista de Economia Contemporânea**, p. 1-23, 24 out. 2017.

NOLAN, Peter. **Understanding China: The Silk Road and the Communist Manifesto**. London: Routledge, 2016. p. 1-81.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Genocide threat for Myanmar's Rohingya greater than ever, investigators warn Human Rights Council**. 2019. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2019/09/1046442>. Acesso em: 18 fev. 2020.

PAUTASSO, Diego. O Papel da África na Nova Rota da Seda Marítima. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, p. 124-136, 26 out. 2016.

PERROTTA, Daniela. "La integración regional como objeto de estudio. De las teorías tradicionales a los enfoques actuales". Em E. Llenderozas (coord.). **Teorías de las Relaciones Internacionales**. Buenos Aires: EUDEBA, pp. 197-252, 2013.

PINTO, Eduardo Costa; GONÇALVES, Reinaldo. Globalização e Poder Efetivo: Transformações Globais sob Efeito da Ascensão Chinesa. **Economia e Sociedade**, [s.l.], v. 24, n. 2, p.449-479, ago. 2015.

PNUD. **Índice de Desarrollo Humano e Sus Componentes**. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>. Acesso em: 02 jan. 2020.

POLITICAL **Map of the South China Sea**. Mapa Político. Disponível em: <https://www.nationsonline.org/oneworld/map/South-China-Sea-political-map.htm>. Acesso em: 18 jul. 2020.

SCHIOCCHET, Leonardo. Extremo Oriente Médio, Admirável Mundo Novo: A Construção do Oriente Médio e a Primavera Árabe. **Revista Tempo do Mundo**, p. 37-82, ago. 2011.

- SANTOS, Yasmin. Bye, Bye Venezuela. **Piauí**, p. 1-4, 5 fev. 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/bye-bye-venezuela/>. Acesso em: 2 ago. 2020.
- STUBBS, Richard. **Rethinking Asia's Economic Miracle**. Palgrave, 2005, pp. 1-34.
- SOUZA, Renildo. **Estado e Capital na China**. [S. l.]: EDUFBA, 2018.
- SIDAWAY, James D; WOON, Chih Yuan. **Chinese Narratives on “One Belt, One Road” (一帶一路) in Geopolitical and Imperial Contexts**. Routledge, [S. l.], p. 1-13, 2017.
- SILK ROAD FUND (China). **About us**. 2018. Disponível em: <http://www.silkroadfund.com.cn/enweb/>. Acesso em: 17 mar. 2020.
- SOUTH ASIAN ASSOCIATION FOR REGIONAL COOPERATION (Nepal). **About SAARC**. [S. l.], 2018. Disponível em: <http://saarc-sec.org/about-saarc>. Acesso em: 19 jul. 2020.
- SOUTH CHINA MORNING POST. **Five Things to Know About the Lancang-Mekong Cooperation Summit**. [S. l.:s. n.], 2018. Mapa. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy-defence/article/2127387/five-things-know-about-lancang-mekong-cooperation>. Acesso em: 18 jul. 2020.
- STRANGE, Susan. International Economics And International Relations: A Case Of Mutual Neglect. **International Affairs - Royal Institute of International Affairs**, p. 304-315, abr. 1970.
- THE ECONOMIST CORPORATE NETWORK ASIA (Org.). **One Belt One Road: An Economic Road Map**. London: The Economist, 2016.
- THE EXPORT-IMPORT BANK OF CHINA (China), 2020 Disponível em: <http://english.eximbank.gov.cn/Profile/AboutTB/Introduction/>. Acesso em 05. Ago.2020.
- TODA MATÉRIA. **Mapa Político da África**. [S. l.:s. n.], 2019. Mapa. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/paises-da-africa/>. Acesso em: 4 out. 2020.
- VADELL, Javier; SECCHES, Daniela; BURGER, Mariana. **De la globalización a la Interconectividad: Reconfiguración Espacial en la Iniciativa Belt & Road e Implicaciones para el Sur Global**. *Revista Transporte y Territorio*, [s.l.], n. 21, p.44-68, 1 out. 2019. Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras - Universidad de Buenos Aires.
- XING, Li. **Understanding the Multiple Facets of China's “One Belt One Road” Initiative**. Mapping China's 'One Belt One Road' Initiative, [s. l.], 2019.
- XING, Li; SHAW, Timothy. O sonho Chinês Versus O Sonho Americano no Reordenamento Mundial: Mesma Cama? ; Sonhos Distintos?. *In*: VADELL, Javier (org.). **A Expansão Econômica e a Geopolítica da China no Século XXI**. [S. l.]: Puc Minas, 2018. cap. 2, p. 43 -68.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. São Paulo: Contraponto, 2001. p. 97-143.

ZHANG, Xin. **Chinese Capitalism and the Maritime Silk Road: A World-Systems Perspective**. Routledge, [S. l.], p. 1-22, 2017.

ZHANG, Ning; LIU, Zhu; ZHENG, Xuemei; XUE, Jinjun. **Carbon Footprint of China's Belt and Road**. Sciencemag.org, [S. l.], p. 1-1, 15 set. 2017.